



**CEFET-MG**

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Mestrado em Educação Tecnológica

Simone Ribeiro Duarte

**“EDUCAR AS MÃOS PARA DESCOBRIR O MUNDO”**: a proposta do professor Manoel  
Penna para o ensino de Trabalhos Manuais (1906 – 1934)

Belo Horizonte (MG)

2017

Simone Ribeiro Duarte

**“EDUCAR AS MÃOS PARA DESCOBRIR O MUNDO”**: a proposta do professor Manoel  
Penna para o ensino de Trabalhos Manuais (1906 – 1934)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Simone Chamon.

Belo Horizonte (MG)

2017

•  
D812e Duarte, Simone Ribeiro  
Educar as mãos para descobrir o mundo: a proposta do professor  
Manoel Penna para o ensino de trabalhos manuais (1906-1934)./  
Simone Ribeiro Duarte. — Belo Horizonte, 2017.  
121 f. il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação  
Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em  
Educação Tecnológica, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Carla Simone Chamon

#### Bibliografia

1. Trabalhos Manuais (Primário). 2. Educação – História. 3. Penna,  
Manoel. I. Chamon, Carla Simone. II. Centro Federal de Educação  
Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 370.981

Simone Ribeiro Duarte

**-EDUCAR AS MÃOS PARA DESCOBRIR O MUNDO™: a proposta do professor Manoel  
Penna para o ensino de trabalhos manuais (1906 - 1934)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal  
de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais CEFET-MG, em 29 de agosto de  
2017, avaliada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dra. Carla Simone Chamon - CEFET-MG - Orientadora

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa - CEFET-MG

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago - UFMG

## AGRADECIMENTOS

Pesquisar sobre a proposta do professor Manoel Penna para o ensino da cadeira de trabalhos manuais fez-me atentar para o quanto podemos nos construir profissionalmente a partir de nossas experiências. Neste momento, em que busquei, em meu percurso acadêmico, a experiência do mestrado para obter um crescimento profissional, agradeço:

A Deus, pelo Dom da minha vida.

Aos meus pais Olimpio e Marlene, meus melhores exemplos, pelo amor, apoio e por terem cuidado tão bem de minha educação.

Ao meu irmão Glaysson e a minha cunhada Vanessa, pela torcida.

Ao Harley, meu amor, pela paciência, carinho, companheirismo, incentivo, doces e chocolates.

A minha sogra Lúcia, pelos incentivos e pelas pontuações que muito acrescentaram em minha pesquisa.

Ao meu cunhado Edinho, que recentemente foi ao encontro com Deus, por me ensinar a ter força diante das dificuldades que surgiram em meu caminho.

A minha amiga Laura, por me fazer conhecer o mestrado em Educação Tecnológica e por ter me apresentado em sua defesa o professor Manoel Penna.

À amiga Natália, pelas leituras minuciosas da minha escrita e pelos conselhos primorosos.

À Professora Dra. Carla Simone Chamon, exemplo de profissionalismo e de SER HUMANO, por ter me orientado ao longo desta pesquisa com competência, sabedoria e paciência.

Aos professores, Dr. Irlen Antônio Gonçalves e Dr. José Geraldo Pedrosa, por terem feito contribuições valiosas ao meu projeto de pesquisa.

Aos professores, Dr. Tarcísio Mauro Vago e Dr. José Geraldo Pedrosa, por aceitarem o convite de estarem na minha banca.

Aos professores, Dr. Irlen Antônio Gonçalves, Dr. José Geraldo Pedrosa, Dr. Antônio de Pádua Nunes Tomasi, Dra. Adriana Maria Tonini, Dra. Maria Rita Neto Salles Oliveira, Dra. Sabina Maura Silva, pelo aprendizado no período em que cursei as disciplinas do mestrado.

Ao colegiado do mestrado em Educação Tecnológica, pela compreensão, e ao secretário do mesmo, Fábio, pelas orientações burocráticas.

Aos colegas de mestrado da turma de 2010, “quando tudo começou”, e das turmas de 2012, 2015 e 2017 por terem me proporcionado participar de discussões *primorosas*. Em especial, Sandra, Claudia, Hozana, Fábio, Fernanda Bião e Claudia Leão.

Ao Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), por ter me proporcionado uma bolsa de estudos.

Tal como a chuva caída  
Fecunda a terra, no estio,  
Para fecundar a vida  
O trabalho se inventou.

Feliz quem pode, orgulhoso,  
Dizer: “Nunca fui vadio:  
E, se hoje sou venturoso,  
Devo ao trabalho o que sou!”

É preciso, desde a infância,  
Ir preparando o futuro;  
Para chegar à abundância,  
É preciso trabalhar.

Não nasce a planta perfeita,  
Não nasce o fruto maduro;  
E, para ter a colheita,  
É preciso semear...

Olavo Bilac (1929)

## RESUMO

Esta dissertação apresenta resultados da pesquisa sobre a proposta do professor Manoel Penna para a cadeira de Trabalhos Manuais no ensino primário no período compreendido entre os anos de 1906 a 1934. Ao final do século XIX e início do século XX, houve uma transformação do processo educativo que passou a atingir as camadas populares. Ao ocorrer isso, existiu um discurso de aproximação entre educação e trabalho. Consequentemente a cadeira de Trabalhos Manuais passou a ser incorporada nos programas do ensino primário de vários países da Europa, nos Estados Unidos da América do Norte e no Brasil, *pari passu* as mudanças que ocorriam no âmbito econômico, principalmente em relação à formação da mão de obra para o processo produtivo. Esse processo de inserção da cadeira de Trabalhos Manuais foi perpassado por um momento de tensão em torno da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais: profissional *versus* educativa. Em Minas Gerais, desde o final do século XIX, quando essa cadeira começou a fazer parte do programa do ensino primário, houve uma constante redefinição da sua finalidade no processo educativo. Em meio a essa constante redefinição, o professor Manoel Penna atuou na Instrução Pública desse Estado e, a partir dessa atuação, tornou-se uma referência no que diz respeito à cadeira de Trabalhos Manuais. Foi ele referência, compartilhou as suas ideias a respeito da cadeira de Trabalhos Manuais, a partir de publicações de artigos em impressos —“Trabalho Manual Escolar/ Alinhavos” (1915), “Exposição escolar” (1920), “O Ensino tecnico na escola primária” (1928) e “A Escola ativa e os Trabalhos Manuaes” (1929). O artigo de 1928 foi publicado na *Revista Educação*, pelo órgão da diretoria geral da instrução pública e da sociedade da educação de São Paulo. Em 1933, publicou um artigo na *Revista de Ensino* de Minas Gerais — e consolidou as suas ideias no compêndio “Trabalhos Manuaes Escolares”, publicado em 1934. O objetivo desta pesquisa foi compreender, nas produções de Manoel Penna, qual a finalidade defendida por ele para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais com base na análise dessas publicações. Para essa análise, fez-se um diálogo com a História Intelectual, com base nas noções de circulação e apropriação de Chartier (2002) e no método do Contextualismo linguístico de Skinner (2009). A partir da análise das fontes, constatou-se que o professor Manoel Penna defendeu a finalidade educativa para o ensino de Trabalhos Manuais, pois, essa seria a mais efetiva para a concretização do objetivo da República de formar o cidadão trabalhador.

Palavras-chaves: Manoel Penna, cadeira de Trabalhos Manuais, finalidades

## ABSTRACT

This dissertation presents results of the research on a proposal of teacher Manoel Penna for a Manual Work chair in primary education in the period between 1906 and 1934. In the late nineteenth and early twentieth century there was a transformation of the educational process that He passed a step as popular layers. There was a discourse about the approximation between education and work. Consequently, a Manual Work chair was incorporated into the primary education programs of several European countries, the United States and Brazil, to pass as changes that occurred in the consultative, mainly in relation to the formation of labor for the process productive. This process of insertion of the Manual Work chair was permeated by a moment of tension about the purpose of the Manual Work chair: professional vs. educational. In Minas Gerais, since the late nineteenth century, when the Manual Work chair began to appear in the primary school program, there was a constant redefinition of its purpose in the educational process. In the midst this constant redefinition, teacher Manoel Penna worked in Public Instruction of this state and from that acting became a reference with regard to the Manual Work chair. As a reference, he shared his ideas about the Manual Work chair, from publications of printed articles - 1915 "Manual School Work / Fins", 1920 "School Exhibition", 1928 "Technical Education in Primary School" and 1929 "The Active School and the Manuaes Works". The 1928 article was published in the Education Magazine, an organ of the general directorate of public education and the education society of São Paulo. In 1933 published an article in the Journal of Minas Gerais Education - and consolidated them in the compendium "Manuaes School Jobs" published in 1934. The objective of this research was to understand the Manoel Penna productions which the purpose advocated by him to the discipline of teaching Based on the analysis of these publications. To analyze the same, there was a dialogue with the intellectual history, based on the circulation of ideas and appropriation of Charter (2002) and linguistic contextualism notion of Skinner (2009). From the analysis of the sources, it was verified that teacher Manoel Penna defended the educational purpose of the teaching of Handicrafts, as this would be the most effective for the realization of the Republic's goal of training the working citizen.

Keywords: Manoel Penna, Manual Work chair, purposes.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABE – Associação Brasileira de Educação

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPUH – Associação Nacional de História

Anpuhrs – Associação Nacional de História - Seção do Rio Grande do Sul

APM – Arquivo Público Mineiro

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FAE – Faculdade de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IP – Instrução Pública

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RJ – Rio de Janeiro

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SI – Secretaria do Interior

SP – São Paulo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP – Universidade de Campinas

UPF – Universidade de Passo Fundo

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	<b>Fotografia da visita à Fábrica de Tecidos Marzagão em 1910</b>	<b>63</b>
<b>Figura 2 –</b>	<b>Capa do compêndio <i>Trabalhos Manuaes Escolares</i> (1934)</b>	<b>87</b>
<b>Figura 3 –</b>	<b>Exemplo de trabalhos em papel – confecção de um barquinho</b>	<b>95</b>
<b>Figura 4 –</b>	<b>Exemplo de trabalhos em papel – confecção de letras do alfabeto</b>	<b>95</b>
<b>Figura 5 –</b>	<b>Exemplos de trabalhos de dobramentos e recortes – filetes de figuras geométricas</b>	<b>97</b>
<b>Figura 6 –</b>	<b>Exemplos de trabalhos de dobramentos e recortes – confecção de flores, cestos de frutas e flores</b>	<b>98</b>
<b>Figura 7 –</b>	<b>Exemplos de trabalhos em tecido - xadrez, linhas obliquas, zig-zags, cruces</b>	<b>99</b>
<b>Figura 8 –</b>	<b>Exemplos de trabalhos de cartonagem – caixa</b>	<b>100</b>
<b>Figura 9 –</b>	<b>Exemplos de trabalhos de modelagem – utensílios domésticos</b>	<b>102</b>
<b>Figura 10 –</b>	<b>Exemplos de trabalhos de modelagem – coração e globo terrestre</b>	<b>102</b>
<b>Figura 11–</b>	<b>Exemplos de trabalhos de madeira – objetos feitos através do Sloyd Educacional</b>	<b>105</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>TRABALHOS MANUAIS NO CAMPO EDUCACIONAL ENTRE FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX</b>	<b>22</b>
1.1 A busca pela valorização dos trabalhos manuais e formação do trabalhador nacional	22
1.2 A inserção da cadeira de Trabalhos Manuais nos programas do ensino primário brasileiro na segunda metade do século XIX e início do século XX	33
<b>Capítulo II</b>	
<b>TRABALHOS MANUAIS NO PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO MINEIRO: UM CAMPO DE DISPUSTAS</b>	<b>52</b>
2.1 A inserção da cadeira de Trabalhos Manuais no Programa do ensino primário mineiro ao final do século XIX e início do século XX	52
2.2 Manoel Penna: do reconhecimento à referência	61
2.3 Manoel Penna em meio às (re)definições da cadeira de Trabalhos Manuais	67
<b>Capítulo III</b>	
<b>“TRABALHOS MANUAES ESCOLARES”: A PROPOSTA CONSOLIDADA DO PROFESSOR MANOEL PENNA</b>	<b>86</b>
3.1 A produção do compêndio: organização e repercussões	86
3.2 A finalidade educativa: rompendo estereótipos e formando o cidadão trabalhador	89
3.3 Orientações para a prática pedagógica da cadeira de Trabalhos Manuais	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação encontra-se inserida no campo da pesquisa historiográfica da História da Educação Profissional, vinculada à linha I do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) – Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Histórica e Sociológicas. Nesta, pretendeu-se compreender a proposta do professor Manoel Penna para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares de Minas Gerais, no período entre 1906 e 1934.

Manoel Penna<sup>1</sup> nasceu no dia 20 de dezembro de 1871, na cidade de Sabará em Minas Gerais. Marcou presença no mundo intelectual e artístico no estado de seu nascimento. Casou-se com Afonsina de Azevedo Pena e com ela teve sete filhos. Era considerado um pai de família e cidadão exemplar, tanto que, algumas pessoas que o conheciam lhe proclamavam predicados de caráter.

Inteligente e com acentuado pendor para o cultivo das letras, começou a estudar sozinho, sob orientação do pedagogo João Diniz Barbosa<sup>2</sup>. Fez o curso primário com o professor Caetano Azeredo<sup>3</sup>, então professor público, naquela cidade. Caetano Azeredo, segundo o jornal *Minas Gerais*, considerava Manoel Penna como um dos melhores alunos de sua classe e muito o estimava.

Manoel Penna se dedicou, desde criança, ao aprendizado do ofício de ourives — e se tornou perito oficial nesta profissão. Fator que evidencia que, desde cedo, ele passou a ter contato com o trabalho manual.

Manoel Penna, como político, foi vereador na câmara municipal de Sabará. Como poeta, em sua cidade natal, foi um conferencista apreciado, animou a vida intelectual de Sabará, deu notoriedade à existência do “Club Bernardo Guimarães”, que fundou com outros amigos literários. Iniciou a sua carreira literária com a publicação de seus versos e crônicas nos seguintes jornais de Sabará: *Folha Sabarense*, *Contemporaneo* e *Colibri*.

Além de realizar publicações de seus poemas em Sabará, ele colaborou durante muito tempo e com assiduidade no tradicional *Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro*,

---

<sup>1</sup> As informações que seguem sobre a vida do professor Manoel Penna são oriundas da análise dos seguintes documentos: necrológico do jornal *Minas Gerais*, de 14 de julho de 1939, p. 4-5, que tinha o objetivo de comunicar as virtudes dos sujeitos em vida, depois de falecido, promovia uma exaltação do mesmo. O projeto de Lei nº 273/84, cujo autor foi o vereador Irani Barbosa, aprovado na Câmara Municipal de Belo Horizonte/Minas Gerais em 09 de julho de 1986, solicitou a mudança de nome da Rua E do bairro Santa Mônica em Belo Horizonte para Rua Professor Manoel Penna e houve menções elogiosas ao professor, com o objetivo de aprovação do mesmo. No projeto, não constam algumas datas das atividades exercidas pelo professor.

<sup>2</sup> Professor de Pedagogia Escola Normal de Sabará (APM SP IP 1/3 cx 25).

<sup>3</sup> Caetano Azeredo Coutinho foi professor da instrução pública de Minas Gerais de 1866 a 1930 (MINAS Geraes, 1933, p.14).

periódico charadístico e literário, editado em Lisboa e foi de sua criação o gênero de charadas denominadas antonímicas. Publicou poemas na coleção de *Sonetos Brasileiros* de Laudelino Freire. E no jornal *O Malho* do Rio de Janeiro, publicou desenhos e charges. Como pintor, produziu quadros de acentuado valor artístico, e a inspiração para a pintura de seus quadros era a sua terra natal. Manoel Penna foi um dos fundadores do jornal: *A Onda*, em Sabará, e da revista *Novo Horizonte*, em Belo Horizonte.

Por meio de concurso público, Manoel Penna atuou como professor de educação física e pedagogia na escola normal de Sabará e se destacou na ministração da cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares de Minas Gerais. Começou a lecionar essa cadeira no primeiro grupo escolar de Belo Horizonte e de Barão do Rio Branco e se tornou referência no assunto. Conforme Laura Campos Menezes (2011, p. 96), o professor Manoel Penna foi um dos mais requisitados professores da cadeira de Trabalhos Manuais devido à falta de professores para lecionar tal cadeira. Por isso, além de lecionar no grupo escolar Barão do Rio Branco, lecionou essa cadeira no segundo, terceiro e no quarto grupos escolares da capital.

Em 1907, foi incumbido, pelo presidente João Pinheiro da Silva<sup>4</sup> de organizar o ensino técnico primário nos primeiros grupos escolares criados no Estado. Segundo o jornal *Minas Gerais*, João Pinheiro considerou Manoel Penna como uma das pessoas mais competentes e assíduas que colaboraram com ele em sua reforma do ensino do Estado naquele ano. Em 1908, tornou-se secretário do ensino técnico primário<sup>5</sup>. Em 1912, foi nomeado professor de desenho da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais<sup>6</sup>.

Manoel Penna, na década de 1920, conquistou evidência, integrando a geração que trazia valores novos para a Instrução Pública de Minas Gerais. Assim, foi incumbido pelo Presidente Mello Vianna<sup>7</sup> de realizar as reformas em relação aos Trabalhos Manuais masculinos. Essa tarefa designada ao professor Manoel Penna foi noticiada pelo jornal carioca

---

<sup>4</sup> De acordo com Hozana Penha de Souza (2012, p. 25), João Pinheiro Silva foi presidente do Estado de Minas Gerais por dois mandatos: de 11/02/1890 a 10/08/1890 e de 07/09/1906 a 25/10/1908.

<sup>5</sup> Cf. MINAS GERAIS, SI 2850, 1908.

<sup>6</sup> Cf. Carla Simone Chamon e James Willian Goodwin Junior (2012, p. 327), a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais foi inaugurada no dia 8 de setembro de 1910 e era custeada pelo governo federal. E o objetivo da criação dessa escola era formar operários e contramestres através do ensino prático e dos conhecimentos técnicos necessários às crianças pobres entre 10 a 13 anos de idade. Oferecia gratuitamente o ensino primário, o curso de desenho e a aprendizagem de ofícios. Essa escola em 1941 se tornou Liceu Industrial de Minas Gerais, em 1942 Escola Técnica de Belo Horizonte, 1969 Escola Técnica Federal de Minas Gerais e em 1978 essa escola é o Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

<sup>7</sup> Mello Viana foi Presidente do Estado de Minas Gerais de 21/12/1924 a 07/09/1926. (SOUZA, 2014, p.25).

*A Manhã*<sup>8</sup>. Ele participou ativamente do Primeiro Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais em 1927 e foi chamado a colaborar na consolidação das reformas processadas nesse congresso em 1927, através de sua nomeação para o cargo de assistente técnico<sup>9</sup> da cadeira de Trabalhos Manuais em 1933.

Em meio as suas atividades supracitadas na instrução pública de Minas Gerais, Manoel Penna compartilhou suas ideias através de publicações de quatro artigos no jornal *Minas Geraes*<sup>10</sup>, “Trabalho Manual Escolar/ Alinhavos” (1915), “Exposição escolar” (1920), “O Ensino técnico na escola primária” (1928) e “A Escola ativa e os Trabalhos Manuaes” (1929). O artigo de 1928 foi publicado na *Revista Educação*, pelo órgão da diretoria geral da instrução pública e da sociedade da educação de São Paulo, evidência de que as ideias do professor Manoel Penna circularam em outro Estado do Brasil. Em 1933, publicou um artigo na *Revista de Ensino*<sup>11</sup> de Minas Gerais, “A gymnástica dos Trabalhos Manuaes”.

No ano de 1934, Manoel Penna consolidou as suas ideias em torno da cadeira de Trabalhos Manuais com a publicação do compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares*<sup>12</sup>, editado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ele escreveu esse compêndio para auxiliar os professores em sua didática e para direcionar o Estado na atribuição da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais nos programas do ensino primário que, desde o final do século XIX e até as três primeiras décadas do século XX, ainda não estava definida.

Para a realização desta pesquisa, fez-se uma busca por trabalhos acadêmicos que tiveram como objeto de estudo Trabalhos Manuais e Manoel Penna, por meio de consultas no Banco de Teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Capes), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em educação (Anped), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Universidade de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade

<sup>8</sup> O Jornal *A Manhã* era um diário lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 29 de dezembro de 1925 por Mário Rodrigues (pai de Nelson Rodrigues e Mário Filho). *A Manhã* era um matutino versátil, com doze páginas em tamanho standart, bem montado, com bom uso de imagens. Era considerado à época de boa qualidade. (BRASIL, 2014).

<sup>9</sup> Ana Amélia Borges de Magalhães Lopes (2007, p. 8) alegou que, o cargo de assistente técnico foi criado na reforma de 1927 e as pessoas que ocupavam esse cargo tinham como função divulgar o ideário do governo como acompanhamento e controle das atividades em execução, o que muitas vezes incluía até mesmo a efetiva participação do assistente técnico no desenvolvimento de algumas atividades pedagógicas.

<sup>10</sup> O jornal *Minas Geraes*, conforme Luciano Jorge de Jesus (2010, p.12-13), é um periódico impresso pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. É um jornal que nasceu republicano e é um representante do Estado responsável em difundir em suas páginas os valores ligados a racionalidade e a civilidade ideais que os cidadãos republicanos deveriam adquirir. Também foi de grande relevância para a educação, constituindo-se como um local de veiculação de notícias, interlocução e debates.

<sup>11</sup> Cf. Juliana Cesário Hamdan (2007, p.201), a *Revista do Ensino* era um impresso pedagógico oficial de educação direcionado aos professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais.

<sup>12</sup> Esse compêndio encontra-se disponível no acervo da Biblioteca Nacional, Hemeroteca de Belo Horizonte. Também foi digitalizado estando disponível no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2017).

Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Essa revisão de literatura nos revelou que, de maneira geral, Manoel Penna já mereceu citações em vários estudos acadêmicos — cujos temas eram a instrução pública de Minas Gerais e São Paulo sem foco na cadeira de Trabalhos Manuais — como: Luciano Faria Filho (1997; 2000), Fernanda Mendes Resende, (2002), Ana Amélia Borges de Magalhães Lopes (2007; 2008), Bernadeth Maria Pereira (2008), Cleide Maria Maciel de Melo (2010), Cynthia Lushiuen Shieh (2010), Ilton de Oliveira Chaves Júnior (2011), Carlos Henrique de Carvalho e Rosa Maria de Sousa Martins (2015) e Ismael Krishna de Andrade Neiva (2016).

A leitura inicial da bibliografia encontrada que tem como objeto de estudo os Trabalhos Manuais nos grupos escolares possibilitou a seleção de nove trabalhos. Contudo, somente um dos estudos tem como objeto de pesquisa a proposta do professor Manoel Penna para os Trabalhos Manuais.

O livro *Cultura Escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte (1897 – 1920)*, de Tarcísio Mauro Vago, publicado em 2002, problematizou o movimento de afirmação de uma nova cultura escolar em Belo Horizonte, nas duas primeiras décadas do século XX, a partir das reformas do ensino primário mineiro de 1906, que instituiu os grupos escolares. O autor reforçou em sua tese que, no período houve uma pretensão de realizar uma mudança de costumes nas crianças, a partir de uma educação integral, visando muito mais educar do que instruir. E, para ele, uma das maneiras de realizações dessas pretensões era o cultivo dos corpos a partir da ginástica. Nessa tese, o autor escreveu um capítulo cujo o título é “Moldando os corpos no trabalho das mãos”, no qual afirma que uma das formas de cultivar os corpos das crianças era através do ensino de Trabalhos Manuais. Nesse capítulo, Manoel Penna, é destacado como professor das atividades manuais, por ter sido um professor “distinto e zeloso”, mas também, por causa de seus métodos que eram excelentes e que tendiam a educar os sentidos da criança.

A autora Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, no artigo “Entre rendas e bordados: memórias de uma disciplina” (2002), atentou para a importância da cadeira de Trabalhos Manuais para as meninas nas escolas normais de São Paulo, pois, proporcionava a elas uma educação estética, que envolvia as habilidades manuais, a educação das mulheres para o lar, o contato com a literatura brasileira, os cantos e a dança, presentes no cotidiano das salas de aula e nas festas escolares. Não obstante, destacou que essa cadeira foi inserida nos programas

de ensino porque, no século XIX, começou a ocorrer uma valorização da mulher fora das atividades domésticas, inseridas no processo de produção. Isso se fez pelo emprego feminino nas fábricas, como tecelãs, costureiras, floristas e chapeleiras, cujas atividades antes restritas à esfera privada começaram a figurar na esfera pública, nas lojas e nas galerias, nos templos do consumo: o trabalho feminino foi positivado e qualificado. Gaeta (2002) afirmou que as exposições promovidas pelas escolas transformavam a cadeira de Trabalhos Manuais em vitrines do êxito escolar, pois, por meio delas, as famílias das alunas e a população, em geral, tomavam ciência da qualidade do trabalho desenvolvido nos estabelecimentos de ensino. Esse evento era uma fonte de orgulho de professores, alunas e familiares, porque denotava o capricho, a habilidade, o esforço, e o empenho das discentes e docentes que eram exibidos através dos cadernos, das provas e outros registros do trabalho escolar.

A dissertação de mestrado de Denise Perdigão Pereira (2006), *Que arte entra na escola através do currículo? Entre o utilitarismo e a possibilidade de emancipação humana pela arte, no programa de 1928 e 1941, na Escola Nova de Minas Gerais*, teve como objetivo analisar a proposta curricular de Desenho e Trabalhos Manuais, elaborados durante o movimento da Escola Nova, contrastando-a com o ensino de arte do século XXI. A autora alegou que o ensino de desenho e Trabalhos Manuais no ensino primário, no período demarcado, esteve associado a uma necessidade de atendimento das demandas da sociedade em processo de modernização principalmente a preparação profissional e não se comprometia com a educação integral da criança. Relatou que o ensino das dessas cadeiras tinha um compromisso com a adaptação dos sujeitos a realidade, e não a sua emancipação perante a mesma. Em sua dissertação, no capítulo “As novas ações no âmbito da educação”, descreveu o Congresso de Instrução Primária em 1927. Argumentou que o mesmo foi importante para se pensar e reformular, o caráter utilitarista atribuído às cadeiras de desenho e Trabalhos Manuais. Nesse mesmo capítulo, ela citou o professor Manoel Penna como participante desse congresso - fazendo ele parte da Comissão de Desenhos e Trabalhos Manuais.

No artigo “Os grupos escolares de Juiz de Fora e os investimentos nas atividades corporais (1907-1930)”, cujo autor é Carlos Ferreira da Cunha Junior (2007), atentou-nos para a relação da cadeira de Trabalhos Manuais com a educação dos corpos. Alegou que a cadeira de Trabalhos Manuais desenvolvia as habilidades manuais dos alunos, colaborando com as atividades intelectuais e com o preparo do futuro trabalhador.

Na monografia “Imagens do Jornal Minas Geraes: Fragmentos sobre e para a educação do corpo (1906-1933)”, Luciano Jorge de Jesus (2010) investigou o modo como o *Diário Oficial do Estado de Minas Geraes*, entre os anos 1906 e 1933, veiculou em suas páginas

ideias para uma educação do corpo e dos sentidos no espaço escolar. Jesus alegou que a cadeira de Trabalhos Manuais era um auxílio para a educação dos corpos. E exemplificou que o professor Manoel Penna se preocupava durante o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais com a educação dos sentidos de seus alunos.

A dissertação de mestrado, *O Ensino Técnico Primário e a Escolarização dos ofícios (1896 – 1920)*, de Laura Campos Menezes (2011), teve como objetivo identificar as ideias que permearam a implantação do ensino técnico primário e compreender como ocorreu a escolarização dos ofícios na dimensão do tornar escolar: os tempos, os espaços, os saberes, a materialidade das práticas educativas e os sujeitos que formaram o saber escolar. Menezes relatou, em sua dissertação, que a implantação do ensino de ofícios nos grupos escolares esteve vinculada à instauração e consolidação da República no Brasil em 1889, devido ao fato de que um dos objetivos dos republicanos era o de preparar sujeitos para o mercado de trabalho. Menezes afirmou que fazer isso não era algo simples, porque o Brasil nesse período estava se despedindo de um regime de trabalho compulsório (escravidão) que havia marcado presença desde os anos iniciais da colonização portuguesa. E essa dificuldade para organizar o ensino técnico primário mineiro fica explícita na dissertação, porque a autora demonstrou alguns empecilhos como: a ausência de um espaço adequado para a ocorrência das aulas e falta de recursos provenientes do Estado para investimentos em materiais necessários para as aulas do ensino técnico, que faziam com que, no horário das aulas do ensino técnico, fossem aplicados outros trabalhos previstos para a cadeira de Trabalhos Manuais que constavam no programa de ensino. Outro dificultador, segundo Menezes, era a falta de professores competentes para lecionar no ensino técnico primário e, ao falar sobre essa questão na dissertação, a autora citou o professor Manoel Penna e alegou que ele era um dos professores mais requisitados para ministrar os trabalhos no curso técnico primário por causa da sua competência, mas também, devido à escassez de professores, e com isto, seu horário de aula mudava constantemente, para que ele pudesse lecionar em diversos grupos escolares suprimindo a escassez.

Uma dissertação importante para essa pesquisa foi *Os Trabalhos Manuais no Anuário do ensino do Estado de São Paulo e na Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1920)*, de Tainã Maria Pinheiro dos Santos (2012). A autora descreveu que a proclamação da República no Brasil em 1889 veio acompanhada de promessas de mudanças, do ponto de vista social, político e cultural, e a educação, no discurso dos republicanos, passou a ser considerada por eles uma matriz para essas transformações. Visto que, na visão dos republicanos, seria através dela que iria se

formar um novo homem. Santos alegou que, para a educação republicana, propuseram novos métodos, novas práticas escolares, inclusive aquelas que valorizavam o trabalho e as atividades manuais, seriam estas uma proposta para o desenvolvimento integral da criança. Para compreender tais mudanças educacionais em São Paulo e a proposta da cadeira de Trabalhos Manuais, a autora analisou a *Revista de Ensino Beneficente do Professorado público do Estado de São Paulo* e o *Anuário do Ensino no Estado de São Paulo*, ela buscou entender o discurso e as práticas sobre as proposições pedagógicas; as contradições enfrentadas, rupturas e permanências, até o seu declínio.

O artigo “Imagens de Trabalhos Manuais na primeira república: representações da educação feminina”, da autora Maria Augusta Martiarena de Oliveira (2012), fala sobre a presença de imagens das exposições escolares, representando os objetos feitos nas aulas da cadeira de Trabalhos Manuais, nos periódicos de Pelotas, localizada no Estado do Rio Janeiro. A autora alegou, a partir da análise das imagens, que essas exposições aconteciam mediante às comemorações dos dias cívicos com a finalidade de divulgação das ideologias republicanas, também constatou nas imagens que as atividades realizadas pelas estudantes nas aulas da cadeira de trabalhos manuais visavam o caráter de formação da mulher para o lar ou a formação da jovem culta para a sociedade sem ter como fim a profissionalização.

No artigo “Trabalhos Manuais no ensino primário e no ensino profissional para a construção da nação laboriosa: proposições de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca – Brasil, anos de 1920”, as autoras, Maria das Dores Daros e Solange Aparecida de Oliveira Hoeller (2014) fizeram uma análise das produções escritas de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca. As produções referem-se à tese — “Em que deve consistir o ensino de Trabalhos Manuais nas escolas primárias e complementares? Tem sido ele profícuo nas escolas do Estado e do país? Há possibilidade de torna-lo mais profícuo nas escolas do Estado, em particular, e no país, em geral? De que forma?” — elaborada por Orestes Guimarães e apresentada na Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário, ocorrida em Santa Catarina e na Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba no Paraná, ambas em 1927. E a produção de Corinto da Fonseca foi à obra “A escola activa e os trabalhos manuaes”, publicada na Biblioteca de Educação, em 1929. No artigo, as autoras demonstraram que cada um tinha uma opinião a respeito da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais. Corinto da Fonseca defendia uma finalidade educativa e Orestes Guimarães pontuou que existia três finalidades voltadas para o ensino de Trabalhos Manuais: a educativa, a econômica e a educativa conciliada com a econômica.

No Artigo “Os saberes matemáticos e a escolarização do fazer dos Trabalhos Manuais: um estudo comparativo Brasil/França.”, a autora Claudia Regina Boen Frizzarini (2015) fez um comparativo entre o ensino de Trabalho Manuais na França e do Brasil, levantou um histórico do ensino de Trabalhos Manuais no Brasil, do Império ao governo militar no Brasil. Alegou que, no Brasil, houve uma apropriação do modelo francês que garantia, a cada Estado, autonomia para elaborar o programa de ensino dos Trabalhos Manuais, e que esses teriam de ser um auxílio para o ensino de matemática, para a formação intelectual e física das crianças que seriam os futuros trabalhadores.

No artigo “Trabalhos Manuais: um ‘lugar’ na geometria para a escola de ensino primário” (2016), o autor Márcio Oliveira D’Esquivel fez um estudo sobre o compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares* do professor Manoel Penna. Afirmou que Manoel Penna se apropriou das ideias de Omer Buyse para a construção de sua obra supracitada. Também alegou que as ideias presentes na obra do professor Manoel Penna demonstraram que os Trabalhos Manuais tenham se constituído, de maneira geral, um “lugar” para o ensino de elementos de geometria.

O artigo “Ensino ativo dos Trabalhos Manuais no curso primário paulista: um estudo da escolarização dos saberes matemático”, escrito por Claudia Regina Boen Frizzarini e Maria Célia Leme da Silva (2015), teve o intuito de construir uma primeira representação sobre o ensino da cadeira escolar Trabalhos Manuais no curso primário de São Paulo a partir de sua relação com os saberes matemáticos. Elas argumentam que os Trabalhos Manuais teriam duas funções: uma é auxiliar o processo de compreensão dos saberes geométricos, que funciona como um “método de ensino” para aprender saberes matemático. A outra seria que os Trabalhos Manuais utilizavam de saberes matemáticos estudados em outras matérias para a formação do futuro trabalhador.

Todas as produções mencionadas neste estudo levaram em consideração a importância dos Trabalhos Manuais enquanto um saber escolarizado e atribuíram a eles um papel importante para a república no que tange o interesse dos republicanos paulistas, cariocas e mineiros, em concretizar os seus ideais de modernização da educação nos respectivos estados. Outro aspecto referente ao Trabalho Manual é que ele esteve relacionado a uma educação integral. Não obstante, há um contraponto entre as pesquisas citadas, pois, cada uma atribuiu ao Trabalho Manual escolarizado um sentido. São eles: Trabalho Manual como ensino de arte; Trabalho manual como ensino de ofícios; Trabalho Manual enquanto educação do corpo; e Trabalho Manual como auxiliar ao ensino de matemática. Dados relevantes para esta

pesquisa, pois, contribuíram para que se compreendesse qual o sentido do Trabalho Manual na proposta de ensino do professor Manoel Penna.

Outro aspecto a ser ressaltado nas referências é a finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, uma vez que uns atribuem a ela a finalidade educativa e a outros, a finalidade profissional. Com isso, surge a seguinte questão: Qual finalidade que o professor Manoel Penna atribuiu à cadeira de Trabalhos Manuais?

Diante disso, esta pesquisa almejou, sobretudo, uma compreensão de qual era a proposta desse sujeito para o ensino de Trabalhos Manuais no ensino primário dos grupos escolares tendo como fontes principais os seus artigos publicados em jornais e revista e o seu compêndio.

Para nortear a compreensão da proposta do professor Manoel Penna, esta pesquisa teve como referencial teórico um domínio da história, denominado História Intelectual. De acordo com Helenice Rodrigues da Silva (2003), a História Intelectual é um domínio pluridisciplinar que deve levar em consideração a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos.

Por sua vez o contexto francês, o qual serve de referência para o Brasil, privilegia as seguintes formas de elucidação: a sociológica, que tende a enfatizar uma cartografia dos intelectuais (as redes de sociabilidade, os modos de filiação e as gerações dos intelectuais); a histórica que aborda a história política dos intelectuais, enfatizando o ritual de petições manifesto e manifestações; e, por último, uma vertente que tenta a elaborar uma hermenêutica das obras. Em resumo, a história intelectual francesa pretende valorizar duas versões: a discursiva (valorizando a obra em si, desligando-a do contexto) e a contextual (as configurações, os campos, as práticas...), foi esta última a principal para esta pesquisa.

Este estudo teve como pretensão realizar uma análise de modo discursivo e contextual, com o objetivo de compreender nela a proposta do professor Manoel Penna para o ensino de Trabalhos Manuais nos grupos escolares mineiros, relacionando-as com as ideias educacionais que circularam em Minas Gerais entre os anos de 1906 a 1934.

E, para se compreender melhor as ideias do professor Manoel Penna presentes em suas produções, as noções de circulação e de apropriação se fizeram importantes. De acordo com Roger Chartier (2002), a circulação envolve a ideia de recepção como apropriação efetuada por um sujeito ou por um grupo e, através da mesma, inventa-se algo diferente daquilo no qual existia.

Segundo Carla Chamon (2008), essas duas categorias de análise, sejam elas referentes aos sujeitos, ideias, experiências e mercadorias, têm como pretensão abolir a “descontinuidade histórica e geográfica” e a “relação passiva” entre produtor e receptor, que cria uma concepção de subordinação entre ambos, impedindo-os de ver um movimento de interação e de troca. A autora relatou que, o que existe é uma “interdependência entre as culturas”, sem ser negado as desigualdades e os desequilíbrios existentes nas relações. Outro aspecto importante ressaltado por Chamon (2008) é o de que a circulação de repertórios culturais não pode ser uma “simples difusão”, pois eles vão além da transmissão.

Ir além da transmissão é ter em mente que os sujeitos possuem intencionalidades mediante ao que se produzem. Para se entender as intencionalidades do professor Manoel Penna, esta pesquisa se baseou na metodologia do contextualismo linguístico desenvolvido por Skinner. Segundo Chamon (2015, p.14):

Nessa proposição, os textos do passado devem ser entendidos como ‘atos de fala’, emitidos por determinados sujeitos, em contextos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua produção. A recuperação da intenção autoral demanda, então, a localização do texto estudado no contexto das convenções linguísticas, no contexto intelectual e político de seu tempo, demanda ‘descobrir o contexto intertextual onde aquelas doutrinas surgiram [...]’.

Posto isso, objetivou-se neste estudo entender as ideias do professor Manoel Penna, presentes em suas produções, tendo como referencial teórico as categorias de análise circulação, apropriação e o método do contextualismo linguístico, e essas fizeram com que se buscasse responder o seguinte questionamento trazido por Jean François Sirinelli (2003, p. 236): Como as ideias veem aos intelectuais? E traduzindo a pergunta para esta pesquisa, buscou-se responder os seguintes questionamentos: Como as ideias vieram ao professor Manoel Penna e como, a partir das mesmas, ele desenvolveu a sua proposta de ensino para os Trabalhos Manuais que foi concretizada em suas produções? Quais ideias que circulavam foram apropriadas pelo professor Manoel Penna? Qual a intenção do professor Manoel Penna em realizar as suas produções?

E para responder às perguntas acima, esta dissertação foi organizada em três capítulos, além desta introdução, considerações finais e referências. No primeiro capítulo, foram discutidas as transformações que ocorreram no campo educacional europeu e brasileiro ao final do século XIX e início do século XX. Visou-se entender como ocorreu a aproximação entre educação e trabalho a partir da inserção da cadeira de Trabalhos Manuais no programa do ensino primário e o objetivo dessa aproximação na Europa e no Brasil.

No segundo capítulo, buscou-se entender, como em Minas Gerais, desde o início da República, a cadeira de Trabalhos Manuais começou a figurar no programa de ensino primário mineiro. Buscou-se captar como em meio essa inserção, o professor Manoel Penna configurou e propôs as suas ideias em relação à cadeira de Trabalhos Manuais e tornou referência no assunto.

E, por fim, no terceiro capítulo, analisou-se o referido compêndio a fim de se compreender qual era a proposta do professor Manoel Penna para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais e suas intenções ao produzir e publicar o mesmo.

## **CAPÍTULO I — TRABALHOS MANUAIS NO CAMPO EDUCACIONAL ENTRE FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

Este capítulo tem por objetivo discutir as transformações que ocorreram no campo educacional europeu, norte americano e brasileiro no final do século XIX e no início do século XX. Nesse momento, houve uma transformação do processo educativo que passou a atingir as camadas populares e, ao ocorrer isso, surgiu um discurso de aproximação entre educação e trabalho. Consequentemente, a cadeira de Trabalhos Manuais foi incorporada nos programas do ensino primário de vários países da Europa, nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) e no Brasil, *pari passu* as mudanças que ocorriam no âmbito econômico, principalmente em relação à formação da mão de obra para o processo produtivo. Esse processo de inserção da cadeira de Trabalhos Manuais foi perpassado por um momento de tensão em torno da finalidade desta cadeira e, nesse momento, o professor Manoel Penna passou a atuar em Minas Gerais.

O objetivo neste capítulo é compreender como se configuraram as ideias que foram apropriadas pelo professor Manoel Penna na elaboração de sua proposta para o ensino Trabalhos Manuais no ensino primário em Minas Gerais.

### **1.1 A busca pela valorização dos trabalhos manuais e formação do trabalhador nacional**

Ao final do século XIX e início do século XX, de acordo com Margarida de Souza Neves (2003 p. 15-41), a Europa encontrava-se imbuída pelos ideais modernos que estavam vinculados à junção dos conceitos de progresso e de civilização.

Simultaneamente às inspirações desses ideais, vários países vivenciaram nesse período a Segunda Revolução Industrial e, com isso, além da Inglaterra, outros países como a Alemanha, Itália, França, Holanda, Bélgica se destacaram no cenário internacional. Não obstante, os ideais modernos não se restringiram apenas aos países da Europa. No continente americano, os EUA, que acabavam de sair de uma guerra civil (Guerra de Secessão), viriam a se sobressair no contexto mundial.

Essa Segunda Revolução Industrial, que culminou no avanço do desenvolvimento técnico e científico, proporcionou mudanças econômicas e sociais significativas no espaço público e privado em muitos países da Europa, nos EUA e em outras partes do globo, como

foi o caso do Brasil<sup>13</sup>. A partir dessa revolução, passaram a ser utilizadas novas fontes de energias como o petróleo e a eletricidade e, a partir dessas, houve invenções importantes como: forno elétrico, fogão elétrico, lâmpada elétrica, trem elétrico, metrô, ônibus elétrico, primeiro automóvel movido à gasolina, primeiro avião (14-Bis), submarinos, telégrafo, fotografia, telefone, fonógrafo, rádio etc.. Paralelamente a essas inovações, houve também expressivos avanços científicos nos campos da física (Teoria da Relatividade), química (peso atômico, fertilizantes, produtos sintéticos, explosivos e produtos farmacêuticos), biologia e medicina (Evolucionismo de Spencer, divisão celular, origem celular dos espermatozoides, primeiras leis da genética etc.).

Todas essas novidades que ocorreram em alguns países da Europa, nos EUA e em outras partes do mundo fortaleceram um novo momento do capitalismo, que foi a fase do capitalismo monopolista ou financeiro. De acordo com Afrânio Mendes Catani (1986, p.16), o que caracterizou o capitalismo financeiro nesse período foi à junção do capital bancário com o capital industrial. E, nessa fusão, houve a predominância do capital financeiro, pois os bancos se tornaram os principais fornecedores de capital e passaram a ter uma ampla informação de todo o ciclo econômico, passaram a intervir na própria situação econômica, ampliando ou restringindo crédito, aumentando ou diminuindo o preço do dinheiro, controlando os investimentos e a dinâmica das indústrias.

Juntamente a esse novo modelo de capitalismo, houve a concentração (monopólios)<sup>14</sup> da produção e do capital nas mãos de grandes empresas que controlavam o mercado industrial aliados aos grandes bancos. Conseqüentemente, o laço entre os membros da burguesia financeira era tão forte que os dirigentes dos bancos assumiam cargos administrativos nas indústrias e os das indústrias assumiam cargos administrativos nos bancos (CATANI, 1986, p.20-22).

De acordo com Cynthia Greive (2007, p. 202-205), essa burguesia financista introduziu uma prática de trabalho que levava em consideração o “ativismo e empreendedorismo.” Além disso, no momento, houve um dinamismo mais intenso da produção industrial, devido ao crescimento do mercado interno e da expansão das fronteiras

---

<sup>13</sup> As transformações que ocorreram no Brasil serão retratadas nas próximas páginas.

<sup>14</sup> De acordo com (CATANI, 1986, p.18-20), esses monopólios eram firmados através dos seguintes acordos comerciais que surgiram na época: o cartel, que é um acordo sobre as condições de venda e sobre os prazos de pagamento, repartição dos mercados de venda, fixação da quantidade de produtos a fabricar, estabelecimento de preços e distribuição dos lucros entre as empresas; o truste, que é a fusão numa só empresa de diferentes ramos da indústria; e o holding, que é uma empresa que detém o controle acionário de outras empresas, embora, elas possam ter autonomia.

nacionais<sup>15</sup> — em consequência da estagnação do mercado interno — acarretando, segundo Geraldo Augusto Pinto (2007, p. 22), um aumento da escala de produção, uma padronização da qualidade dos produtos, a diminuição dos custos da produção e um maior controle do tempo e do trabalho humano.

O estímulo à produtividade do trabalhador teve ainda mais eficácia a partir do momento em que as gerências das empresas, de forma ocasional, apropriaram do conhecimento dos trabalhadores, estando estes associados ao desenvolvimento científico com aplicação nos processos produtivos<sup>16</sup>. Os dois exemplos disso foram o Taylorismo e o Fordismo (PINTO, 2007, p.26-27). O primeiro, desenvolvido por Frederick Taylor (1856-1915), operário aprendiz em uma fábrica de metalurgia, tinha como objetivo uma diminuição do tempo da produção no intuito de aumentar a lucratividade, através da subdivisão do trabalho no interior das fábricas. O segundo, desenvolvido por Henry Ford (1862-1947), operário e, depois, proprietário de empresa, tinha como objetivo evitar o tempo ocioso entre uma tarefa e outra, através das linhas de produção em série, o que acarretaria uma maior produção, aumento do consumo, maiores salários e lucratividade por parte dos empresários (PINTO, 2007, p.29-48).

É necessário ressaltar que o fato dos conhecimentos de alguns trabalhadores terem sido apropriados pelos seus empregadores não reflete uma relação pacífica entre os trabalhadores e patrões na época. De acordo com Marco Aurélio Silva de Santana e José Ricardo Garcia Pereira Ramalho (2010, p.42), a aceitação casual dos saberes dos operários seria uma forma de afastá-los dos sindicatos e evitar o conflito de interesses entre o proletário e os patrões. Isso em um período reconhecido pela precariedade alarmante das condições de trabalho, pelos baixos salários, pela duração de trabalho superior a 12 horas diárias e pelo fato

---

<sup>15</sup> De acordo com Héctor H. Bruit (2013), mesmo com a euforia dos países europeus e dos EUA com o desenvolvimento industrial e o acúmulo de capitais, a burguesia financeira tinham de enfrentar o seguinte dilema: como e para quem vender a produção industrial que excedia o mercado interno? Onde realizar novos investimentos a fim de escapar da concorrência das grandes potências capitalistas que adotaram barreiras alfandegárias com o objetivo de protegerem os seus mercados internos? E a saída encontrada para solucionar estes impasses foi a busca por novos mercados. Com isso, realizou-se a expansão das fronteiras nacionais, e esse fato é chamado de Imperialismo ou Neocolonialismo: os países europeus e os EUA, ao adentrarem os territórios da África, Ásia, Oceania e da América Latina, com a justificativa de que iriam realizar uma missão civilizadora e também levarem até a eles o progresso técnico científico, tinham, na realidade, como pretensões prioritárias, investir seus capitais excedentes, usufruir da reserva de mercado para a produção industrial, da mão de obra barata e da matéria prima farta e disponível.

<sup>16</sup> Esses estudos foram denominados estudos da gerência científica (GREIVE, 2007, p. 203).

dos trabalhadores não contarem com leis de proteção para casos de enfermidade, desemprego e aposentadorias<sup>17</sup>.

Ao final do século XIX e início do século XX, esses operários tiveram de se adaptar ao novo momento da produção industrial, marcado ainda pela segregação das atividades por “ofício”, “gênero” e “faixa etárias” no processo de trabalho, pela divisão das tarefas na produção. Houve, também, por parte dos empresários, uma adoção intensa de máquinas nas indústrias e manufaturas e foram essas as controladoras do “tempo de produção” e do conhecimento em torno do andamento do trabalho<sup>18</sup>. Isso fez com que as “capacidades humanas” se fragmentassem cada vez mais, devido à impossibilidade de os trabalhadores acompanharem todo o processo da produção, ocasionando uma nova interpretação em torno da qualificação. Essa nova qualificação não disseminava o saber científico entre todos os trabalhadores, bastando aos mesmos apenas entender a atividade específica atribuída a eles na cadeia de produção. Importante ressaltar o fato de que muitos trabalhadores rejeitavam esse novo processo do arranjo industrial<sup>19</sup> (GREIVE, 2007, p. 203).

De acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006, p. 199), as alterações ocorridas no processo produtivo e conseqüentemente no mundo do trabalho nesse período suscitaram expectativas no campo educacional, em torno da qualificação dos futuros trabalhadores.

Na segunda metade do século XIX, conforme Franco Cambi (1999, p. 394), as escolas de ensino primário também se renovaram, estabelecendo uma sintonia cada vez maior com o mundo do trabalho e uma articulação com a sociedade industrial

A época contemporânea propôs também — em pedagogia — um face a face mais explícito e radical entre instrução e trabalho, que se afirmaram como momentos centrais da ação pedagógica e da projeção educativa. A instrução afirmou-se como direito universal e como tarefa social. O trabalho é bem verdade que impôs como dever social, mas, antes ainda, como atividade específica do homem. As duas frentes se interligaram, mas dialeticamente,

---

<sup>17</sup> Alguns trabalhadores desse período se encontravam inspirados pelas ideias de Karl Marx (1818- 1883) e de Friedrich Engels (1820- 1895) e ambos fizeram críticas às novas relações de produção, da transformação da força de trabalho em mercadoria e a exploração do trabalhador por parte do empresariado (GREIVE, 2007, p.205).

<sup>18</sup> O fato de os empresários aderirem com mais intensidade à utilização das máquinas fez com que houvesse menos uso das forças musculares por parte do trabalhador, e isso fez com os mesmos contratassem para a atividade laboral crianças e mulheres (GREIVE, 2007, p.205).

<sup>19</sup> Mas também, nesse momento, os conflitos entre eles foram além de reivindicações trabalhistas, estendendo-se ao contexto social, pois, em tal circunstância, houve um eloquente enriquecimento dos capitalistas, ao passo que os trabalhadores urbanos viviam em condições miseráveis. Os empresários viviam nas cidades, nos novos bairros residenciais e alardearam suas riquezas nos salões e em festas luxuosas; enquanto os trabalhadores, que eram a maioria no espaço urbano, moravam em pardieiros, pensões etc. localizados nos piores bairros das cidades, que eram destituídos de serviços de saneamento básico, faziam com que proliferasse a falta de higiene e conseqüentemente as doenças infecciosas (NEVES, 2011, p.20).

dando lugar a uma série de problemas que resultam típicos da contemporaneidade.

Ora foi o trabalho que se afirmou como elemento primário da formação ora isso ocorreu com a instrução, mas sempre se sublinhou uma estreita simbiose entre os dois elementos numa sociedade articulada e complexa, produtivamente avançada como a atual, onde os perfis formativos também devem assumir maior flexibilidade e possíveis alternativas, mesmo caracterizando-se segundo princípios relativamente unitários (que recuperem tanto o trabalho intelectual como o manual). Esse face a face não era ignorado pela pedagogia dos séculos anteriores ao XVIII, mas só na contemporaneidade é que ele se tornou um problema estrutural urgente. (CAMBI, 1999, p.394).

Evidência dessa simbiose entre educação e trabalho foi à inserção da cadeira<sup>20</sup> de Trabalhos Manuais nos currículos do ensino primário.

Como supracitado, a indústria europeia e americana, intensificando a divisão do trabalho, foi reduzindo ao estado da máquina, a maior parte dos trabalhadores das fábricas, como tentativa de diminuir neles o espírito da iniciativa e, conforme descrito por Manoel José Pereira Frazão<sup>21</sup> (1893, p.422). A cadeira de Trabalhos Manuais visava romper com essa forma de trabalho rotineiro e fracionado que paulatinamente se impunha. O autor exemplificou como o ensino de Trabalhos Manuais visava contribuir para essa ruptura:

[...] Se dissermos a um menino: << Eis ahi madeira e ferramenta, tendes de fazer um banco como este; como o fareis? O menino deve primeiro analysar o objecto, reconhecer-lhes as diversas partes, suas formas, suas dimensões, a maneira porque elãs estão ligadas. Eis um trabalho intellectual de grande valor, utilizando e firmando os conhecimentos em metrologia e em geometria pratica. Depois é preciso que elle prepare sua materia prima, que a apparelhe segundo os traços do modelo, que serre, que aplaine, que fure, que junte e etc., raciocinando sobre cada uma dessas operações para realizar o seu projeto do modo mais correcto e mais economico possivel.

E` preciso ter passado por taes exercicios para comprehender toda a importancia de um bom methodo de trabalho manual como meio de desenvolvimento integral das faculdades; elle torna perfeitamente lucidas as noções de forma, de grandeza; ensina a raciocinar sobre as acções associadas entre si e dirigidas para um fim bem consciente; elle da ao menino esse espirito pratico, esse sendo das realidades, que o estudo theorico de

<sup>20</sup> Nesta dissertação, o uso do termo “cadeira” remete-se ao termo “disciplina”, que surgiu no século XX, e está vinculado à definição retratada por André Chervell (1990, p. 179-180), que atribuiu a essa como sendo “matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual” com métodos, saberes e regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.

<sup>21</sup> José Manoel Pereira Frazão, professor no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, foi incumbido pelo Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos em 1890 a visitar as principais escolas primárias da Europa e dos Estados Unidos a fim de estudar a organização das mesmas. Nessa viagem, foi produzido um relatório para a inspetoria geral da instrução primária da capital federal, que foi publicado pela tipografia da Gazeta de Notícias em 1893 (FRAZÃO, 1893, p. 4). O professor Manoel Penna fez a leitura desse relatório, pois no mesmo constam 90 páginas sobre a cadeira de trabalhos manuais na Europa.

grammatica ou de qualquer sciencia é incapaz de desenvolver, o que, entretanto, é do mais alto valor.

A habilidade manual é um exercicios desta ordem; mas não é o principal, como se vê; nesses exercicios, é o cérebro, o órgão do pensamento, que representa o papel principal; é o espirito que concebe e manda, a mão obedece como um servido habil e fiel. (FRAZÃO, 1893, p. 422-423).

No final do século XIX e início do século XX, em vários países da Europa (como por exemplo: Suécia, Rússia, Finlândia, Dinamarca, França, Bélgica, Itália e Noruega) e nos EUA, foi incluído nos programas de ensino, a cadeira de Trabalhos Manuais.

De acordo com Maria de Lourdes Moreira Lemgruber (1962, p.11-12), a necessidade de preparar a criança para a labuta diária, quando saísse da escola, originou as primeiras manifestações em favor do trabalho manual escolar. Os primeiros ensaios nesse sentido datam do século XVII, tinham Montaigne e Lutero, ainda antes disso, declarados favoráveis a respeito do assunto. Além disso, nem todos os educadores valorizavam, igualmente, as vantagens do ensino do trabalho manual. Ambos reconheceram o valor educativo dessa cadeira e a consideravam como base do ensino à formação moral, intelectual e física do homem.

Em relação às várias ideias e teorias a respeito da cadeira de Trabalhos Manuais, Tapani Kananoja, Jouko Kantola, Pentti Nikkanen e Jouko kari (1999, p. 15-17) explicitaram que essas divergências ocorreram entre grande parte dos educadores de um mesmo país e entre educadores de países diferentes em relação, principalmente, à finalidade do ensino de Trabalhos Manuais no ensino primário: educativa versus profissional. Essa diferença (em relação à finalidade) estava vinculada à escolha do método. Como exemplo: Suécia (Sloyd Educacional); Rússia (Método técnico profissional Victor Della Vos); Dinamarca (Sloyd Educacional); Noruega (Sloyd Educacional); França (ensino técnico); Finlândia (Sloyd Educaional); Bélgica (sloyd); Itália (Sloyd Educaional); Estados Unidos da América do Norte (Sloyd/Artes manuais). Percebe-se que o Sloyd Educacional era a preferência da maioria dos países citados<sup>22</sup>.

Como veremos adiante, as ideias em torno do ensino de Trabalhos Manuais que sustentaram essa inovação curricular na Europa e nos Estados Unidos circularam no Brasil e foram apropriadas por educadores, entre eles, o professor mineiro Manoel Penna, adepto do Sloyd Educacional. Por ora, segue-se com o contexto da Europa<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Esses métodos se referem aos diferentes sistemas voltados para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais. A explicação dos mesmos será feita no capítulo 2 desta dissertação.

<sup>23</sup> Será retratada nos capítulos 2 e 3, desta dissertação, a escolha do professor Manoel Penna pelo Sloyd Educacional.

No século XX, com o fortalecimento da Escola Nova e, juntamente com ela, da pedagogia ativa<sup>24</sup>, o processo educativo na Europa passou por uma renovação e, no que diz respeito à relação trabalho e escola nos currículos, abriu espaço,

[...] ao ‘fazer’, ao ‘trabalho’, ao ‘problema’, rejeitando o intelectualismo e os formalismos tradicionais, a abstração culturalista da tradição escolar humanística. Tratou-se sobretudo, de abrir espaço nas escolas para o trabalho, ora entendido como trabalho pedagógico (feito em classe, capaz de valorizar a habilidade manual do estudante, destinado a reunificar o pensamento e o fazer não produtivo), ora como trabalho produtivo *tout court*, para ser exercido em locais específicos (oficinas) ligados a escola e capazes de introduzir nela uma fase que não é mera *bricolagem*, mas um trabalho real. Oscilações e contraposições, integrações e negações sucederam-se em torno deste problema, encetando uma revisão dos *curricula*, dos programas de estudo, bastante radical, como ocorreu no ativismo (um movimento mundial que, no século XX, até os anos 50, teorizou e experimentou modelos de ‘escolas novas’ e uma reintegração entre pensamento e ação) ou o marxismo soviético (um movimento pedagógico que se desenvolveu sobre o modelo politécnico de escola e de instrução, teorizado por Marx, e conjugando formação cultural e trabalho produtivo em fábrica). Ambos os movimentos, de fato, postularam uma reintrodução da práxis, da atividade laborativa, na escola e na formação das jovens gerações, por mais difícil e também contraditória que possa delinear-se essa simbiose, mais desejada do que possível (como revela a autocrítica das teses marxistas elaborada sobre este ponto por Gramsci, que se refere ao trabalho como fator central de uma nova concepção do mundo, do qual a escola deve ser o centro propulsor e não como um trabalho de fábrica a começar na escola). (CAMBI, 1999, p.396).

É nítido o interesse de muitos pedagogos europeus de educarem as crianças para o trabalho, porém, levando em consideração nesse período às atitudes, as vivências e as experiências das mesmas. Outro fator diz respeito à finalidade dos Trabalhos Manuais no ensino primário: se era somente despertar a habilidade manual ou preparar as crianças para as oficinas.

Percebe-se que, do século XIX para o XX, no campo da educação primária do contexto europeu e norte americano, o ensino de Trabalhos Manuais se insere nas questões pedagógicas escolares, transparecendo a prioridade em educar para o trabalho visando uma melhor formação das sensibilidades do que a qualificação, de seus futuros trabalhadores. E, concomitantemente no Brasil, as elites brasileiras preocuparam-se em formar o trabalhador

---

<sup>24</sup> A explicação deste movimento educacional será feita posteriormente.

nacional, inspiradas pelas transformações europeias e americanas ao final do século XIX e início do XX supracitadas<sup>25</sup>, se apropriaram das mesmas e estas a conduziram.

De acordo com José Miguel Arias Neto (2011, p.199), o Brasil tinha como principal fortalecedor de sua economia o café, ao mesmo tempo em que era palco de importações de capitais dos países industrializados — principalmente a Inglaterra, que estava na intensa disputa imperialista.

A partir dos lucros advindos do café — especialmente após o fim do tráfico de pessoas escravizadas e, conseqüentemente, a abolição — e os empréstimos concedidos pelos ingleses, ocorreram investimentos em atividades comerciais, manufatureiras, transportes (ferrovias), especulações financeiras. Isso propiciou um surto de urbanização, do alargamento de emprego e do trabalho livre (ARIAS NETO, 2011, p.200).

No que diz respeito a essa questão do trabalho livre, este era defendido pelos abolicionistas, intelectuais liberais e radicais positivistas, que eram em sua maioria urbanos. (Idem, p.201). Mas, como a maioria da população brasileira, esses trabalhadores livres estavam imersos na ideia de representação de trabalho manual que o caracterizava como degradante, pois eles o relacionavam à escravidão e, logo, qualquer trabalho manual era visto por eles como repugnante e aviltante (KOWARICK, 1994, p.43). Tanto que, às vezes, eles trabalhavam em um determinado período e, em outro, ficavam fora da atividade laboral ou trabalhavam em situações que o imigrante não fosse trabalhar (Idem, p.56). Devido a isso, eles eram vistos pelos patrões como inúteis que optavam pela vagabundagem, vício ou crime e não possuíam a disciplina do trabalho (Idem, ibidem).

Imbuídos por essa mesma perspectiva, os fazendeiros paulistas buscaram substituir o trabalho escravo pelos imigrantes. Eles alegaram que “substituir o negro” era fundamental, pois eles depreciavam o trabalho manual porque traziam consigo a mácula da escravidão. E os imigrantes, que foram a sua opção de mão de obra, estavam imbuídos de uma ideologia do trabalho livre e acreditavam que o trabalho libertava e propiciava a acumulação de bens (ARIAS NETO, 2011, p.201-204).

Os imigrantes realizaram tanto o trabalho rural quanto trabalho industrial, porém a grande maioria viveu em situações degradantes, por terem tido baixos salários e restrições

---

<sup>25</sup> De acordo com Luiz Antônio Cunha (2005, p.78), enquanto a Europa vivenciava a Revolução Industrial, voltada para a predominância do modo de produção capitalista, os idealistas brasileiros se referiam às conseqüências do que ocorria na Europa na periferia do sistema capitalista. Lidavam com a necessidade de estender no Brasil as relações capitalistas de produção pela abolição da escravatura e pela instituição do trabalho assalariado, imperativos no processo de acumulação de capital cujo ritmo era ditado, em parte, pelos países da Europa.

no território brasileiro, a ponto de governos de seus países de origem terem intervindo por eles mediante ao governo brasileiro (KOWARICK, 1994, p.69-75).

Mas com o passar do tempo, a elite brasileira sentiu a necessidade de investir no trabalhador nacional, pois, os imigrantes não realizavam todas as funções necessárias, como dito anteriormente, geravam gastos e problemas sociais (Idem, p.103-109).

E, ao tomarem essa decisão, as elites passaram a ver a vadiagem dos nacionais como um problema que tem remédio, não era mais uma questão de índole. Uma vez que:

No discurso dominante a instabilidade e indisciplina no trabalho deixaram de ser marcos inerentes à índole dos nacionais. Não se trata mais de aversão congênita para trabalhar, fruto de espírito errante por natureza ou de uma mentalidade falsa e viciada, propensa, devido a uma degeneração irremediável, à vida fácil, ao alcoolismo e à imoralidade de toda sorte. Ao contrário tradicionalmente estigmatizado de apático e preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado, pois sua indolência era consequência do abandono a que fora relegado: afinal, ele já havia provado sua bravura na exploração de terras adversas, como na Amazônia, onde dora ‘o mais corajoso e heroico dos colonos’, indivíduos enfim, capaz de suportar a penúria e a dor, atributos ‘que só possui o sertanejo do norte’ [*La Revista Coloniale*, 1918:257]. (KOWARICK, 1994, p.112).

E no que diz respeito à relação dos nacionais com os imigrantes:

Nesse processo de recuperação da mão- de-obra nacional, sua comparação com o estrangeiro é frequente, e na contenda das argumentações ela sai vitoriosa. Tratava-se de reativar o mercado de trabalho a fim de continuar dispondo de vasta oferta de braços, condição indispensável para o sistema produtivo manter inalterada a feroz exploração do trabalho que os movimentos grevistas, em vários momentos, haviam colocado em xeque: para os grupos dominantes, sempre havia o risco de infiltração do ‘vírus anarquista’, de origem estrangeira, estranho à ‘índole pacífica’ das ‘tradições pátrias’, mais suscetível de contaminar o imigrante. Também sob esse aspecto reconstrói-se a imagem do trabalhador nacional, que, à diferença do estrangeiro, trabalha a preços módicos, aceita qualquer tarefa sem reclamar ou lançar mão de paralisações. (KOWARICK, 1994, p.113).

Não obstante, para resgatar os nacionais para o trabalho, não bastava exaltá-los como homem patriota, trabalhador e menos contestadores que os imigrantes, era preciso:

Condiciná-lo, no sentido de “convencê-lo a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado em vez de escolher outra alternativa de vida. O tortuoso processo de produzir força de trabalho, geralmente impregnado de acentuada dose de violência institucional e privada, implica, assim, tanto [as] transformações materiais, em que o acesso à terra é um ponto fundamental, como [as] mudanças culturais e ideológicas

que geram no trabalhador a “disposição” de ingressar na disciplina do processo produtivo. (KOWARICK 104 1994 – grifos nossos).

Nesse processo, intelectuais do final do Império<sup>26</sup> apresentavam várias propostas de ensino profissional para as massas de modo a moralizá-los e a desenvolver a produção em prol de uma transformação da sociedade (CUNHA, 2005, p. 156).

Para Martín Francisco<sup>27</sup>, a valorização da educação popular faria surgir igualdade de oportunidades no Brasil; alegava que os países da Europa que já tinham projeto de educação popular em ação estavam caminhando com prosperidade no campo industrial, na melhoria das condições do proletariado e no aumento da riqueza dos países; e afirmou que o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856 e mantido pela Sociedade Propagadora de Educação Popular, era o ideal para uma educação para o trabalho no Brasil (Idem, p. 158).

João Barbalho Uchoa Cavalcanti<sup>28</sup> afirmava que pela instrução se alcançaria o respeito ao direito, à paz e à ordem, que, por sua vez, são necessárias às artes, às indústrias e ao comércio, eram esses os principais elementos para o progresso. Segundo ele, o Asilo dos Meninos Desvalidos, criado por João Alfredo Corrêa de Oliveira em 1875, formava, para as indústrias e as artes, trabalhadores com moral e aptidão para o trabalho (Idem, p.159).

Para Félix Ferreira<sup>29</sup>, o que impedia o avanço “das artes industriais” no Brasil era o despreparo da força de trabalho, devido ao longo período escravagista. E, assim como Martín Francisco, atribuiu ao Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro o local de combate a esses dois males (Idem, p. 161-162).

Rui Barbosa<sup>30</sup>, em seu projeto, priorizou a importância do ensino profissional no ensino secundário (Idem, p. 171) e disse que “criar a indústria é organizar a sua educação. Favorecer a indústrias é preparar a inteligência, o sentimento e a mão do industrial para

---

<sup>26</sup> Esses intelectuais apresentaram tais propostas por meio de apropriação das ideias contidas nos livros de autores europeus que circularam no Brasil ou, ainda, mediante à formação acadêmica que alguns desses intelectuais tiveram na Europa (CUNHA, 2005, p. 179).

<sup>27</sup> Martín Francisco Ribeiro Andrada era sobrinho de José Bonifácio, foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo e deputado em várias legislaturas da Assembleia Provincial paulista; ocupou, também, a pasta de Negócios Estrangeiros e da Justiça no Governo do Império e, ainda, integrou o Conselho do Estado no Império. (CUNHA, 2005, p. 157).

<sup>28</sup> João Barbalho Uchoa Cavalcanti foi inspetor-geral da Instrução Pública de Pernambuco, foi ministro dos Correios, Telégrafos e Instrução Pública e deixou o legado de vários escritos pedagógicos. (CUNHA, 2005, p. 158).

<sup>29</sup> Félix Ferreira foi escritor de jornalista profissional e publicou vários livros sobre educação. (CUNHA, 2005, p. 161).

<sup>30</sup> Rui Barbosa foi, no Império, deputado provincial e geral, e, também, membro do Conselho de Estado Republicano. Foi Ministro da Fazenda e da Justiça (CUNHA, 2005, p. 169) e, de acordo com Demerval Saviani (2011, p.164), escreveu o parecer a respeito da Reforma Leôncio de Carvalho de 1881 a 1883.

emular na superioridade do trabalho, com a produção similar aos outros Estados.” (BARBOSA, 1948, v.9, Tomo II, p. 256-257).

Conforme Carla Simone Chamon (2014, p.2), Tarquínio de Souza Filho<sup>31</sup>, em obra escrita em 1887 — *“O Ensino Technico no Brasil”* — buscou registrar a ineficiência do ensino profissional e defendeu o ensino técnico profissional para as classes populares. Apontou que o ensino profissional era a condição para o progresso do país. E sugeriu a criação de escolas técnicas comerciais, agrícolas e industriais.

Mediante as ideias dos intelectuais referidos, fica evidenciado que as elites estavam discutindo a educação profissional do povo brasileiro, a fim de prevenir a contestação da ordem e mobilizar a força de trabalho para a produção industrial manufatureira (CUNHA, 2005, p. 173-174).

No início do século XX, após a instauração da República, as elites dirigentes do Império continuaram à frente da política e modificaram os Estados e as suas instituições, mantiveram os seus objetivos em romper com o preconceito em relação aos trabalhos manuais.

No entanto, do ponto de vista econômico, ao longo do século XX, os lucros do café continuaram a ser investidos na industrialização, nos melhoramentos urbanos e nos pagamentos de dívidas. O contínuo aumento da produção e das exportações pressionava a importação de capitais (ARIAS NETO, 2011, p.212). As indústrias se fortaleceram e a disciplina para o trabalho se estendia às escolas, teatros, ruas etc. (Idem, p.227).

Nessa lógica, as instituições escolares em todos os âmbitos (primário, secundário e profissional) tornaram-se os meios para a construção de um novo imaginário<sup>32</sup> social. (CHAMON, 2014, p.573). De acordo com José Murilo de Carvalho (1990, p. 10-11), a manipulação de um novo imaginário social é particularmente importante em momentos de transformação política e social e em momentos de definição de identidades coletivas, pois, “é por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial o coração, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo.”

A educação profissional nesse contexto, conforme Silvia Manfredi (2002, p. 80), foi incentivada e voltada tanto para os pobres “desafortunados”, quanto aos que pertenciam aos

---

<sup>31</sup> Tarquínio de Souza Filho era formado pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como advogado e lente da Escola Naval, na cidade do Rio de Janeiro, nas duas últimas décadas do século XIX até 1908. (CHAMON, 2014, p.2).

<sup>32</sup> Considera-se, nesta dissertação, a definição de imaginário desenvolvida por José D’ Assunção de Barros (2008, p. 93) como um sistema ou universo complexo e interativo que engloba a construção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, agregando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas.

setores populares urbanos que seriam os trabalhadores assalariados. E a mesma, ao longo do início do século XX, passou por um processo de institucionalização, de qualificação e criação de uma nova cultura do trabalho para os trabalhadores livres. Para a concretização desses objetivos, a educação profissional ganhou uma nova configuração, houve o surgimento de novas redes de escolas, por iniciativa do governo federal e dos governos estaduais. Outros paladinos surgiram nessa empreitada, por exemplo, a igreja católica, os trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro de âmbito sindical e os membros da elite cafeeira.

Os projetos de educação para o trabalho no Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, também se estenderam para o ensino primário através da inserção da cadeira de Trabalhos Manuais nos programas de ensino. E essa cadeira, na perspectiva do professor Manoel Penna, visava contribuir com rompimento do aviltamento do trabalho manual por parte da sociedade brasileira, fazendo com que desde a infância, os sujeitos desenvolvessem habilidade manual e apreço pelas atividades manuais<sup>33</sup>.

O modo de inserção da cadeira de Trabalhos Manuais, seus métodos, seus saberes e suas regras, bem como suas finalidades nesse no contexto imperial e republicano brasileiro, serão retratados no próximo subcapítulo.

## **1.2 A inserção da cadeira de Trabalhos Manuais nos programas do ensino primário brasileiro na segunda metade do século XIX e início do século XX**

De acordo com Luciano Mendes Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal (2000, p.23), a partir da segunda metade do século XIX, houve intensos debates na esperança de atribuir ao sistema educacional uma maior eficácia<sup>34</sup>.

A elite dirigente via, na “escolarização das massas” do “mundo moderno”, uma forma de fortalecer as estruturas estatais (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24). Estruturas essas que necessitavam de um homem novo, articulado às exigências do desenvolvimento industrial e ao processo de urbanização como as nações avançadas (SOUZA, 2000, p.11).

Nesse período, procurou-se promover, nas escolas primárias, inovações arquitetônicas e didático-pedagógicas como: construções de novos prédios escolares adequados ao ensino,

---

<sup>33</sup> A explicação sobre essa perspectiva do professor Manoel Penna será retratada no capítulo 3 desta dissertação.

<sup>34</sup> De acordo com Rosa Fátima de Souza (2000, p.10), esses debates foram inspirados pelo contexto internacional e a intenção de quem os realizaram era se apropriar das mudanças que ocorriam na Europa.

globos, cartazes, coleções carteiras, livros e ampliação dos programas de ensino com inclusão de novos conteúdos (SOUZA, 2000, p.11).

É preciso salientar que as mudanças nos programas de ensino têm uma forte ligação com a formação da Nação (SOUZA, 2000, p.11). No caso do Brasil — como dito anteriormente — as elites visavam construir uma nação laboriosa, rompendo com o desprezo pelos Trabalhos Manuais. Para isso, uma das estratégias foi à inserção da cadeira de Trabalhos Manuais nos programas do ensino primário com a finalidade de “instrumentalização” do trabalhador desde o início de seu processo de escolarização (SOUZA, 2000, p.19).

Em 1854, o Decreto nº 1.331-A, conhecido como “Reforma Couto Ferraz<sup>35</sup>” — que aprovou o “Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte” — institui o princípio da obrigatoriedade do ensino primário de primeiro grau e estabeleceu o método de ensino simultâneo<sup>36</sup>, a escola primária dividida em duas classes: a primeira seria escolas de instrução, chamadas escolas de primeiro grau, e a segunda corresponderia à instrução primária superior, denominada escolas de segundo grau (SAVIANI, 2011, p.131-134).

E o programa do ensino primário foi enriquecido com o ensino de Trabalhos Manuais não em formato de cadeira, e sim, como complemento ao que se ensinava no programa e apresentava uma finalidade profissional. O Art. 50 do decreto citado estabeleceu para as meninas: “Nas escolas para o sexo feminino, além dos objetos da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bordados e trabalhos de agulha mais necessários. (IMPÉRIO DO BRASIL, Decreto nº 1.331-A/1854).

E em relação aos meninos, somente aqueles que estivessem em situação de vacância, pobreza e mendicância<sup>37</sup>:

Art. 63. Os meninos, que estiverem nas circunstâncias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução de primeiro grau, serão enviados as companhias de aprendizes do arsenais, ou de Imperiaes marinheiros, ou para as oficinas publicas ou particulares, mediante um contracto, no ultimo caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo da fiscalização de um Juiz de Orphãos. (IMPÉRIO DO BRASIL, Decreto nº 1.331-A/1854).

<sup>35</sup> Luiz Pedreira do Couto Ferraz foi deputado pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, presidente da Província do Espírito Santo e ministro do Império, e foi nesse momento que ele lançou a referida reforma. (SAVIANI, 2011, p.130).

<sup>36</sup> Conforme Paulo Krüger Corrêa Mourão (1962, p.19), no método de ensino simultâneo à classe era dividido em grupos.

<sup>37</sup> Os Artigos antecedentes referidos na citação são os 60, 61 e 62 do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, e eles retratam a situação de vacância e mendicância dos menores.

O Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, denominado “Reforma Leôncio de Carvalho<sup>38</sup>”, manteve a obrigatoriedade do ensino primário de primeiro grau como na “Reforma Couto Ferraz”, atribuiu ao ensino religioso caráter facultativo e inseriu o método intuitivo como cadeira escolar. O ensino primário ficou dividido em escolas de primeiro grau e escolas de segundo grau. No que diz respeito aos Trabalhos Manuais, esse passou a compor o programa de ensino primário do primeiro e do segundo grau, como cadeira; porém, no primeiro grau, somente para as meninas e, no segundo, para meninos e meninas. E a finalidade continuou sendo profissional como em 1854.

Art. 4º O ensino nas escolas primarias do 1º gráo do municipio da Côrte constará das seguintes disciplinas:

Instrucção moral.

Instrucção religiosa.

Leitura.

Escrepta.

Noções de cousas.

Noções essenciaes de grammatica.

Principios elementares de arithmetica.

Systema legal de pesos e medidas.

Noções de historia e geographia do Brazil.

Elementos de desenho linear.

Rudimentos de musica, com exercicio de solfejo e canto.

Gymnastica.

Costura simples (para as meninas).

O ensino nas escolas do 2º gráo constará da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas do 1º gráo e mais das seguintes:

Principios elementares de algebra e geometria.

Noções de physica, chimica e historia natural, com explicação de suas principaes applicações á industria e aos usos da vida.

Noções geraes dos deveres do homem e do cidadão, com explicação succinta da organização politica do Imperio.

Noções de lavoura e horticultura.

Noções de economia social (para os meninos).

Noções de economia domestica (para as meninas).

Pratica manual de officios (para os meninos).

Trabalhos de agulha (para as meninas).

(DECRETO nº 7.247 de 19 de abril de 1879 – Grifos nossos).

Ao serem mantidos os Trabalhos Manuais no programa do ensino primário, na “Reforma Leôncio de Carvalho”, foi demonstrado o quanto essa modalidade do ensino era fundamental à formação do operariado brasileiro (CUNHA, 2005, p.164).

<sup>38</sup> Leôncio de Carvalho foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, fundou em 1873 e tornou-se membro da primeira diretoria da Sociedade Propagadora da Instrução Popular (CUNHA, 2005, p. 163). De acordo com Maria Cristina Gomes Machado (2011, p. 94), desse decreto, somente foram executadas as medidas que não exigiam verbas elevadas.

Em relação ao Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, conforme Machado (2011, p. 97), Rui Barbosa realizou um estudo sobre esse decreto, o que culminou na composição de seus Pareceres/Projetos sobre a educação<sup>39</sup>. Nos Pareceres, ele escreveu que incumbia à reforma do ensino primário repudiar tudo o que existia e reorganizar totalmente o ensino de acordo com as transformações socioeconômicas brasileiras — inspiradas pelos modelos dos países avançados (BARBOSA, 1883, p.61, vol. X, Tomo II).

Rui Barbosa fez defesa por escola primária laica e obrigatória, com duração de oito anos, dividida em três graus: elementar e médio, com dois anos de duração cada; e o superior, com quatro anos de duração, diferindo da “Reforma Leôncio de Carvalho”, que dividia o ensino primário em dois graus.

No entanto, um ponto a ser destacado do Parecer foi a discordância de Rui Barbosa com o fato das Lições de Coisas ou método intuitivo ter sido inserida no Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, como cadeira escolar do ensino primário de 1º grau. E para Rui Barbosa:

A lição de coisas não é um assunto especial no plano de estudos: é um método de estudo; não se circunscreve a uma secção do programa: abrange o programa inteiro; não ocupa, na classe, um lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: é o processo geral, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivo ao horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário a todas. (BARBOSA, 1883, p.215, Tomo II).

Ele alegou que o método intuitivo foi o mais importante da “Reforma Leôncio de Carvalho”, pois somente esse método se sobrepunha ao ensino verbalista, repetitivo e enraizado na memória e nas abstrações inúteis que eram praticadas na escola primária do Império. (BARBOSA *apud* SOUZA, 2000, p.13).

Consoante a Vera Teresa Valdemarin (2004, p.171), o método de ensino intuitivo,

Popularizado também sob denominação de *lições de coisas* e *método objetivo*, pode ser caracterizado como a prática pedagógica que faz uso de objetos didáticos, conhecidos ou semelhantes àqueles conhecidos pelos alunos, para promover a aprendizagem. Esta prática baseia-se numa concepção sobre o conhecimento humano segundo a qual todas as noções de espírito têm sua origem na percepção da existência de semelhanças e diferenças entre os objetos proporcionada pelos sentidos, ou, dito de outro modo, o conhecimento das coisas que nos rodeiam é possível pelo fato de

<sup>39</sup> Rui Barbosa era político, advogado e foi autor de diversos pareceres, artigos, jornais, projetos, discursos, conferências e trabalhos jurídicos. O parecer da educação primária foi produzido em 1883, trata-se de o volume X dividido em Tomos I, II, III e IV (MACHADO, 2011, p. 97).

termos sentidos que fazem a ligação entre o objeto a ser conhecido e o sujeito que o conhece, criando ideias. Como decorrência dessa concepção teórica, a atividade educativa deve centrar-se na proposição de exercícios para aprimorar a criação de ideias claras exatas, adequados às sucessivas etapas do desenvolvimento humano. Dada a peculiaridade da infância, estas atividades devem ser associadas à recreação e ao prazer, estratégias para obter a atenção e o aguçamento da curiosidade, conseguindo-se assim formar o hábito de atenção firme, necessário à educação intelectual. A atenção é condição imprescindível para o exercício da observação acurada, que, por sua vez, leva à comparação e à classificação das experiências, caminho metódico que possibilita o exercício do julgamento. (VALDEMARIN, 2004, p.171).

Ao mesmo tempo em que se reformou o método de ensino, tornou-se necessário, também, a reforma do programa de ensino. E esse para Rui Barbosa deveria seguir os fundamentos da educação integral: moral, física e intelectual<sup>40</sup>. Ele selecionou para os programas de ensino primário as cadeiras que melhor corresponderiam aos ideais de modernização do país e atendessem à formação das camadas populares (SOUZA, 2000, p.13-16) Entre elas Rui Barbosa destacava os Trabalhos Manuais.

IV - O curso da escola primária elementar, que durará regularmente dois anos, compreende:

[...]

h) Grandes fatos da história especialmente pátria, anedoticamente ensinados, por lições orais do professor, livros de leitura, estampas e quadros apropriados, sem tarefas de cor. Execução de trabalhos e distrações tendentes a desenvolverem a agilidades das mãos, o gosto artístico e o espírito de invenção.

[...]. (BARBOSA, 1883, p.91, Tomo IV – grifos nossos).

E na escola primária média:

V – O curso da escola primária média, que durará dois anos, compreende:

[...]

i) execução de Trabalhos Manuais mais desenvolvida que na escola elementar.

[...]. (BARBOSA, 1883, p.92, Tomo IV).

Percebe-se que a proposta de Rui Barbosa para o ensino de Trabalhos Manuais tinha uma finalidade educativa.

---

<sup>40</sup> Esse princípio foi formulado e difundido por Spencer a partir de sua obra *Educação Intellectual, Moral e Physica*, publicada em 1861.

Além de Rui Barbosa, outro autor que defendeu o ensino de Trabalhos Manuais na escola primária, no final do século XIX, foi Tarquínio de Souza Filho. Em sua obra *O Ensino Technico no Brasil*, registrou que:

Outro meio, que não duvidamos lembrar para facilitar o desenvolvimento do ensino technico em nosso pai, é a introdução dos trabalhos manuaes nas escolas primarias, embora sem caracter obrigatório. Esta feliz inovação é reclamada por autoridades competentes e vai sendo praticada vantajosamente em diversos paizes.

Na Suecia o ensino de trabalhos manuaes foi introduzido desde 1866, e perto de 500 escolas o distribuem com proveito. Em Copenhague e Vienna têm se feito iguaes tentativas. Na Belgica diversas escolas primarias de Bruxellas e Saint-Gilles o têm experimentado.

Em Paris desde 1880 foram introduzidos os trabalhos manuaes nas escolas primarias municipaes e mais de 20 o praticam. Além disto continua a propaganda para estabelecer o ensino manual nas escolas normaes, nas escolas primarias superiores e nas escolas elementares. (SOUZA FILHO, 1887, p. 196-197).

Percebe-se que o ensino de Trabalhos Manuais na educação primária foi adquirindo espaço nas discussões e propostas de currículos, a partir da segunda metade do século XIX, através de diversos formatos — ora como complemento ao ensino primário, ora como cadeira escolar somente no ensino de 2º grau ou no ensino primário elementar e médio e, por fim, como um auxílio ao ensino técnico. E na tocante finalidade, ora como profissional, ora como educativa.

Essas várias características, atribuídas ao ensino de Trabalhos Manuais no ensino primário, confirmam que a criação da escola primária voltada para o povo não ocorreu de forma rápida e nem foi o resultado de uma “evolução natural”. As facetas da escola primária foram construídas ao longo da história a partir “de lutas travadas em meio às contradições da sociedade.” (MACHADO, 2011, p.100). E cada proposta educacional foi espelho dessas lutas demonstrando a dificuldade em torno da organização de uma escola a ser instaurada.

Os debates travados em fins do Império em torno da educação do povo intensificaram na República, pois as condições da educação primária continuaram precárias, devido à escassez de verba destinada a essa (SAVIANI, 2011, p.167-168).

A proposta de solução para o problema da verba destinada à educação, segundo Carlos Roberto Jamil Cury (2005, p.69-79), partiu da Carta Constitucional da República, que

começou a ser arquitetada a partir do dia 15/11/1890 e promulgada em 24 de fevereiro de 1891<sup>41</sup>.

A constituição de 1891, que manteve um federalismo educacional quase nos mesmos termos do Ato Adicional, exceto no que tange a laicidade, deixou a cargo da autonomia dos Estados declarar ou não a gratuidade (que estava na Constituição) e a obrigatoriedade do ensino primário. Os Estados teriam autonomia para, dentro de seus territórios, financiar, com seus recursos, essa etapa da educação escolar (CURY, 2010, p. 36).

Concomitante à construção da Constituição de 1891, segundo Taís Delaneze (2012, p. 5420), a partir do Decreto nº 346 de 19 de abril de 1890, criou-se uma Secretaria de Estado com a denominação de — “Secretaria de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos” e Benjamin Constant<sup>42</sup> tornou-se o primeiro chefe da Pasta. Esse promoveu uma reforma que abrangia o ensino primário, secundário e normal. Porém, não se estendia a todo território nacional, podia servir, no máximo, de modelo restante do país.

O Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890 ou “Reforma Benjamin Constant”, estabelecia o ensino primário gratuito, laico, mas sem obrigatoriedade. O ensino foi dividido em dois graus. A escola primária de primeiro grau abrangia três cursos, classificados de acordo com a idade: elementar (6 a 9 anos), médio (9 a 11 anos) e superior (11 a 13 anos), e cada curso ocorria em duas classes graduadas. A escola primária de segundo grau abarcava três classes e era remetida a alunos de 13 a 15 anos. (GREIVE, 2007, p. 239)

O método de ensino determinado pela “Reforma Benjamin Constant” foi o intuitivo. Essa determinou a construção de prédios — grupos escolares — que instauraram uma “nova cultura pedagógica” estruturados em “seriação”, “direção” e “inspeção centralizada.” Com materiais pedagógicos necessários ao ensino e que proporcionavam “o uso de espaços coletivos para o desenvolvimento das novas determinações pedagógicas como “pátios para recreio, local para ginástica, gabinetes, museus, bibliotecas, refeitório, auditório, hortas [...] etc.” (GREIVE, 2007, p. 241-243).

O programa de ensino era predominantemente enciclopedista e, nele, manteve-se os Trabalhos Manuais como cadeira escolar, porém, a mesma passou a constar no programa do ensino primário de primeiro de segundo grau para menino e meninas.

<sup>41</sup> E os vários grupos políticos da República atuaram na construção da Constituição: liberais, liberais-democratas, progressistas, positivistas, católicos e um representante da classe trabalhadora. (CURY, 2005, p. 73-74).

<sup>42</sup> De acordo com Maria Teresa Penteado Cartolano (1994, p. 14), Benjamin Constant era militar, mais por necessidades econômicas do que por vocação. Foi professor de matemática elementar e superior na Escola Militar.

Art. 3 O ensino das escolas primarias do 1º gráo, que abrange tres cursos, comprehende:

Leitura e escripta;

Ensino pratico da lingua portugueza;

Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro do processos espontaneos, e depois dos processos systematicos;

Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);

Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil;

Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural;

Instrucção moral e civica;

Desenho;

Elementos de musica;

Gymnastica e exercicios militares;

Trabalhos manuaes (para os meninos);

Trabalhos de agulha (para as meninas);

Noções praticas de agronomia.

Art. 4 O ensino das escolas primarias do 2º gráo, que abrange tres classes, comprehende:

Calligraphia;

Portuguez;

Elementos de lingua franceza;

Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. Geometria e trigonometria;

Geographia e historia, particularmente do Brazil;

Elementos de sciencias physicas e historia natural applicaveis ás industrias, á agricultura e á hygiene;

Noções de direito patrio e de economia politica;

Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topographico;

Musica;

Gymnastica e exercicios militares;

Trabalhos manuaes (para os meninos) e

Trabalhos de agulha (para as meninas).

Parapho unico. A instrucção moral e civica não terá curso distincto, mas occupará constantemente e no mais alto gráo a attenção dos professores. (BRASIL, Decreto nº 98/1890 – grifos nossos).

Como “Disposições Transitórias” na “Reforma Benjamin Constant”, são apresentados os conteúdos a serem lecionados para cada cadeira nos âmbitos do ensino elementar, médio e superior nas duas classes e nas três classes do segundo grau. Os conteúdos dos Trabalhos Manuais eram:

### **Titulo IX**

*Disposições transitorias*

Benjamin Constant.

ESCOLA PRIMARIA DO 1º GRÁO

Curso elementar

CLASSE 1ª

[...]

Trabalhos manuaes - Trabalhos de papel. - Dobrado: figuras geometricas, ornatos, objectos simples. Recorte: figuras geometricas, ornatos, etc. Tecidos: desenhos, trabalhos com fitas; alfabeto, algarismos.

Cartonagem - Recórte em fôrma de solidos geometricos.

Trabalhos para meninas - Exercicios froebelianos. Dobrado, tecido, trançado. Elementos de modelagem

[...]

#### CLASSE 2ª

[...]

Trabalhos manuaes - Cartonagem: caixas, estojos, carteiras, etc., revestidos de desenhos coloridos e tecidos; ornamentação destes objectos.

Modelagem - Solidos geometricos, ornatos simples.

Moldagem - Reprodução dos melhores trabalhos modelados; objectos simples.

Trabalhos para meninas - Continuação do programma precedente. Recórte de papel. Cartonagem simples.

Tricot em lã.

[...]

#### Curso médio

#### CLASSE 1ª

[...]

Trabalhos manuaes - Trabalhos de madeira. Estudo dos principaes utensis empregados nos trabalhos em madeira. Aplinar, serrar, juntar por todos os processos.

Trabalhos de agulha - Elementos de costura: ponto adeante, ponto atrás, ponto de marca.

Tricot em linha.

[...]

#### CLASSE 2ª

[...]

Trabalhos manuaes - Continuação do programma precedente.

Trabalhos de agulha - Posponto; bainha; serzido; remendos.

Costura simples. (lenços, guardanapos, toalhas, lençóes, aventaes, etc.)

[...]

#### Curso superior

#### CLASSE 1ª

[...]

Trabalhos manuaes - Trabalhos de madeira. Esboço dos contornos de objectos que se teem de executar; construção destes objectos. Torneados: maçanetas, rolos, cabos de instrumentos. Recortes: molduras, caixas, etc.

Conhecimento e uso dos principaes utensis empregados no trabalho do ferro.

Trabalhos de agulha - Tricot e crochet.

Trabalhos de marca.

Franzidos: picados, botoeiras, etc.

Noções de córte e fabrico de vestidos simples e faceis.

[...]

#### CLASSE 2ª

[...]

Trabalhos manuaes - Desenvolvimento do programma predecete. Exercicios de lima e torno para ferro.

Trabalhos de agulha - Córte e fabrico de roupas simples: enxoval de criança, roupas de homem e de mulher.

Bordados.

[...]

ESCOLA PRIMARIA DO 2º GRÁO  
CLASSE 1ª

[...]

Trabalhos manuaes - Trabalho em madeira e conhecimento das madeiras brasileiras mais empregadas na industria. Serrar, perfurar, aplinar, ajustar, tornear: 3 horas.

Trabalhos de agulha - Córte, costura e bordado de roupas brancas: camisas, corpinhos, calças, saias e paletots.

Serzido artistico em linho e algodão.

[...]

CLASSE 2ª

[...]

Trabalhos manuaes (para o sexo masculino) - Trabalho em madeira (continuação do programma precedente). Trabalho em ferro. Exercicios de lima e torno: 2 horas.

Trabalhos de agulha - Córte e costura, enfeite por figurinos, de roupa de senhora e de criança.

Serzido em lan e seda.

Concerto de filó e rendas. Preparo dos estofos; reproducção modificação de desenhos.

Diversos processos de esterzido.

Uso da machina de costura movida a mão.

[...]

CLASSE 3ª

[...]

Trabalhos manuaes - Trabalho em ferro: limar, martelar, forjar, soldar, perfurar, tornear, ajustar. Desenho de pequenos objectos e execução delles: 2 horas.

Trabalhos de agulha - Obras de phantasia, inclusive o macramé.

Fabrico de espartilhos, flores e de toucados ou chapéos para senhora.

[...] (BRASIL, Decreto nº 98/1890)

É perceptível que os Trabalhos Manuais na “Reforma Benjamin Constant” seguem uma diferença de gênero (meninas e meninos) e uma evolução no grau de dificuldade, à medida que os alunos vão avançando nas classes das escolas primárias de primeiro e segundo grau: no curso elementar, os conteúdos — cartonagem, modelagem, trabalhos de papel, trabalhos em tecidos — visavam iniciar as crianças no ensino da cadeira de Trabalhos Manuais; já nos cursos médio e superior, a criança adentrava na esfera de um conteúdo técnico — madeira, ferro, costura — dando continuidade a esse último no ensino primário de segundo grau. Quanto à finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, no ensino de primeiro grau, era educativa; no ensino de segundo grau, tinha um caráter profissional.

Muitos Estados se basearam na “Reforma Benjamin Constant” para estruturar seu ensino, mas, devido à autonomia concedida a esses para realizarem investimentos no campo educacional, acabaram criando modelos pedagógicos originais (GREIVE, 2007, p. 242).

O Estado de São Paulo foi o pioneiro na consolidação das ideias que visavam transformações na educação. Antônio Caetano de Campos<sup>43</sup> iniciou a modernização da educação paulista, atribuindo a essa, o título de símbolo da República e “um divisor de águas em relação ao passado.” No dia 8 de setembro de 1892, houve uma reforma que dividiu o ensino primário em dois cursos com quatro anos de duração. O método estabelecido foi o intuitivo, o currículo era enciclopédico e de forma graduada e, em agosto de 1893, construíram o primeiro grupo escolar do Brasil (GREIVE, 2007, p. 242).

Segundo Tainã Maria Pinheiro dos Santos (2012, p.28), em 1905, pelo Decreto nº 1.281, de 24 de abril, o governo de São Paulo aprovou o programa de ensino para os grupos escolares, nos quais estavam presentes os Trabalhos Manuais.

De acordo com Aprígio Gonzaga<sup>44</sup>, o ensino da cadeira de trabalhos tinha como finalidade:

Despertar o gosto por todo trabalho em geral, infundir respeito pelo trabalho, qualquer que elle seja; despertar a independência e a confiança proprias; habituar à ordem, à exatidão, à correção e à paciência; inspira attenção, interesse e perseverança, aperfeiçôa a vista, o senso esthetico e dá habilidade manual, desenvolve a força physica; desperta os nobres sentimentos de sociabilidade, pureza moral, e consequentemente, facilita a aproximação do homem e do seu creador. (GONZAGA, 1916, p.10 *apud* SOUZA, 2008, p.65).

O dizer de Aprígio Gonzaga demonstra o quanto os Trabalhos Manuais como cadeira escolar trouxeram “vantagens do ponto de vista moral e econômico”. Entretanto “os Trabalhos Manuais foram incluídos nos programas do ensino primário com uma finalidade educativa de caráter geral.” (SOUZA, 2008, p.65). A preocupação em aprender um ofício específico através desta cadeira era ínfima em relação ao objetivo de aprender sobre os princípios gerais do ofício. Os Trabalhos Manuais tinham como finalidade promover às crianças uma educação integral, despertando nelas o sentimento pelo trabalho e as distanciando de “ideias pueris”. Assim feito, as crianças não deixariam de trabalhar pela grandeza do Brasil (ZWARG, 1908, p.22 *apud* SOUZA, 2008, p.65).

---

<sup>43</sup> Cf. Santos (2012, p.2), Antônio Caetano de Campos foi diretor da Escola Profissional Masculina da Capital de São Paulo.

<sup>44</sup> Aprígio Gonzaga foi diretor da Escola Profissional Masculina de São Paulo (ROSA, 2008, p.65).

Por volta de 1920, as ideias “escolanovistas” se intensificaram no Brasil. Ao final do século XIX e início do século XX, na Europa, configurou-se de forma definitiva o “escolanovismo”. Esse visou superar a escola tradicional, que tinha como centro o professor e se voltava para a memorização de conteúdos. A Escola Nova exigia métodos ativos e enfatizava os processos do conhecimento, as atividades eram centradas nos alunos, valorizava-se jogos, exercícios físicos, práticas do desenvolvimento da motricidade e da percepção, a fim de aperfeiçoar as mais diversas habilidades (ARANHA, 2006, p. 246-247).

Em 1899, Adolphe Ferrière (1849-1961) fundou o *Bureau International* das Escolas Novas, com sede em Genebra, que tinha como propósito estabelecer padrões — através da criação de trinta pontos — para as várias Escolas Novas que surgiram de tendências diferentes<sup>45</sup>.

Para fazer parte do escolanovismo, as escolas deveriam cumprir pelo menos dois terços dos padrões estabelecidos pelo *Bureau*:

[...] Segundo esse padrão, eram as seguintes as principais características da Escola Nova: educação integral (intelectual, moral, física); educação ativa; educação prática; com obrigatoriedade dos Trabalhos Manuais; exercício de autonomia; vida no campo; internato; coeducação; ensino individualizado. (ARANHA, 2006, p. 247 – grifos nossos).

Em referência aos Trabalhos Manuais, quatro dos trinta pontos — criados para padronizar as diversas propostas “escolanovistas” — buscavam delinear o ensino de Trabalhos Manuais:

A) Quanto à organização geral:

[...]

6) A Escola Nova organiza os Trabalhos Manuais para todos os alunos, durante uma hora e meia, ao menos, por dia; de duas a quatro, trabalhos obrigatórios que tenham fim educativo e de utilidade individual ou coletiva, mais que profissional.

7) Entre os Trabalhos Manuais, o de marcenaria ocupa o primeiro lugar, porque desenvolve a habilidade e a firmeza manuais, o sentido da observação exata, a sinceridade e governo de si mesmo. A jardinagem e a criação de pequenos animais entram na categoria das atividades ancestrais que toda criança ama e deveria exercitar.

[...]

B) Quanto à formação intelectual:

[...]

13) O ensino será baseado sobre os fatos e experiência. A aquisição dos conhecimentos resulta de observações pessoais, visitas a fábricas, prática de

---

<sup>45</sup> A “Escola Nova” era também chamada de “Escola Ativa”, “Escola do Trabalho”, devido aos vários autores e as práticas locais (GREIVE, 2007, p. 217).

trabalho manual, etc., e só em sua falta, da observação de outros, recolhida através de livros. A teoria vem sempre depois da prática, nunca a precede.

14) A Escola Nova está, pois, baseada na atividade pessoal da criança. Isso supõe a mais estreita associação possível do estudo intelectual com o desenho e os Trabalhos Manuais mais diversos.

[...]. (GREIVE, 2007, p. 220).

Percebe-se aqui a preocupação em estabelecer a importância do ensino de Trabalhos Manuais *pelo Bureau Internacional* das Escolas Novas: carga horária mínima nos estabelecimentos de ensino; a finalidade educativa; a experiência e vivência dos sujeitos como algo indispensável durante o ensino; e a forte relação entre o ensino de Trabalhos Manuais e o ensino de desenho.

Quando as transformações mencionadas chegaram ao Brasil, causaram discussões entre os diversos grupos que arquitetavam a educação.

As décadas de 1920 e 1930 foram férteis em discussões sobre educação e pedagogia. Diversos interesses opunham-se, sobretudo entre liberais e conservadores, ao lado de alguns grupos da esquerda socialista e anarquista e outros da direita, como os integralistas, sem nos esquecermos dos interesses dos militares na educação. No meio desse debate, muitas vezes áspero, o governo estruturava suas reformas, nem sempre tão democráticas e igualitárias como sonhavam os mais radicais. (ARANHA, 2006, p.302).

No Brasil, os liberais democráticos eram adeptos da “Escola Nova”. Eles alegavam que a educação brasileira estava atrasada, apesar de ter passado quatro décadas desde a proclamação da República; não obstante, tinham esperança de democratizarem e transformarem a sociedade por meio da escola. Eles almejavam uma “escola única (não dualista), obrigatória e gratuita”. As ideias “escolanovistas” ganharam força no território brasileiro e suscitou reformas na educação do país.

Nessa empreitada de reformas na ótica do “escolanovismo”, São Paulo, em 1920, com Sampaio Dória<sup>46</sup> introduziu no ensino primário uma primeira etapa, de dois anos, gratuita e obrigatória, mas, seu projeto não foi para frente (ARANHA, 2006, p.302-304).

Em 1924, fundaram a Associação Brasileira de Educação (ABE), ambiente de debates veementes sobre a educação nesse período. Segundo Carlos Eduardo Vieira (2004, p.4-5), em 1927, ocorreu em Curitiba a 1ª Conferência Nacional de Educação, organizada por essa associação e, nela, estiveram representados dezessete Estados e o Distrito Federal. Essa Conferência, conforme Suzana da Costa Ferreira (2006, p.71), foi a primeira que ocorreu,

---

<sup>46</sup> De acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho (2010, p. 11), Sampaio Dória foi diretor da Instrução Pública Paulista nos anos de 1920.

após o movimento da Escola Nova circular no Brasil, e as ideias ali debatidas estavam relacionadas às mudanças propostas pela “Escola Nova”.

Nessa Conferência, de acordo com Maria José Franco Ferreira da Costa, e Denilson Roberto Shena e Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimdt (1997, p. 167), um dos temas recortados nas teses foi a “compreensão da infância pelo trabalho”. Dessa compreensão, fez parte a tese 63, escrita por Orestes Guimarães<sup>47</sup>, intitulada *O ensino de Trabalhos Manuais nas escolas primárias e complementares*. Essa tese contribuiu com as discussões a respeito do ensino de Trabalhos Manuais na escola primária brasileira mediante as ideias transformadoras da “Escola Nova” no âmbito nacional.

Orestes Guimarães alegou que, no Brasil, o ensino de Trabalhos Manuais na década de 1920, ainda não tinha se enquadrado às necessidades do povo novo e empreendedor, e nem a sua grande finalidade. Visto que, o ensino de trabalhos em todo o país era meramente educativo e, na sua visão, essa era a negativa do ensino de Trabalhos Manuais. Para ele, os Trabalhos Manuais no Brasil precisavam ter uma “aplicação pós-escolar” como ocorria em alguns países da Europa e nos EUA. (ORESTES, 1927, p. 355-358). Orestes Guimarães trouxe, em sua tese, exemplos de como se deu o ensino de Trabalhos Manuais nas escolas primárias em países da Europa e nos Estados Unidos.

Nas escolas nova-iorquinas, os Trabalhos Manuais giravam em torno de ideias fundamentais chamadas “Centre d’Interêt (ORESTES, 1927, p.359) e, nessas, as questões envolvidas foram: “1) A casa da família, as ocupações dos habitantes do lugar, as ocupações domésticas; 2) A vida do município: meios de transporte, ocupações dos habitantes, etc..” (ORESTES, 1927, p. 359).

Nota-se que o “Centre d’Interêt” abarcava a experiência e a vivência das crianças como proposto pela “Escola Nova”. Outro aspecto importante nessa escola nova iorquina, apontado por Orestes, é a relação entre o ensino de Trabalhos Manuais e desenho:

A técnica do desenho é variadíssima, como os fins dos Trabalhos Manuais. Os alunos desenham sempre a mão livre, ora nos quadros-negros, ora nas lousas, para depois, no 3º ano, utilizarem-se do papel. Realizam esboços e desenho das idéias sugeridas durante as palestras (*centres d’intérêt*), para depois concretizá-los nos Trabalhos Manuais. (ORESTES, 1927, p. 360).

---

<sup>47</sup> Segundo Solange Aparecida de Oliveira Hoeller e Maria das Dores Daros (2014, p.2), Orestes Guimarães foi professor do ensino primário e diretor de grupos escolares do Estado de São Paulo, também, diretor de escolas em Santa Catarina e Inspetor Geral do Ensino nesse Estado.

Também nas escolas de Newark, o ensino de Trabalhos Manuais e o de desenhos caminhavam na mesma perspectiva das escolas de Nova York. Porém Orestes destacou que o ensino de Trabalhos Manuais seria um auxiliar para o ensino de cálculo.

Nas classes inferiores das escolas de Newark (do 1o ao 3º ano), os exercícios de desenho e de Trabalhos Manuais caminham também com tal conexão que é impossível a separação dos mesmos.

Mas no 3o ano preliminar já entram noções de cálculos nos trabalhos, como sejam: uma caixa de 1cm x 1 cm X 1cm, outra de 2cm x 2cm x 1cm; uma casa com comprimento de 42cm por 30cm de largura e 20cm de altura, com portas de 12cm e janelas de 6cm.

Os alunos constroem a casa e os respectivos móveis depois de esboçá-los em desenhos rápidos; tudo antecedido de exposições, questionários e palestras entre os professores e alunos, de forma a dar a estes a noção do que vão fazer. (ORESTES, 1927, p. 360).

Nas escolas de Massachussets, utilizava-se o “Sloyd”<sup>48</sup>, explicado por Orestes Guimarães a partir de Omer Buyse<sup>49</sup>:

Finalmente, *os loyd*, sua doutrina e seus princípios são resumidos da seguinte forma

por Omer Buysse:

- 1) os professores de *sloyd* devem ser homens de ensino e não artistas somente;
- 2) o ensino deve ser progressivo, sistematizado, com a exceção de certas explicações em classe por ocasião da manufaturação de qualquer objeto;
- 3) os trabalhos devem ser de forma a proporcionar o desenvolvimento físico dos educandos, pelos seus movimentos livres e vigorosos;
- 4) os trabalhos deverão representar unicamente o esforço pessoal dos educandos;
- 5) a transição do trabalho mais fácil para o mais difícil é indispensável, devendo dar preferência aqueles cujo uso puder ser compreendido pelos alunos;
- 6) os trabalhos de *sloyd* não atingirão somente os objetos que puderem ser realizados, com exatidão, pelo emprego de instrumentos; eles devem ser executados a mão livre, tendo em vista, sobretudo, exercitar o sentido das formas, das proporções, pela vista e pelo tato;
- 7) é de capital importância a exatidão no acabamento dos objetos, bem como o asseio dos mesmos. (ORESTES, 1927, p. 361).

<sup>48</sup> A definição de “Sloyd” será detalhada no capítulo 2, desta dissertação.

<sup>49</sup> Segundo Silmara de Fatima Cardoso (2011, p. 31), Omer Buyse foi um engenheiro Belga, estudioso da temática do ensino técnico profissional e participou da criação da Universidade do Trabalho de Charleroi na Bélgica em 1902. Ele é autor da obra *Méthodes Américaines d'Éducation Générale et Technique* (1909). Essa obra circulou no Brasil e foi traduzida em 1927 por Luiz Ribeiro Senna e essa tradução se encontra disponível para consulta em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135019>. O professor Manoel Penna se apropriou das ideias dessa obra para a escrita de seu compêndio *Trabalhos Manuais Escolares*, publicado em 1934 e que será retratada no capítulo 3 desta dissertação. Nos anos 1930, por sugestão de Fidelis Reis, o governo varguista o trouxe no Brasil para a realização de estudos e instalação de uma Universidade do Trabalho no Brasil (CARDOSO, 2011, p.31).

No que diz respeito ao ensino de Trabalhos Manuais nos países do Norte da Europa — Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca — Orestes destacou o ensino de Trabalhos Manuais na Suécia, que serviu de base para os outros países nórdicos, pois, nesse país, priorizou-se a formação dos professores de Trabalhos Manuais e desenho através da fundação de escolas técnicas superiores. Os professores que frequentaram essa escola tinham a incumbência da difusão de métodos e, sobretudo, da “processologia” nas escolas primárias (ORESTES, 1927, p.362).

Orestes Guimarães, mediante o estudo do modo como outros países lidavam com o ensino de Trabalhos Manuais na escola primária, chegou à conclusão que, em qualquer parte do mundo, esse o ensino estava envolvido por dois sistemas: econômico e pedagógico. (ORESTES, 1927, p.362).

Aqueles que se batem pelo sistema econômico querem que a escola primária encaminhe o ensino de Trabalhos Manuais de forma a dar aos seus educandos um ofício ou profissão que lhes assegure um meio de vida. Entendem que esta, organizada segundo o seu sistema, contribuirá para a formação mais eficaz da economia nacional.

A corrente do sistema econômico filiam-se, geralmente, os educacionais de gabinete, os letrados e, também, alguns estadistas.

Os partidários do sistema pedagógico consideram o ensino de Trabalhos Manuais nas escolas primárias como meio educativo: da vista, dando aos educandos as noções de forma, dimensão, cor, comparação, etc; das mãos, dando-lhes destreza; da democracia, pela espécie de trabalho em si; da educação em si, por despertar, com segurança, os hábitos da atenção, percepção e intuição. Para os que assim pensam, a escola primária tem apenas função sociopolítica. À corrente deste sistema se aferram, geralmente, os pedagogos e educacionistas de profissão, os que mourejam ou mourejaram na gloriosa carreira do a-b-c ou b-a-bá. (ORESTES, 1927, p. 362).

No entanto, ao perceber esses dois sistemas, Orestes Guimarães alegou que ambos podem e devem ser agregados. No Brasil, para que isso acontecesse da forma que ocorria nos países desenvolvidos, era “preciso que os professores primários conhecessem a técnica, muito especial, dos Trabalhos Manuais, como base da processologia do ensino profissional na educação nacional.” (ORESTES, 1927, p.363-365). E, para isso, o governo deveria investir nas escolas normais para que essas ministrassem curso técnico de desenho e de Trabalhos Manuais paralelos ao curso normal.

Outro autor que incentivou os debates em torno do ensino de Trabalhos Manuais no período de afloramento das ideias “escolanovistas” no Brasil foi Corinto da Fonseca<sup>50</sup>, através do lançamento de seu livro *A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais*, em 1929. Nesse livro, a sua intenção era fixar os princípios fundamentais que determinaram a existência dos Trabalhos Manuais, o seu lugar e a sua função no projeto educativo. A educação para esse professor é um treino para a vida e, por ser a vida dinâmica, os efeitos visados por ele precisam ser dinâmicos. Fonseca (1929) argumentou que o ser humano capta tudo pelos órgãos dos sentidos e, através deles, as impressões são transformadas em expressões. Com a “Escola Ativa”, as expressões das crianças não são determinadas, e sim, espontâneas, pois essa visa formar um sujeito realizador, mais apto para vida, capaz de criar e produzir (FONSECA, 1929, p.13-49).

Corinto da Fonseca afirmou que os Trabalhos Manuais deveriam priorizar a ação dos sujeitos, fazendo com que esses distinguíssem e descobrissem mediante as suas atitudes o que é certo e o que é errado:

Mas não é só. Mesmo do ponto de vista intelectual, a metodologia da ação é que é a da verdadeira educação. Pensamos para agir, e a ação disciplina, pois, o pensamento. Os Trabalhos Manuais são trabalhos de concretização, cujo êrro ou acêrto se revelam flagrantemente. São as próprias cousas criadas confirmando o acêrto ou evidenciando o êrro de seus criadores. A nota, o grau merecido, não é dado pelo julgamento do professor, mas pela exatidão ou inexatidão dos objetos construídos. Vejam que bela, que fecunda lição de moral, há também aí!

Aí temos, em escala reduzida, aquilo a que chamamos uma lição da experiência, que nos faz sofrer ou gozar com os resultados de idealizações, bem ou mal formuladas, com ou sem perspectivas certas, conformes ou desconformes com o senso das realidades.

Eis aí um dos grandes efeitos salutareos dos Trabalhos Manuais: os resultados da realidade, reagindo efizcamente para disciplinas os excessos e demasias das idealizações desorientadas. Nada de notas de favor, de equívocos possíveis, por parte do professor. O grau 10 ou o grau 0, definitivos automáticos e até com alto sentido de uma verdadeira reprodução da grande verdade da educação moral, segundo a qual tudo o que sofremos ou gozamos não é mais do que consequência da nossa própria atividade, de nossas próprias atitudes. (FONSECA, 1929, p.29-30).

---

<sup>50</sup> Lecionou no Colégio Pedro II, na Escola 15 de Novembro, e foi diretor da Escola Profissional Souza Aguiar. Participou do Plano de Reforma do Ensino Técnico Profissional no Distrito Federal em 1919. É autor de diversas obras, dentre elas: “O ensino profissional no Brasil” e “O ensino profissional em São Paulo.” (DAROS; HOELLER, 2014, p. 2). Como veremos no capítulo 2, o professor Manoel Penna estabeleceu forte interlocução com este sujeito em seus escritos.

Os Trabalhos Manuais teriam essa dimensão moral porque iriam além da expressão alfabética, simbólica, convencional e ideográfica, pois eles são uma expressão concreta. (Idem, p.22)

Os Trabalhos Manuais eram “um meio educativo em geral”. Eram uma orientação educativa e didática, visavam tornar mais eficiente o ensino. Por isso, não deveriam constituir uma cadeira a mais no programa de ensino, pois eles eram uma metodologia a ser aplicada no ensino de cada cadeira do programa, com a finalidade de torná-las mais eficazes (Idem, p.25-37).

Trata-se de interessar o discente em alguma coisa que se lhe dê a fazer, que permita uma oportunidade de expansão às suas faculdades eminentemente executivas. Escolhida os meios materiais de leva-la a cabo, entra-se a justificar a forma, as dimensões em face dos fins de vista. Cada minúcia do trabalho, no que concerne à matéria prima, às ferramentas de execução e aos materiais auxiliares, é motivo de uma lição.

Estas lições são recebidas de alma inteiramente aberta, pelo discente, porque todas se ligam imediatamente ao artefacto que tem de construir e que, no momento, constitue êsse poderoso imã didático que é chamado <<centro de interesse>>.

Para êsse fim geral, é vasta a relação dos objetos a construir. Por mais simples que seja, cada um oferece margem a uma fonte preciosa de ensinamentos. (FONSECA, 1929, p.37-38).

Como exemplo, Corinto da Fonseca alegava que “a mera apresentação de uma ferramenta (faca do ‘sloyd’) poderia servir de centro irradiante de informações úteis”.

Examinêmo-lo, fazendo sentir aos alunos, primeiro, a forma do cabo, em charuto e de secção ovalada.

Ela se compõe, externamente, da lâmina, do cabo e de duas virolas, uma no extremo onde se encaixa a lâmina, e outra, no extremo livre.

Justifiquemos a forma do cabo que assim é, para oferecer mais firmeza ao corte, pois tem mais contatos com a superfície interna da mão fechada que o agarra.

Passemos às virolas.

Para justificá-las, teremos que explicar que a madeira é formada de fibras, longitudinalmente coladas umas às as outras.

Não houvesse uma virola, na base da lâmina, o esforço contra a madeira do cabo, no ato de cortar, faria com que o cabo rachasse, separando as fibras. A virola oferece, aí, a resistência necessária para evitá-lo.

Agora, a outra virola, a do outro extremo, o extremo livre do cabo. Começemos por fazer notar que a faca se prolonga, através do cabo, por um espigão, que se volta em gancho, visível na face livre do tampo do cabo.

Êsse gancho encontra a resistência das fibras aos esforços verticais, resistência que faremos notar aos alunos como causa da fôrça que sustenta em pé os troncos das árvores. Essa outra virola de que, de resto, nem todas as facas estão providas, reforça essa resistência.

Agora, passemos à lâmina e começemos por uma lição de física, o duplo pano inclinado que constitue o gume, fazendo notar que não é pelo fato só,

de ser a faca de metal, que ela corta. Mostremos como até aresta de papel, uma serpentina de carnaval, pode cortar e muitas vezes nos tem cortado.

Façamos notar a pequena curvatura que há no extremo das costas da lâmina, mostrando que é destinada ao polegar da mão esquerda, para ajudar, guiar e regular os pequenos golpes.

A matéria prima da faca pode dar-nos uma magnífica lição sobre o ferro, o aço e a têmpera.

O lustro que cobre o cabo da faca, eis outro tema para uma lição sobre o fim e as vantagens do envernizamento.

Pouco a pouco iremos mostrando que êsse objeto, tão pouco importante, na aparência, reúne em si um conjunto de numerosas lições e, mais do que tudo, que não é mais um simples objeto inanimado e insignificante, mas uma afirmação de inteligência, de pensamento, de estudo, de atenção, de esforço, uma vitória, uma grande vitória de superioridade humana. (FONSECA, 1929, p.41-42).

Corinto da Fonseca inspirou-se na obra *Méthodes Américaines d'Éducation Générale et Technique*, de Omer Buyse(1909), e alertou os seus leitores dizendo que, muitas vezes, os professores poderiam abandonar os centros de interesses formais da vida atual e buscá-los no mundo das crianças, entre as suas diversões favoritas: a casa de boneca, os jogos da hora do recreio, papagaios de papel etc., para mostrarem aos seus discentes lições de matemática, física, os direitos e as obrigações da vida etc.. E da mesma forma, elaborar séries de Trabalhos Manuais ligados à cadeira de História, que permitissem a classe aprender aspectos, usos e costume da vida autóctone do Brasil, fazendo com que eles compreendessem melhor sobre os habitantes do Brasil. E tal ação se estenderia a outras cadeiras. (Idem, p.50-59)

Diante do exposto, pode-se dizer que as visões de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca — responsáveis por acentuar os debates sobre a finalidade do o ensino de Trabalhos Manuais na escola primária no contexto nacional — são antagônicas, mesmo que os dois autores tenham utilizado das mesmas inspirações. Orestes Guimarães defendeu um sistema que mesclasse a questão pedagógica com a econômica, entretanto Corinto da Fonseca defendeu o caráter somente pedagógico dos Trabalhos Manuais como parte do currículo.

Esse antagonismo fomentou opiniões diferentes dos educadores brasileiros no que diz respeito à finalidade dos Trabalhos Manuais no ensino primário, pois uns tenderam ao sistema educativo e outros, ao sistema econômico. Jorge Nagle (2009), sobre essa alternância de sistema afirmou:

[...] Se por esses motivos, o currículo proposto para a escola primária cearense vai apresentar uma feição simplificada — o mesmo acontecendo com o currículo da escola primária mineira — quando comparado com o da paulista, uma forte aproximação existe entre eles, se for considerado que não estão comprometidos com uma orientação pré-vocacional ou profissional,

que vai aparecer, especialmente na reforma baiana e no Distrito Federal. Por isso, ainda a esse respeito, a reforma baiana constitui um marco bem definido do movimento reformistas do período. (NAGLE, 2009, p.236).

As mudanças que ocorreram no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, na esfera educacional — relacionada à inserção da cadeira de Trabalhos Manuais e a sua finalidade — tiveram reflexos em São Paulo e em outros Estados do território brasileiro — incluindo Minas Gerais — cada um com as suas particularidades. No próximo capítulo, será analisado como articularam as mudanças na educação em Minas Gerais, a inserção da cadeira de Trabalhos Manuais no programa do ensino primário e a atuação do professor Manoel Penna nesse cenário.

## **CAPÍTULO II — TRABALHOS MANUAIS NOS PROGRAMAS DO ENSINO PRIMÁRIO MINEIRO: UM CAMPO DE DISPUTAS**

Conforme discutido no capítulo anterior, tanto na Europa, nos Estados Unidos como no Brasil, ao final do século XIX e início do XX, houve debates em torno da finalidade do ensino de Trabalhos Manuais. Alguns educadores, políticos e intelectuais escolheram a finalidade educativa, outros a profissional e existiram aqueles que escolheram conciliar as duas finalidades. Em Minas Gerais, desde o início da República, quando a cadeira de Trabalhos Manuais começou a figurar no programa de ensino, ocorreu uma constante redefinição da sua finalidade no processo educativo. Em meio a esse processo de constante redefinição, Manoel Penna tornou-se professor da cadeira de Trabalhos Manuais e colaborou de maneira decisiva para o debate em torno da importância dessa cadeira.

Neste capítulo, serão analisadas as idas e vindas em torno da definição da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais na legislação entre fins do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Além disso, será apresentada a busca realizada para captar o debate em meio ao qual se deu a elaboração das ideias do professor Manoel Penna em torno da cadeira de Trabalhos Manuais, com o objetivo de compreender como esse professor se tornou referência no assunto.

### **2.1 A inserção da cadeira de Trabalhos Manuais no Programa do ensino primário mineiro ao final do século XIX e início do século XX**

Entre 1892 a 1927, a educação em Minas Gerais passou por várias reformas que visaram, ao longo de cada governo, superar a precariedade do ensino. Dentre elas, destacaram-se: a de 1892, sob o governo de Afonso Penna<sup>51</sup> (“Reforma Afonso Penna”); a de 1896 e 1898, sob o governo de Bias Fortes<sup>52</sup>; a de 1900, sob o governo de Silviano Brandão<sup>53</sup> (“Reforma Silviano Brandão”); a de 1906, sob o governo de João Pinheiro (“Reforma João Pinheiro”); e a de 1927, sob o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada<sup>54</sup> (“Reforma Francisco Campos<sup>55</sup>”). Conforme Irlen Antônio Gonçalves (2009, p.111), a cada mudança de

<sup>51</sup> Presidente do Estado de Minas Gerais de 13/07/1892 a 07/09/1894 (SOUZA, 2014, p.25).

<sup>52</sup> Presidente do Estado de Minas Gerais em dois mandatos: 24/07/1890 a 11/02/1891 e 07/09/1894 a 07/09/1898 (SOUZA, 2014, p.25).

<sup>53</sup> Presidente do Estado de Minas Gerais de 07/09/1898 a 21/02/1902 (SOUZA, 2014, p.25).

<sup>54</sup> Presidente do Estado de Minas Gerais de 07/09/1926 a 07/09/1930 (SOUZA, 2014, p.25).

<sup>55</sup> Conforme Pâmela Faria Oliveira (2011, p.54), Francisco Campos passou a ocupar o cargo de Secretário do Interior de Minas Gerais em 1926.

governo, ocorreram modificações na estrutura educacional. Essas refletiram na cadeira de Trabalhos Manuais, principalmente no que dizia respeito a sua finalidade.

Em 1892, a partir da Lei nº 41, de 3 de agosto, ocorreu a “Reforma Afonso Penna”, que deu nova organização da instrução pública do Estado de Minas.

Nessa reforma, preocupou-se com a formação dos professores, organização dos tempos e espaços, materialidade da escola, acesso ao ensino e ampliação dos programas. E, nesse último, a cadeira de Trabalhos Manuais passou a fazer parte do programa de ensino das escolas primárias, seguindo o direcionamento da “Reforma Benjamin Constant”<sup>56</sup>. Para as escolas rurais, a Reforma preconizava o conteúdo técnico — trabalhos de agulha — para as meninas. As escolas primárias urbanas masculinas deveriam ser os Trabalhos Manuais com conteúdos que iniciariam as crianças nas atividades manuais e, nas escolas femininas, um conteúdo mais técnico como: prendas, trabalho de agulha, corte, confecção de roupas masculinas e femininas e elementos da economia doméstica.

Em 1896, houve uma discussão em torno do Projeto nº 169, que tratou da importância da criação do Ensino Técnico Primário para os meninos<sup>57</sup>. Nesse debate, Francisco Mendes Pimentel (p. 62-64)<sup>58</sup> afirmou em discurso, que passadas três décadas da emancipação política do Brasil, o País ainda era uma “espécie de feitoria” dos países mais desenvolvidos, e um dos meios para tirar o Brasil dessa situação era formar o trabalhador nacional.

Para ele, um dos caminhos para se formar o trabalhador nacional era o ensino técnico primário, e para ratificar a relevância da implantação do mesmo nas escolas mineiras, Mendes Pimentel afirmava que a cadeira de Trabalhos Manuais estava presente nos programas de ensino primário de 1º e 2º grau da “Reforma Benjamin Constant” de 1891 e na legislatura de Minas Gerais desde 1892. Mas, em Minas Gerais, era preciso investir na formação profissional e, para isso, era necessário investir nos ensinos de Trabalhos Manuais nas escolas primárias superiores (PIMENTEL, 1896, p. 64)

Ou seja, para Francisco Mendes Pimentel, era preciso acrescentar na cadeira de Trabalhos Manuais para os meninos o conteúdo técnico. Porém ele atribui a esse conteúdo uma finalidade profissional, se opondo à finalidade presente na “Reforma Benjamin Constant”, para este conteúdo técnico, que era a educativa.

---

<sup>56</sup> Explicação dessa Reforma se encontra no capítulo 1 desta dissertação.

<sup>57</sup> Correspondia ao conteúdo técnico proposto na “Reforma Benjamin Constant” no curso médio e superior. E as crianças, entre esses dois cursos, tinham a idade entre 9 a 11 anos.

<sup>58</sup> De acordo com Carolina Mostaro Neves da Silva (2010, p.7), Francisco Mendes Pimentel atuou ativamente na instrução pública de Minas Gerais.

Nesse mesmo ano, foi aprovado o Projeto nº 169 e, no dia 18 de setembro, criaram a Lei nº 203 que organizava o ensino profissional primário. E conforme Laura Campos Menezes e Irlen Antônio Gonçalves (2010, p.3):

A lei número 203, de 18 de setembro de 1896, propôs o ensino profissional primário no Estado de Minas Gerais, criando o Instituto de Educandos Artífices, com a função de formar operários e contra-mestres “*ministrando-se a destreza manual e os conhecimentos técnicos*”. Esse ensino profissional primário seria ministrado em institutos oficiais sob a forma de internato e se destinava, principalmente, às crianças pertencentes às classes desfavorecidas com idade equivalente a mais de nove anos e menos de treze anos. Ainda segundo essa lei, o ensino era composto por duas partes: uma obrigatória, na qual seria ensinado o desenho elementar, música, ginástica e a instrução militar, e uma parte facultativa, voltada para a aprendizagem de um ou mais ofícios. Os ofícios poderiam ser de armeiro, abridor, alfaiate, chapeleiro, carpinteiro, ferreiro, couteleiro, dourador, litógrafo, ourives, sapateiro, fundidor, dentre outros, e o seu funcionamento se daria sob a orientação de um mestre com a “*competência do exercício da profissão*”. Os diretores das escolas profissionais primárias ainda poderiam designar para contra-mestre o educando que mais se destacasse pelo comportamento e aproveitamento dos cursos. (MENEZES; GONÇALVES, 2010, p. 3).

Compreende-se, com base na Lei nº 203, de 18 de setembro de 1896, que o ensino técnico primário ocorria em Institutos criados para tal fim e tinha como objetivo a formação profissional — e estava voltado principalmente as “classes desfavorecidas”. E, nessa lei, não foi apresentada uma ligação do conteúdo técnico com o conteúdo de iniciação da criança na cadeira de Trabalhos Manuais como na “Reforma Benjamin Constant”<sup>59</sup>.

Tanto que, em 1897, a cadeira de Trabalhos Manuais — que abrangia o conteúdo que tinha o propósito de iniciar as crianças nas atividades manuais e o conteúdo técnico para as meninas — foi retirada do programa do ensino primário.

Porém, em 14 de abril de 1898, publicaram o Decreto de nº 1.127, que regulamentava os Institutos de ensino profissional primário. Nesse decreto, o diferencial, em comparação com o texto da Lei nº 203, de 18 de setembro de 1896, foi o plano de ensino para o ensino técnico primário:

#### PLANO DE ENSINO

Art. 7º. O ensino constará de duas partes-uma obrigatória e outra facultativa.

---

<sup>59</sup> O que foi proposto na Lei nº 203/1896 estava mais próximo da “Reforma Couto Ferraz”. Pois, como relatado no primeiro capítulo desta dissertação, na “Reforma Couto Ferraz”, os Trabalhos Manuais eram um complemento ao programa de ensino voltado para os “desfavorecido da fortuna”, ocorria em estabelecimento de ensino profissional e tinha uma finalidade profissional.

§ 1º Serão obrigatório o trabalho manual, a aprendizagem de um officio, consultadas a aptidão e natural inclinação do educando, e o ensino primario constante do programma das escolas urbanas, bem como o desenho elementar, a musica, a gymnastica e a instrucção militar.

§ 2º Sera facultativa a aprendizagem de mais de um officio, ao prudente critério da direcção do estabelecimento.

§ 3º O curso de officios não excederá de 4 anos.

Art 8º Os alumnos entre 10 e 11 anos serão applicados aos trabalho manual, que contribuíra para neles desenvolver, a actividade, a observação, a percepção e aintuição, fornece-lhes o conhecimento rudimentar da thecnica e dos materiaes industriaes, bem como habitual-os à profissão cujo ensino pretendem receber.

Art. 9º As manipulações de cartão, de materiaes de modelagem de madeira e de metal, simples e progressivas, constituirão este ensino, que será installado logo que o poder legislativo proveja à criação do professor de ensino manual.

Art. 10º Findo o ensino propedentico de trabalhos manuaes, entrará o alumno para a officina de sua escolha, a qual frequentará pelo prazo maximo de 4 anos.

Art. 11º Nas oficinas ter-se ha em vista formar operarios que, além do ensino profissional recebam igualmente a educação intellectual, moral, cívica e physica.

Art. 12º A educação intellectual ser-lhes ha ministrada, na aula de ensino primario, a qual, dividida gradativamente em series ou cursos comprehenderá: licções de cousas, escripta, leitura, ensino pratico de língua materna, arithimética (desde praticas e noções completas das 4 operações em numeros inteiros e decimaes ate o estudo das raizes quadradas e cubicas. ) geometria elementar, grammatica portugueza (estudo theorico e pratico), elementos de geografia geral e principalmente do Brasil e de Minas e noções de ciencias physicas e naturaes, applicadas à industria.

Art 13º A educação physica receberão os alumnos do professor primario que os fará ler a Constituição Federal e Estadoal, explicando-lhes os direitos e deveres dos cidadãos, inspirando-lhes o amor a pátria e a dedicação à Republica.

Art. 14º A educação moral ficará a cargo do director, professores, mestres e contra-mestres, os quaes, sempre que lhes offerecer occasião, procurarão cooperar na formação do character dos alumnos.

Art. 15º A educação physica receberão os alumnos já do professor primario, que lhes ensinará os preceitos da hygiene em geral e especialmente a hygiene privada e pessoal, já nas oficinas em que empregarão muscular, já finalmente, nos exercicios gymnasticos e militares, sob a direcção do professor competente.

Art. 16º O ensino de desenho elementar recebel-o ha o alumno logo ao entrar para o estabelecimento e especializal-o ha em ornatos, flores, animaes, composições, etc.;segundo a especialidade industrial escolhida pelo alumno.

Art. 17º A música será ensinada vocal e instrumentalmente, escolhido de preferencia hymnos patrioticos para os cantos coraes. (REGULAMENTO dos institutos de ensino profissional primário, 1898, p. 68-69).

Nesse novo plano de ensino citado, ficou mais evidente uma aproximação da configuração da cadeira de Trabalhos Manuais com o que foi apresentado na “Reforma Benjamin Constant”. Visto que o conteúdo técnico deveria ocorrer após o ensino do

conteúdo de iniciação e era esse último uma forma de preparo para o técnico. As idades em que os alunos tiveram contato com o conteúdo técnico era de 10 a 11 anos, e os trabalhos realizados por eles envolviam tanto ferro quanto a madeira. Não obstante, nesse decreto, a cadeira de Trabalhos Manuais em âmbito geral tinha como objetivo a formação profissional<sup>60</sup>, mas não deixava de se preocupar, também, com a educação moral, intelectual e física.

Mesmo com as modificações nas legislações supracitadas, a educação em Minas Gerais não apresentou os progressos esperados. Posteriormente, publicaram, em 8 de janeiro de 1900, o Decreto nº 1.348, intitulado como “Reforma Silviano Brandão”, que visou tirar a educação da situação precária em que ainda se encontrava: falta de preparo ou habilitação dos professores, instituição da classe de professores provisórios, falta de inspeção escolar, edificações que não eram próprias para o ensino primário, pois, eram pequenas, desprovidas de mobília e higiene. Para o presidente do Estado nesse período, Silviano Brandão, a solução para tais problemas e a garantia do bom funcionamento do ensino estavam no investimento na inspeção escolar (GONÇALVES, 2009, p. 114-115).

Quanto ao programa de ensino, a cadeira de Trabalhos Manuais — que abrangia o conteúdo que tinha o propósito de iniciar as crianças nas atividades manuais e o conteúdo técnico para as meninas — voltara a fazer parte do programa do ensino primário. Mas com o adendo de que as aulas da cadeira de Trabalhos Manuais deveriam ocorrer em um dia da semana e sem causar prejuízos às aulas de outras matérias. O ensino de prendas e de economia doméstica para as meninas teriam de acontecer aos sábados. Essa carga horária restrita para a cadeira de Trabalhos Manuais sinalizava para um entendimento de que a inserção da cadeira de Trabalhos Manuais no programa do ensino primário não poderia ser um empecilho para o andamento das outras cadeiras (REGULAMENTO das escolas de instrução primária, 1900, p.34).

Esse retorno da cadeira de Trabalhos Manuais, reforçava-se o ideal de que o ensino de Trabalhos Manuais em Minas Gerais deveria ocorrer nos parâmetros da “Reforma Benjamin Constant” e seguindo também o que foi proposto no plano de ensino do Decreto nº 1.127 de 14 de abril de 1898: primeiro o conteúdo que tinha o propósito de iniciar as crianças nas atividades manuais e, em seguida, o conteúdo técnico para as meninas e os meninos.

---

<sup>60</sup> Como já dito no capítulo 1 desta dissertação, na “Reforma Benjamin Constant”, a finalidade era educativa.

De acordo com Faria Filho (2000, p.27), em 1902, no final do governo de Silviano Brandão, Estevam de Oliveira<sup>61</sup> foi encarregado de ir para São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa viagem, ele estudou a organização escolar que foi desenvolvida nesses Estados. Ele ficou impressionado com a ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência presente nos grupos escolares primários que visitou.

Após fazer essa visita nesses Estados, ele fez um relatório — *Reforma do Ensino Primário e Normal em Minas* — que foi uma importante orientação para as reformas, que posteriormente aconteceria na instrução pública, principalmente a Reforma João Pinheiro (CHAMON, 2009, p.186).

Em 1903, o presidente do Estado, Francisco Salles<sup>62</sup>, que tinha como secretário do Interior e Justiça Delfim Moreira, após ter lido o relatório que Estavam de Oliveira escreveu sobre a visita técnica em São Paulo e no Rio de Janeiro, avaliou as condições do ensino primário mineiro e alegou que o mesmo continuava em condições precárias<sup>63</sup>. (GONÇALVES, 2009, p116).

No ano de 1904, Francisco Salles enviou um relatório ao congresso mineiro e, neste, afirmou que era preciso reformar o ensino primário. E que essa reforma teria de abranger os seguintes aspectos: composição de um bom professorado, fiscalização efetiva das escolas, provimentos de prédios que reunissem às necessárias condições de higiene, mobílias escolares adequadas e obrigatoriedade do ensino. E esse intuito de reformar o ensino primário fez parte de seu discurso até o final de seu mandato em 1906 (GONÇALVES, 2009, p117).

Após Francisco Salles, quem assumiu a presidência do Estado foi João Pinheiro, cuja reforma do ensino foi sancionada no dia 28 de setembro de 1906, com a Lei nº 439. Esta, conhecida como “Reforma João Pinheiro”, determinou a reformulação do ensino primário e visou: tornar a escola um instituto de educação moral, física e intelectual; ensino primário gratuito e obrigatório; promover graduação das escolas e duração do curso primário; condições de matrícula, dia escolar e feriados; número de alunos por professores; frequência mínima necessária, penalidades disciplinares; época e procedimento dos exames; admissão do método intuitivo; reorganização da carreira docente classificando os professores em efetivos, adjuntos e substitutos; organizar as escolas em prédios próprios com mobílias e

---

<sup>61</sup> Estevam de Oliveira foi professor do ensino primário e secundário e foi nomeado inspetor extraordinário do ensino em 1899. (CHAMON, 2009, p.186).

<sup>62</sup> Presidente do Estado de Minas Gerais de 07/09/1902 a 07/09/1906. (SOUZA, 2014, p.25)

<sup>63</sup> Francisco Salles alegou que, mesmo o Estado de Minas Gerais enfrentando dificuldades financeiras, era preciso dar prioridade à reforma da educação, pois essa era essencial para a formação da sociedade (GONÇALVES, 2006, p. 57-58).

materiais de ensino adequado ao ensino prático, criação do ensino técnico primário nos grupos escolares e, por fim, a organização do programa de ensino (GONÇALVES, 2006, p. 61-63).

Quanto a esse último, sancionaram o Decreto nº 1947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou um novo programa para o ensino primário. Nesse programa, tinha uma instrução para cada cadeira que o compunha, com o objetivo de orientar o trabalho docente, a composição dele levou em consideração a graduação do ensino primário com duração de quatro anos, ocorreria cada série em um ano. Consequentemente, o programa de ensino de cada matéria esteve organizado na divisão: primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, subdividido em primeiro e segundo semestres, com os seus respectivos conteúdos estabelecidos e distribuídos (GONÇALVES, 2006, p. 69-70). Já a cadeira de Trabalhos Manuais nesse programa de ensino tinha a seguinte instrução:

#### Trabalhos Manuais

I – Familiarizam-se as meninas desde o primeiro dia, com os utensílios do trabalho doméstico, ensinando-lhes somente o que for útil e prático. Os trabalhos de fantasia devem ser banidos, ficando esses aos cuidados da família.

II – Faça-se com que a menina, ao deixar a escola, possa servir pelas próprias mãos, na execução das peças do vestuário e mais trabalhos comuns da vida doméstica, para ser desde logo útil à si e a família.

III – Deverão as alumnas conservar em coleção graduada todos os trabalhos, ou peça de cada um que forem executando, para os exibirem como prova final.

Os Trabalhos Manuais que se exigem para os rapazes, até o 3º ano, tem por objetivo habitual-os ao exercício do trabalho methodico, familiarizando-os ainda com peças e instrumentos de que tenham de fazer uso no Ensino Thecnico Primário. (PROGRAMMA DO ENSINO PRIMARIO, 1906, p. 111 – grifos nossos).

E para cada ano, os conteúdos estabelecidos para a cadeira de Trabalhos Manuais eram:

#### Primeiro anno

[...]

#### TRABALHOS MANUAES

##### PARA MENINAS

Dobramento de papel e peças de roupa. - Nomenclatura do utensílios da classe. – dar nós de varios modos. – Modos de segurar e manejar a agulha. – Alinhavos – Primeiros pontos. – Emendas de dous panos – Confeccionar pequenos pacotes.

##### PARA MENINOS

Dobramentos de papel. – Confeccionar pacotes reunindo objectos rectangulares de tamanhos diversos. – Aparar lapis. – Modelagens faceis de ceramica ou massa.

[...]

Segundo anno

[...]

## TRABALHOS MANUAES

### PRIMEIRO SEMESTRE

*Para meninas*

Posponto – Exercicio de marca – Preparo de pequenas peças de roupas – confeccionar pacotes mais dificeis.

*Para meninos*

Confeccionar pacotes, reunindo objectos de formato diversos – Dobrar peças de roupa de homem – Modelagem mais aperfeiçoada de ceramica ou massa.

### SEGUNDO SEMESTRE

*Para meninas*

Córte de pequenas peças de roupa – Remendos em peças de roupa domestica – Pregar botões.

*Para meninos*

Confeccionar pacotes mais dificeis – Nomenclatura dos utensílios e ferramentas mais comuns da classe.

[...]

Terceiro anno

[...]

## TRABALHOS MANUAES

### PRIMEIRO SEMESTRE

*Para meninas*

Serzir e remendar – Córtes e preparo de saias e camisolas de creança. – Cortar papel formando triangulos e quadrilateros.

*Para meninos*

- Conhecimento do emprego de utensílios e instrumentos usados na classe. – Novas modelagens de ceramica ou massa mais complicadas.

### SEGUNDO SEMESTRE

*Para meninas*

Cortar e preparar pequenas peças de roupas, mais difíceis. – Exercicios e aplicação com lã e fio em pontos de marca, letras e nomes. – Cortar papel e papelão, construindo caixas rectangulares, porta-papeis – porta cartas e estojos triangulares.

*Para meninos*

Primeira aprendizagem de trabalhos technicos profissionais.

[...]

## Quarto anno

[...]

## TRABALHOS MANUAES

## PRIMEIRO SEMESTRE

*Para meninas*

Continuação de corte e preparo de roupas brancas – Corte e preparo das primeiras peças do vestuário – Bordados em lenços e roupas de cama – Manejo da machina de costura, de pé e de mão.

*Para meninos*

Continuação de aprendizagem de trabalhos Technicos primarios.

## SEGUNDO SEMESTRE

*Para meninas*

Ensino de trabalhos domesticos.

*Para meninos*

Trabalhos technicos primarios.[...] (PROGRAMMA do ensino primario, 1906, p. 113-145 – grifos nossos).

De acordo com Tarcísio Mauro Vago (2002, p.200), em prol de garantir as aulas da cadeira de Trabalhos Manuais, ficou estabelecido que o ensino dessa cadeira deveria ocorrer em “horas apropriadas”. Para os grupos escolares, o tempo que lhe fora destinado já estava estabelecido na grade de horários que acompanhava o programa do ensino primário. Sendo assim, a ocorrência da cadeira de Trabalhos Manuais no quadro de horário das aulas era: no primeiro ano, uma vez por semana; no segundo ano, quatro vezes por semana; e no terceiro e quarto anos, todos os dias da semana.

No dia 3 de outubro de 1906, sancionaram a Lei nº 444, que retratava sobre as disposições relativas ao ensino técnico e profissional primário e, nela, ficou determinado que os locais para esse ensino seriam os grupos escolares funcionando em caráter de anexo (MENEZES, 2011, p.35). Conforme o Art.2:

Art. 2 – O ensino técnico e prático será ministrado de acordo com o seguinte plano:

1 – No Estado:

a) Nas escolas primárias, sob a forma simples e elementar, o que constituirá o curso técnico primário.

b) Nas fazendas modelo, onde serão admitidos os alunos que mais se distinguirem no curso primário, sob a forma secundária.

2 – No estrangeiro, para onde serão mandados por conta do Estado os alunos que se distinguirem no curso secundário e os industriais que obtiverem nas exposições os melhores prêmios, os quais poderão destacar o operário, ou operários, que para isso tiverem concorrido.

Percebeu-se que a intenção da elite mineira de ajustar o ensino de Trabalhos Manuais no ensino primário aos parâmetros da “Reforma Benjamin Constant”, desde 1892, consolidou-se, do ponto de vista formal, no programa do ensino primário de 1906. Nesse programa, evidenciou-se na cadeira de Trabalhos Manuais uma divisão de gênero (meninas e meninos): primeiramente, o ensino do conteúdo que tinha o propósito de iniciar as crianças nas atividades manuais e, em seguida, o conteúdo técnico, tanto para as meninas e os meninos. A relação entre o conteúdo de iniciação e o conteúdo técnico se intensificou, pois, os dois conteúdos aconteceriam no mesmo espaço. O conteúdo de iniciação seria um meio de instrumentalização para o conteúdo técnico. Porém, um detalhe que diferenciou a cadeira no programa mineiro em relação ao da “Reforma Benjamin Constant” foi à finalidade profissional atribuída a essa cadeira.

Em meio aos debates em torno da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais (e em sua inserção no programa do ensino primário mineiro), o professor Manoel Penna começou a lecionar nos grupos escolares de Minas Gerais. Como se pode ver, ele participou ativamente desse debate, angariou reconhecimento como professor da cadeira de Trabalhos Manuais sinalizando que a finalidade educativa poderia ser o caminho para o melhor desenvolvimento dessa cadeira. O próximo subcapítulo traz essa trajetória realizada pelo professor.

## **2.2 Manoel Penna: do reconhecimento à referência**

Manoel Penna começou a lecionar a cadeira de Trabalhos Manuais no 1º grupo escolar de Belo Horizonte, Barão do Rio Branco, em 1906. Conforme Laura Campos Menezes (2011, p. 96), esse professor foi um dos mais requisitados professores da cadeira Trabalhos Manuais. Por isso, além de lecionar no grupo escolar Barão do Rio Branco, ministrou essa cadeira no 2º, 3º e no 4º grupos escolares da capital.

Em 1907, foi incumbido, pelo presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva de organizar o ensino técnico primário nos primeiros grupos escolares criados no Estado. De acordo com as informações presentes no Projeto de Lei nº 273/84, ele foi considerado por esse presidente de Estado uma das pessoas mais competentes e assíduas que colaborou com ele em sua reforma do ensino do Estado naquele ano. Em 1908, tornou-se secretário do ensino técnico primário (MINAS GERAIS, SI 2850, 1908).

Segundo a diretora do 3º grupo escolar, da capital Anna Guilhermina Cândida de Carvalho, o professor Manoel Penna tinha muita disposição para lecionar a cadeira de

Trabalhos Manuais. A sua didática era atrativa ao ponto dos seus alunos não verem o tempo de a aula passar e, quando não dava tempo de concluir a atividade, eles solicitavam aulas extraordinárias ao professor.

O curso Technico continua sob a competente direcção do professor - Manoel Penna incansavel no seu serviço

As crianças sentem-se satisfeitas quando estão trabalhando. Julgando que uma hora não era suficiente para apresentarem um resultado conforme desejavam, pediram ao professor uma aula extraordinária. Este, de boa vontade, accedeu ao pedido, indo diariamente com alguns alumnos para a officina, das 4 hs ás 6 da tarde, e, ás vezes ás 7 da noite. O resultado foi visível com a exposição dos trabalhos feitos durante o anno; porem, o que mais me encantou foi ver o menino preferir o trabalho de brinquedos infantis.

Em certo dia, um dos pais destes alumnos, desconfiado que os meninos aproveitaram-se desta aula para ficar, á vontade, pelas ruas, sahiu á procura dos seus filhos que, ás 6 hs 1/2 ainda não haviam chegado á casa. Qual foi a sua alegria ao encontral-os na officina, em pleno trabalho, no maior contentamento! Demorou-se ahi até ás 7 hs da noite, d'onde sahiu conduzindo os filhinhos no auge do prazer. (MINAS GERAIS, SI 2982, 1910).

Além de sua didática atrativa, o professor Manoel Penna conciliava a teoria e a prática com a realização de visitas técnicas com seus alunos<sup>64</sup>. E, sobre essa metodologia, escreveu a diretora do 3º grupo escolar da capital em seu relatório:

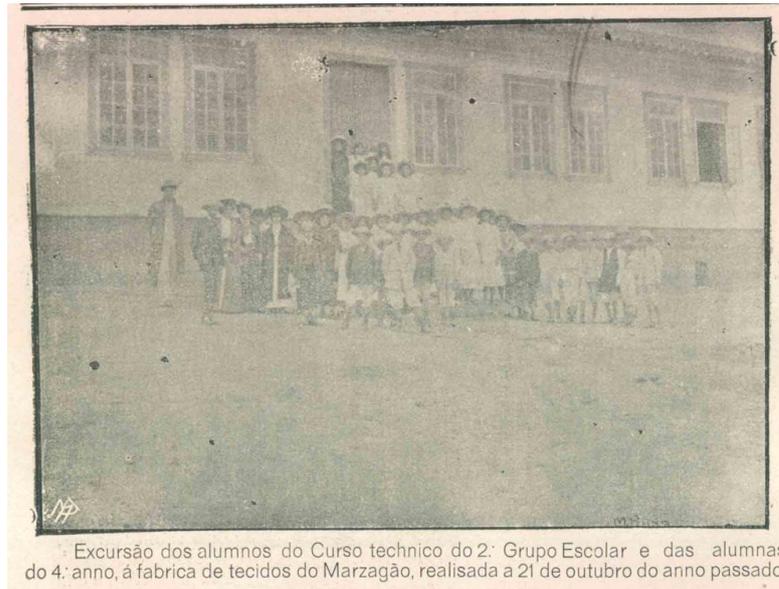
No dia 21 de outubro, os alumnos do 4º ano acompanhados por mim, pela professora Manoella Ferreira e pelo professor Manoel Penna, foram em excursão visitar a Fabrica de Tecidos Marzagão, aonde adquiriram conhecimentos praticos os mais uteis possiveis, transmitidos pelo professor Manoel Penna e pelo gerente que, de boa vontade, cahmou-lhes atenção, desde a limpeza do algodão até o enfardamento das peças de fazenda. Não tem duvida alguma; a criança aprende pela observação. Voltaram todos satisfeitíssimos e com pesar de não demorarem mais em tão importante estabelecimento. (MINAS GERAIS, SI 2982, 1910).

A *Revista Novo Horizonte*, que tinha como um de seus fundadores e diretor o professor Manoel Penna, publicou a fotografia da visita relatada pela diretora do 3º grupo escolar à Fábrica de Tecidos Marzagão (FIG. 1).

---

<sup>64</sup> Conforme Vago (2002, p.203), o ensino de atividades manuais se realizaria através da prática real e efetiva e os professores poderiam conduzir seus alunos para o “exame e conhecimentos das officinas exteriores” à escola, na cidade.

Figura 1: Fotografia da visita à Fábrica de Tecidos Marzagão em 1910.



Excursão dos alumnos do Curso tecnico do 2º Grupo Escolar e das alumnas do 4º anno, á fabrica de tecidos do Marzagão, realisada a 21 de outubro do anno passado.

Nota: Supõe-se um equívoco na legenda da foto, informa visita feita à Fábrica pelo 2º grupo escolar, pois se trata do 3º.

Fonte: Autoria própria. Cf. REVISTA Novo Horizonte, ano I, n. 2, p. 13, out. 1910.

A diretora do 2º grupo escolar da capital, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, em seu relatório de direção, também teceu elogios ao professor Manoel Penna: “Cumpre-me aqui mencionar a dedicação e o zelo de todas as professoras do 2º Grupo Escolar, inclusive a distinta professora de musica D. Vera de Lima, o Snr Manoel Penna diretor do Curso Technico [...]” (MINAS GERAIS, SI 3030, 1910).

Em visita feita à capital, o professor José Polycarpo de Figueiredo e Silva, da cidade de Conceição do Serro, esteve no 1º grupo escolar da capital e, sobre o trabalho do professor Manoel Penna, alegou:

Visitei demoradamente a secção technica, sob a competente direção do ilustrado professor Sr Manoel Penna, que atencioso e dedicado, ministrou-me a respeito do trabalho manual minuciosas explicações. Fiquei contentissimo vendo os trabalhos feitos pelos alumnos. Admirei e apreciei a disciplina e métodos observados. Ai, tomando em consideração toda a secção, mais ainda me convenci de que também nas escolas isoladas será de manifesta utilidade o trabalho manual. (MINAS GERAIS, SI 3335, 1911).

O inspetor técnico do ensino, Raymundo da Paixão, por sua vez, ao visitar o 2º grupo escolar da capital, ficou descontente com fato de, mesmo com a competência e o zelo do professor Manoel Penna à frente da cadeira de Trabalhos Manuais, ter reduzido na escola o número de alumnos nessas aulas.

O curso técnico anexo do grupo é dirigido pelo professor Manuel Penna

Fiz uma visita prolongada ás duas salas do pavilhão anexo ao grupo, onde está installado o curso técnico, dirigido pelo distincto professor – Manuel Penna. Estão matriculados neste curso apenas 12 alumnos, tendo encontrado presente aos respectivos trabalhos no dia da minha visita, 4 alumnos. Examinei os trabalhos feitos, que apresentam grande variedade e attestano o zelo do professor Penna. Assisti alguns trabalhos dos poucos alumnos presente os quais muitos me satisfizerano. É com sentimento e pesar que o visitante percorre as salas deste curso, examina os aperfeiçoados machanismos de que está dotado e o material necessário para o ensino prático de desenho, modelagem, gravura, esculpturas, marcenaria, etc, e os vê entregues ás moscas... Faz lembranças um general, perfeito conhecedor da arte militar, mas que não pode combater por falta de soldados. (MINAS GERAIS, SI 3349, 1911).

Em 1912, a diretora do 3º grupo escolar apontou um dos motivos da falta de alumnos para a cadeira de Trabalhos Manuais: “[...] porque não havendo prédio proprio, os alumnos devido ao horário, chegam muito tarde, de maneira a não se poder tirar do pouco tempo uma hora para trabalhos [...]” (MINAS GERAIS, SI 3381, 1912).

Mas ela salientou que a solução para o problema partiu do professor Manoel Penna:

[...] Em vista disto o professor Manoel Penna, de boa vontade prestou-se a dar lhes uma aula depois dos trabalhos escolares, mas com dificuldade conseguiu a matrícula de um nº insignificante de alumnos, allegando estarem quase todos empregados das 11hs em diante. (MINAS GERAIS, SI 3381, 1912).

Mesmo com a satisfação de alguns pais, como supracitado, Vago (2002, p. 206), explicou que essa pouca frequência dos alumnos poderia estar vinculada à resistência das famílias que, muitas vezes não queriam ver os filhos serem aquilo que foram ou eram. Mas, mesmo passando por essa falta de alumnos, a dedicação e o zelo do professor Manoel Penna eram sempre sublinhados em sua atividade laboral. De acordo com o relatório da diretoria, Adelaide E. Netto, do 4º grupo escolar: “[...] o curso tecnico dirigido pelo Snr Manoel Penna, tendo os alumnos alcançado regular aproveitamento, apresentando grandes variedades de trabalhos, em exposição, os quais foram muito apreciados.” (MINAS GERAIS, SI 3381, 1912).

Em 1913, a diretora do 2º grupo escolar da capital, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, registrou no seu relatório o quanto a didática do professor Manoel Penna visava educar o sentido das crianças:

As aulas do curso Técnico foram regularmente frequentadas por alunos do 2º, 3º, 4º ano primário durante o 1º e 2º semestres, os quais fizeram uma exposição de trabalhos proprios em madeira, gesso, argila, cartão, folha de Flandres e ferro, que muito agradou aos visitantes e em que se nota a excelência dos métodos do professor Manoel Penna, tendentes à educação dos sentidos para o desenvolvimento mental do menino que aprende do natural, servindo o mestre apenas de guia. (MINAS GERAIS, SI 3381, 1913).

No mesmo ano, a diretora do 3º grupo escolar, D. Anna Cintra D. Carvalho, atentou em seu relatório pela continuação da boa vontade do professor Manoel Penna para lecionar:

O professor do curso tecnico do 2º grupo, Snr. Manoel Penna, designado tambem para o 3º, mostrou muito boa vontade em matricular o maior numero possivel de alumnos; porem, devido ao horario das aulas, distancias e mais dificuldades da Capital, pela manhã, não há possibilidade de se começarem as aulas as 7 horas por falta de alumnos, principalmente, durante o inverno. Por isto, não sendo possivel tirar-se mais tempo do pouco que dispomos, foi preciso combinar-se uma outra hora durante o dia para este fim. De maneira que só consegui a frequencia ao curso tecnico de 6 alumnos por estarem quase todos empregados durante o dia em officinas ou por morarem muito distante, e não poderem voltar ao grupo a hora determinada. (MINAS GERAIS, SI 3459, 1913).

A diretora do 4º grupo escolar, D. Adelaide Emilia Netto, relatou que, por não haver espaço para as aulas da cadeira de Trabalhos Manuais, as aulas do professor Manoel Penna tiveram um bom aproveitamento por parte de seus alunos. (MINAS GERAIS, SI 3459, 1913).

Em 1919, sobre as exposições escolares<sup>65</sup>, o jornal *Minas Geraes* noticiou um artigo sobre esse evento e no mesmo relatou que: “[...] A secção do curso tecnico, a cargo do professor Manoel Penna exhibe grande número de brinquedos e de objectos de utilidade, feitos com muito capricho.[...]” (MINAS Geraes, 1919, p.8).

Esse relato do jornal *Minas Geraes* é uma evidência de que o professor Manoel Penna estava comprometido com o enaltecimento da cadeira de Trabalhos Manuais visado pelas exposições.

Na década de 1920, conforme Anamaria C. Peixoto (1983, p.72), houve uma intensificação da circulação ideias “escolanovistas” no Brasil. A partir dessas ideias, políticos e educadores proferiram sobre uma completa revisão no sistema educacional brasileiro<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup>As exposições escolares permitiam observar o empenho por parte dos governos e dos sujeitos escolares em reforçar a necessidade do ensino da cadeira de Trabalhos Manuais, bem como motivar o interesse dos pais e/ou responsáveis pela instrução de seus filhos, para enaltecerem os valores patrióticos republicanos e arrecadar fundos (MENEZES, 2011, p.70).

<sup>66</sup> As explicações sobre a Escola Nova encontram-se no capítulo 1 desta dissertação.

Em Minas Gerais, nesse momento, as mudanças para educação passaram a ter como parâmetros as ideias “escolanovista”. Nesse contexto, foi aprovada a Lei nº 800, de 27 de setembro de 1920, que reorganizou o ensino primário além de outras providências. E, em 9 de setembro de 1924, sancionaram a Lei nº 864, que aprovou outro o regulamento do ensino primário. E, ainda, no dia 1 de janeiro de 1925, o Decreto nº 6.758, que aprovou o programa do ensino primário.

No diz respeito à cadeira de Trabalhos Manuais, nessa perspectiva de reformas na educação, esta passou por modificações evidenciadas na mensagem do presidente mineiro Fernando de Mello Vianna:

Por sua vez os Trabalhos Manuais receberam uma grande transformação. Nas escolas primarias e normais, estes trabalhos têm, primeiro que tudo, um valor educativo considerável; diversos sentidos por eles se educam e aperfeiçoam. Servem, além disso, para dotar o aluno de um cabedal de grande importância na vida pratica.

Contratada pelo governo, esteve na Capital a professora d. Bella Koll, especialista na matéria, que fez um curso na Escola Normal Modelo, para as professoras de Trabalhos Manuais da Capital e algumas de fora. De grande vantagem foi esse curso, que vae produzindo os melhores frutos.

Por sua vez, o sr. professor Manoel Penna foi encarregado da reforma dos Trabalhos Manuais do sexo masculino, e já sua orientação está produzindo excelentes resultados. (VIANNA, 1926, p.82).

O fato de o presidente Fernando de Mello Vianna ter incumbido o professor Manoel Penna de ficar responsável pela reforma do ensino de Trabalhos Manuais foi noticiado no jornal carioca *A Manhã* na seção “Minas pelo Telegrapho”, ratificando a importância do professor Manoel Penna na Instrução Pública mineira:

#### CURSO DE TRABALHOS MANUAES

Belo Horizonte (do nosso correspondente) – O presidente Mello Vianna determinou a reorganização do curso de trabalhos manuaes dos grupos escolares dessa capital. O novo curso anexo aos grupos, obedece o plano do professor Manoel Penna, já aprovado pelo Secretario do Interior e é destinado á educação technica. (A MANHÃ, 1926, p.7).

Após ter ocorrido o Primeiro Congresso da Instrução Primária em 1927 – que foi um debate público sobre a educação - no governo de Antônio Carlos de Andrade<sup>67</sup>, o professor Manoel Penna foi chamado a colaborar na consolidação da reforma, e para isso, ele foi nomeado assistente técnico da cadeira de Trabalhos Manuais em 1933.

---

<sup>67</sup>Carlos de Andrade foi presidente do estado de Minas Gerais de 07/07/1926 a 07/07/1930 (SOUZA, 2014, p.25).

Percebeu-se que, a partir dos relatórios de diretores, inspetores, professores, e na notícia sobre as exposições dos Trabalhos Manuais dos grupos escolares, Manoel Penna teve uma atuação significativa como professor da cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares que lecionou. A partir desse desempenho como professor, ele se tornou referência nos Trabalhos Manuais escolares, pois três presidentes de Estado, ao realizarem suas reformas na educação, delegaram ao professor Manoel Penna a responsabilidade de administrar o reflexo das reformas na cadeira de Trabalhos Manuais. Essa aceitação do professor Manoel Penna de participar das reformas demonstra o interesse desse professor na efetivação de melhorias na educação do Estado de Minas Gerais no contexto em que estava atuando.

Mas também foi com base na atuação de Manoel Penna como professor, secretário do ensino técnico e assistente técnico, que se inseriu no debate da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, compartilhando suas ideias através de publicação de artigos no jornal *Minas Geraes* e na *Revista de ensino* — que foram de grande relevância para a educação, constituindo-se como um local de veiculação de notícias, interlocução e debates — em meio às idas e vindas da mesma no programa do ensino primário mineiro. No próximo subcapítulo, será retomado esse debate em torno da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais no programa do ensino primário mineiro e as ideias compartilhadas pelo professor Manoel Penna.

### **2.3 Manoel Penna em meio às (re)definições da cadeira de Trabalhos Manuais**

Quando o professor Manoel Penna assumiu o cargo de Secretário Técnico do Ensino Primário em 1908, o programa de ensino que prevalecia era o de 1906. A finalidade atribuída à cadeira de Trabalhos Manuais nesse programa era a profissional. Como Secretário Técnico do Ensino Primário, ele manifestou divergência com essa orientação. Isso ocorreu quando o Diretor do Grupo Escolar de Diamantina encaminhou à Secretaria do Interior uma solicitação de materiais que seriam destinados ao conteúdo técnico da cadeira de Trabalhos Manuais:

Instrumentos necessários para as aulas de marcenaria e carpintaria do grupo escolar de Diamantina.

1 torno aperfeiçoado e seus utensílios, 2 serrotes de 36 pollegadas, 2 serrotes de 26 pollegadas, 6 serrotes de 22 pollegadas, 2 serrotes de 9 pollegadas de corte, 6 plainas de M  $\frac{1}{2}$  pollegadas, 6 plainas de 15 pollegadas, 3 duzias de formões de 0,02 m a 0,03 m, 1 duzia de formões goivos sortidos, 6 enxós de número 0 (zero) e seus utensílios, 2 piras catracas e seus utensílios, 2 duzeas de laminas para voltear sortidas, 2 jogos de machos e fêmeas para portas sortidas, 6 molduras encepadas para moveis, 12 grampos para apertar moveis sortidos, 2 duzias de raspadeiras para moveis, 1 goivete e seus utensílios,  $\frac{1}{2}$

dúzia de parafuso para banco de marceneiro, 6 barnietes para a mesma banca, 3 guermes (cepos) sortidos, 5 duzias de verrumas sortidas, 6 martellos sortidos, 1 dúzia de formões badames sortidos, 6 esquadros sortidos, 6 compassos sortidos, 6 tradis sortidos, 2 níveis, 2 esquadros suta, 1 golpeão para cepear madeira, 1 serra braçal, 2 plainas pequenas para voltear, 1 trena portuguesa, 6 metros de mola, 2 caldeiras de cobre para molla, 3 machadinhas laporte sortidas, 3 machados laporte sortidos, 3 ferros de planias de dentes encapados, ½ dúzia de machinas de abrir parafusos de 0,01, 3 grosas de aço para madeira meia canno, 3 grosas de aço para madeira menores, 6 duzias de limas para afiar serrotes (sortidas), ½ dúzia de pinceis para colla, 2 serrotes de ponta sortidos, 1 rebolo para amollar ferros, 2 pedras de afiar, 3 jintoiras (?) pequenas para medir fios, 1 jogo de machos e fêmeas para topo de meza, de ½ pollegada, 3 turquezas de aço sortidas, 6 grosas de lixas sortidas, 3 kilogrammas de gomma laca, 4 kilogramas de colla bahia. Objectos necessarios para a alfaiataria: 3 machinas movidas a pé, 3 machinas movidas a mão, 3 manequins número 48, 46, 44, 42, 40, 38, 3 esquadros com numeração de escala, 3 reguas com numeeração de escala, 1 espelho grande, 6 thesouras grandes sortidas, 12 thesouras pequenas sortidas. (MINAS GERAIS, SI 2850, 1908).

Segundo Menezes (2011, p.63), a lista acima citada pareceu exagerada para à Secretaria do Interior, pois o funcionário da sessão da Diretoria de Instrução, Claudiano Lessa, solicitou ao Professor da cadeira de Trabalhos Manuais e então Secretário do Ensino Técnico de Belo Horizonte, Manoel Penna, uma análise de tal listagem quanto “as dimensões de certos e determinados objectos” (MINAS GERAIS, SI 2850, 1908). Após tal análise, ele constatou, mesmo que os materiais solicitados estivessem regulares quanto às quantidades e dimensões solicitadas, algumas ferramentas requeridas eram desnecessárias e antipedagógicas à idade das crianças que iriam manuseá-las e, assim, o professor resolveu excluí-las, conforme afirmou:

Examinando a relação dos intrumentos pedidos pelo Director do Grupo Escolar de Diamantina, tenho a declarar que tratando-se de três especialidades – marcenaria, carpintaria e alfaiataria, acho regulares as qualidades, quantidades e dimensões constantes na lista do pedido, podendo, em cada officina, trabalhar de seis a oito officinas – adultos. Mas, encarando, o ensino tecnico como um meio educativo, um slody, como quer o programma official noto na referida lista certas ferramentas desnecessárias e até mesmo antipedagógicas, pois que os meninos que frequentam os grupos não têm ainda forças para o manejo do machado, do galpear, da serra braçal e etc. [...]. (MINAS GERAIS, SI 2850, 1908 – grifos nossos).

Nesse mesmo relatório, reforçando sua decisão, Manoel Penna ainda argumentou que alguns instrumentos, que antes eram utilizados pelas meninas e pelos meninos nas aulas do ensino técnico, não só do Brasil como de outros países, foram abolidos por apresentarem riscos e, por isso, foram substituídos por outros materiais mais pedagógicos. Para ilustrar tal

argumentação, Manoel Penna fez referência ao ensino técnico internacional referenciando um material que havia sido extinguido das aulas técnicas da Suécia (MENEZES, 2011, p.64):

Além disto, o enxó também ha muito foi abolida das aulas técnicas da Suecia, sendo substituída pelo machadinho. Quanto às dimensões apenas tenho a discriminar as do torno que poderá ter 1,50 m de comprimento e 1 m de altura.

O professor Technico Manoel Penna (MINAS GERAIS, SI 2850, 1908).

Em 9 de junho de 1911, foi sancionado o Decreto nº 3.191, que aprovou o regulamento geral da instrução do Estado e ficou estabelecido que (conforme o disposto no Art. 309 do capítulo V, que retratava dos trabalhos escolares), para o ensino de Trabalhos Manuais, o professor poderia optar por qualquer dos sistemas: Della-Voss, sueco, americano ou froebeliano<sup>68</sup>. Esse decreto demonstrou que o professor poderia optar pela finalidade educativa ou pela finalidade profissional.

Mudança significativa teve a cadeira de Trabalhos Manuais no ano de 1913, pois, no dia 4 de novembro desse ano, aprovaram o Decreto nº 4.041, que, em seu texto introdutório, determinava:

#### AOS SENHORES PROFESSORES

No ensino primario, onde se propõe, antes de tudo, a educação geral das faculdades da creança, o ensino profissional não pode deixar de ser a ante camara para o exercicio das profissões; deve ser um meio de mostrar à creança a applicação de noções geraes que recebe e o proveito que dellas pode tirar.

Parece que na escola primaria não se deve ter o intuito de fazer com que ella prepare um marceneiro, um entalhador; é necessario que se dê à creança o ensino prático, elementar, de trabalhos que ella possa executar, lançando mão de recursos diminutos, para a confecção do que fôr essencial ao seu uso e goso, ou então, que se dê este ensino para servir de base aos conhecimentos technicos da profissão que mais tarde abraçar.

Não póde admitir que compita ao Estado, na escola primaria, a formação de operarios. Não é so porque não é essa a função da escola primaria, como também porque são poucos os nossos recursos e escasso o tempo de trabalhos escolares.

Deve-se ter em vista fazer com que os educandos adquiram qualidade de ordem, de methodo, de paciencia, de bem obsrervar as cousas, de exactidão, de gosto, etc.

A alma deste ensino é o mestre; mas, para que se recolham resultados satisfactorios, é necessario que o espirito inventivo do professor não fique encerrado em mais, uma ou duas duzias de pontos sem systema.

<sup>68</sup> Nas páginas seguintes desta dissertação serão retratados os métodos, sloyd sueco, della-vos e americano. No momento, explicaremos o Frobeliano. De acordo com Ivanise Monfredini (2010, p. 118), para Fröbel a compreensão das coisas na prática era mais efetiva do que a partir do aprendizado de teorias. Desse modo, o trabalho manual estava ligado ao mundo exterior da criança e ao exercício da linguagem.

O espirito da creança tambem póde suggerir ao mestre – e isto se vê diariamente na escola, - idéas que mereçam ser aproveitadas.

No programma de cartonagem escolar, por exemplo, se especificam apenas as figuras geometricas e a applicação que dellas possa, tirar o mestre discipulo.

Com esse methodo ver-se-ão surgir objectos interessantes, de applicação e uso, que não foram enumeradas pelo programma, nem poderiam ser, porque o espirito inventivo do professor é mais amplo ou, em uma analyse, não é igual ao do organizador do programa que o governo adoptar e puser em execução. [...]. (PROGRAMMA PARA O ESTUDO DE TRABALHOS MANUAES, 1913, p. 304).

Nota-se que, no programa citado acima, atribuíram à cadeira de Trabalhos Manuais uma finalidade educativa, romperam com a finalidade profissional, presente no programa desde 1898. Outros fatores inovadores em relação ao programa de 1913 foram o estímulo à criatividade do professor ao lecionar a cadeira de Trabalhos Manuais e a educação dos sentidos das crianças perante às aulas de mesma.

Quanto aos conteúdos — de iniciação e o técnico — estavam mais especificados em relação ao programa de 1906. Isso pode ser visto no programa abaixo:

#### TRABALHOS PARA MENINOS

##### **Primeiro anno**

Trabalhos em arame

##### **Primeiro semestre**

Um fio de arame representando uma linha preta. Estudo da linha recta. Desenho.

Um fio de arame representando uma linha curva. Estado da linha cruva. Desenho.

Construcção da circumferencia. Sem estudo em relação a outras linhas e figuras. Desenho.

Applicação :- correntes, téla, cestos, gaiolas, etc.

O professor deverá fazer com que os alumnos empreguem fios de arame de 0, m10 a 0, m15.

#### TRABALHOS EM FIBRAS

Fibras diversas:-pita, embira, cipó, bananeira, etc. Seu preparo.

Fios. Estudo da linha recta e curva. Idem dos angulos e das outras figuras como nos trabalhos em arame.

Nós, laçadas, trançados com duas, tres, quatro e mais fitas. Confecção de cordas.

Malhas: rêde, samburás, balaaios, cestos, esteiras, empalhamento de cadeiras, etc.

##### **Segundo semestre**

Construcção de triangulos de papel de côr, formados de linhas rectas. Estudo dos triangulos. Superficie. Medição. Desenho.

Construcção de triangulos formados de linhas curvas. Seu estudo. Desenho.

Construcção de desenhos formados de linhas rectas e curvas. Seu estudo. Desenho.

Construcção de polygonos de quatro ou mais lados. Seu estudo. Desenho.

Aplicação:- mosaicos, bandeira nacional, representação de objectos, taes como facas, tesouras, alicates, etc.

## SEGUNDO ANNO

### Primeiro semestre DESENHO

Copia do natural de objectos de poucos contornos, rectos, curvos ou rectos e curvos, que sejam representados por simples traço:- agulhas, pregos, grampos, lapis, anzoos, etc.

Copia de objectos de contorno mais pronunciado, apresentando leve sombra:- reguas, esquadros, facas, um livro, etc.

Copia de objectos de contorno mais variado apresentando sombra perceptível:- serra, tesouras, chaves, sacca-rolhas, etc.

Copia de objectos de linha curva regulares:- pires, prato, mostrador de relógio, etc.

### CARTONAGEM

Observação de cubo, faces planas e arestas. Desenho do cubo. Construcção das faces do cubo no papel. Confeccção do cubo. Desmanchar e fazer novamente um cubo. Medição das arestas, das faces e angulos. O professor dará as dimensões da figura.

Formas derivadas do cubo. Observação de suas faces e arestas. Desenho das formas. Sua construcção no papel ou no quadro negro. Sua confeccção. Medição.

Observação da esphera, faces curvas. Desenho da esphera. Sua confeccção. Objectos eguaes e aproximados da esphera. Medição.

Formas derivadas da esphera. Observação de suas linhas. Desenho dessas formas. Sua confeccção. Medição

Observação do cylindro, suas faces e linhas. Desenho do Cylindro. Objectos eguaes e aproximados do cylindro. Medição.

Formas derivadas do cylindro. Observação de suas faces e linhas. Desenho dessas formas. Sua confeccção. Medição.

### Segundo semestre

### DESENHO

Collecção Monroc: - copia de objectos de linhas cruvas irregulares:- fructas, folhas, flores, etc.

Copia de objectos rectangulares em geral:- dados, mesas, livros, caixas, etc.

Copia de objectos cylindricos:- tambor, canetas, regadores, copos, potes, etc.

Copia de folhas de animaes ou parte de animaes; uma bandeja e chicaras. Sopeira, lampeão, ramo de flores, etc.

### CARTONAGEM

Observação dos prismas; suas faces e linhas. Desenho dos prismas. Sua construcção no papel ou no quadro negro. Confeccção dos prismas. Objectos eguaes e aproximados de um prisma dado. Medição.

Formas derivadas dos prismas. Observação de suas faces e linhas. Desenho dessas formas. Sua confecção. Medição.

Observação das pyramides; suas faces e linhas. Desenho das pyramides. Sua construção no papel ou no quadro negro. Confecção das pyramides. Objectos eguaes e appoximados de uma pyramide dada. Medição.

Formas derivadas da pyramide. Observação de suas faces e linhas. Desenho dessas formas. Sua confecção. Nomeação e comparação de objectos que tenham forma de pyramide, verificando a differença entre estes, o cubo, os prismas e os objectos anteriormente confeccionados. Medição.

APPLICAÇÃO:- Na applicação praticas dos pontos, deverão ser confeccionados objectos de uso commum, taes como:- paliteiros, porta-cartas, fructeiras, farinheiras, caixas de todos os formatos, mostrando o professor a figura de onde se obteve o objecto em questão e assimilhaça com os já obtidos em classe. Medição.

## **TERCEIRO ANNO**

### **Primeiro semestre**

#### **MODELAGEM DE BARRO OU CÊRA**

Modelagem de objectos eguaes ou approximados do cubo

Modelagem de objectos eguaes ou approximados dos primas.

Modelagem de objectos eguaes ou approximados das pyramides.

Modelagem de objectos eguaes ou approximados dos cylindros.

Modelagem de objectos eguaes ou approximados da esphera.

Modelagem de objectos de formas geometricas combinadas. D.M. -20.

APPLICAÇÃO: Modelagem de folhas, flores, fructos, escudo mineiro, das armas nacionais ou assumptos de imaginação. Tinturas, vasos, potes, etc.

### **Segundo semestre**

#### **TRABALHOS EM FOLHA**

Fogareiro. Preparo da solda. Substancias empregadas na soldagem. Ferramentas essenciaes. Operações principaes na soldagem. Cortar com a tesoura, virar-beiradas, soldar dois retalhos de folha.

Objectos de formas eguaes ou approximados do cubo

Objectos de formas eguaes ou approximados das pyramides.

Objectos de formas eguaes ou approximados do cylindro.

Objectos de formas eguaes ou approximados das espheras.

APPLICAÇÃO:- latas, saboneteiras, gaiolas, ralos, canecas, copos, regadores, medidas, funil, castiçaes, lamparinas, etc.

#### **TRABALHOS EM MADEIRA**

Conhecimento de madeira-dureza, elasticidade, bygromecidade, siructura, etc.

Qualidades e defeitos das madeiras. Sua conservação depois de serradas.

Conhecimento das ferramentas proprias para manter as peças de madeira, comprehendendo o banco e seus acessorios.

Conhecimento dos instrumentos para medir e traçar-metro, compasso, esquadro. Graminho, falso esquadro, ponta, etc.

Conhecimento dos instrumentos cortar-serrotes, serras, serra allemã, serra de volta, etc.

Conhecimento dos instrumentos para aplinar-garlopa, meia garlopa, rabote, plaina, Guilherme, etc.

Conhecimento dos instrumentos para fazer juntas-serras, graminhos, etc.

Conhecimento dos instrumentos para abrir molduras-guilherme, garlopas curvas, etc.

Conhecimento dos instrumentos para amolar-rebolo, pedra a oleo, pedra para goivas, limas triangulares, etc.

## QUARTO ANNO

### TRABALHOS EM MADEIRA

Exercícios com a serra allemã e serra de recorte

Construcção de um prisma recto octogonal, dadas as dimensões, para ser trabalhado no torno, recorte de discos de taboa, dado o diametro; confecção de cabos para serrote, lambrequins simples, gregas e animaes.

Idem, com as diversas plainas. Construcção de uma regoa, dadas as dimensões; uma prancheta para desenho; um metro de forma e prisma quadrangular, etc.

Idem, sobre a confecção de juntas. Construcção de um quadro com juntas de encaixe e espiga; idem, com juntas de cauda de andorinha e traços do Jupiter; juntas de moldura, juntas triangulares, etc.

Idem, sobre a colagem. Conhecimento da colla, modo do preparo e uso.

Construcção de objectos compostos de peças não ajuntadas e exercicios sobre o emprego da grossa e da linha – desbastadores para modelagem – porta-palitos, cabo de martelo, cabo de formão, de lima, faca para cortar papel, etc.

Idem, de objectos compostos de peças furadas e parafuzadas-um suporte e clara-boia, um banco (assento), idem, a clara-bia, uma caixa de pregos, uma farinheira, etc.

Idem, de objectos com juntas de meia madeira ou entalho simples-um esquadro de marceneiro, uma cruzeta, uma cruz de Santo André, uma caixa para pregos, com compartimentos, um suporte para limpar sapatos, uma caixa porta-pennas, etc.

Idem, de objectos que tenham peças ajustadas a cauda de andorinha, espiga e encaixe. Um cabide, um esquadro de marceneiro, um porta-phosphoros, um graminho, um compasso com porta-giz, uma caixa com tampa corredeira, etc. Trabalhos de junctas diversas. Um tamborete com pés oblíquos, mesas, prateleiras, etc.

Polimento da madeira, pintura e verniz.

### TRABALHOS EM TORNO

Conhecimento do torno e seus accessorios.

Exercicios preparatórios. Emprego da goiva. Emprego do Formão. Emprego da goiva e formão.

Idem, variados-cabos de lima, formão, martelo, esferas, balaústres, etc.

### ENTALHO

Entalho simples de ornatos, feitos a goivas e formões.

### TRABALHOS PARA MENINAS

#### Primeiro anno

Dobramento, corte e recorte de papel.  
 Dobramento de peças de roupa.  
 Confecção de pacotes.  
 Confecção de envelopes.  
 Flores de papel.  
 Enfeites para mesa, etc.  
 Nós e laçadas.  
 Uso e manejo da agulha.  
 Alinhavos.  
 Emenda de dois e mais pannos.

#### **Segundo anno**

Modo de tranzir.  
 Posponto.  
 Confecção de pacotes mais difficeis.  
 Flores e figuras de papel.  
 Brouqueis.  
 Pregar botões e colchetes.  
 Marcar lenços e outras peças do vestuário,  
 Modelagem (em cêra ou barro)

#### **Terceiro anno**

Bainhas.  
 Remendos.  
 Pontos de marca.  
 Casear.  
 Crochet (primeiros pontos)  
 Corte e preparo de roupas brancas.  
 Bordados em lenções e roupas brancas.  
 Bordados em lenços e roupas de cama.  
 Uso da machina de costura-de mão e de pe.  
 Uso do ferro de engommar.  
 Preparo de gomma.

#### **Quarto anno**

Modelagem. Exercicios.  
 Exercicios e applicação com lâ.  
 Toucas.  
 Sapatinhos de lâ.  
 Camisas.  
 Camisolas.  
 Saia.  
 Toalhas.  
 Fronhas.  
 Lençoes.  
 Entre-meios.  
 Corte de papelão.  
 Confecção de figuras geometricas; caixas, porta-jornaes, estojos, etc.  
 (PROGRAMMA do ensino primario, 1913, p.304-314).

Quanto ao horário de aula, houve uma redução do número de dias da semana em relação a 1906 (PROGRAMMA para o estudo de trabalhos manuaes, 1913, p. 305). Sinalizou uma sutil desvalorização da finalidade educativa dos Trabalhos Manuais, uma vez que, quando o interesse por essa cadeira estava na sua finalidade profissional, o tempo de aula era maior.

Constava, também, no programa de 1913, as seguintes instruções: em qualquer das classes de trabalho manual os alunos teriam de ser divididos em turmas pequenas para atender aos interesses do ensino dessa cadeira; o professor teria de ter sempre em vistas as suas disposições seriadas, aplicando constantemente o desenho geométrico; o professor deveria abolir do curso manual o uso de máquinas; os exercícios tinham de ser sistematicamente progressivos (sempre que possível, de modo individual, era necessário priorizar o esforço dos alunos); os objetos que os alunos fossem produzir tinham de ser compreendidos e apreciados por eles; os trabalhos não compreenderiam uso constante de instrumentos de medição, pois os alunos deveriam fazer os exercícios a mão livre para desenvolverem a visão e o tato.

Percebeu-se que esse programa de 1913 foi direcionado principalmente para os professores da cadeira de Trabalhos Manuais. Isso é um indício de que o Estado queria romper com a representação da finalidade profissional para a cadeira de Trabalhos Manuais, presente no programa de ensino desde o final do século XIX.

Aproveitando dessa chamada de atenção aos professores, pelo do Decreto nº 4.041, de 1913, para a finalidade educativa da cadeira de Trabalhos Manuais, o professor Manoel Penna também deixou o seu recado para seus companheiros de trabalho. Ele enfatizou o quanto a didática do professor tinha o papel de despertar no aluno: os sentidos, o interesse pelo ensino de Trabalhos Manuais e, conseqüentemente, a disciplina em sala de aula:

Para maior aproveitamento do ensino e rigorosa manutenção da disciplina escolar em um classe de alumnos, o meio mais aconselhado pelos pedagogistas é a ocupação de todas as creanças que a constituem em um trabalho que lhes attraia bastante atenção e as interesse diretamente.

Dentre os varios trabalhos conhecidos e experimentados com optimos resultados, destaca-se por ser facil, variado e acessivel a todos, o alinhavo de desenhos em cartões.

Estes cartões, entretanto, para preencherem o fim exacto a que são destinados, é preciso que os professores saibam deles fazer uso, tirando dos mesmos o maior partido possivel, como grandes auxiliares do ensino que são.

Na escola uma actividade bem regrada é origem de todos os prazeres, assim como a inacção é a causa do tédio e da preguiça. Assim, para se despertar o gosto e o interesse de uma classe de almnos, é necessario que ela se ocupe em um trabalho agradavel, te tal maneira que ponha em franca actividade a

maior somma de sentidos e prenda a atenção das creanças despertando ao mesmo tempo um vivo e inolvidavel prazer.

Com os cartões alinhavos, os professor poderão, pela intuição mediata, ensinar muitas cousas uteis aos seus alumnos e, com um esforço relativamente pequeno, porque os cartões não são, como alguns professores supõem, um meio que se lhes depara para uma hora de descanso, deixando as creanças neste trabalho entregues a si mesmas. Não.

A innegavel utilidade desses auxilliares do ensino está justamente no immenso partido que os professores intelligentes poderão tirar delles, dando aos seus alumnos interessantes e variadas lições, durante o tempo em que os mesmos se acham attentos na ocupação manual e, portanto, bem dispostos para compreenderem os ensinamentos do preceptor. (PENNA, 1915, p.20).

Manoel Penna também alertou os seus colegas para a importância da cadeira de Trabalhos Manuais, enquanto uma cadeira que podia auxiliar as outras do programa do ensino primário e despertar outros sentidos na criança além da visão e o tato:

Assim, distribuídas as almofadas e a linha a todos os alumnos da classe, o professore indicará qual o cartão a alinhar-se naquelle dia, uma flor por exemplo.

Si se deixássemos as creanças entregues a si mesma nesse exercicio este não passaria de um simples trabalho manual que interessaria somente a vista e o tacto.

Entretanto, assim não deve succeder. O professor depois de dizer as cores naturaes da flor que vão alinhar, para que os seus alumnos saibam applicar a linha da côr que mais combine com a natural, poderá dar uma boa lição de botanica á sua classe, fallando-lhe principalmente sobre a flor e suas partes.

Si em vez de flor é um cartão de mammifero, durante a hora de trabalho dissertará sobre zoologia; se o cartão representa o homem illustre, dr. João Pinheiro, por exemplo, o professor se referirá a elle, narrando os factos mais notaveis de sua vida como politico. Por este processo, o educador interessará muito mais os seus discipulos, fazendo-os applicar mais o sentido do ouvido, que ficaria á tôa, si não tomasse parte nessas ocupações e o ensino não seria tão util, visto como quanto maior é o numero de percepções, mais se desenvolvem as facultades intellectuaes das creanças.

Assim, pois, os cartões de alinhavos escolares constituem um excelente auxiliar do ensino, contribuindo para o desenvolvimento da vista, do tacto e das facultades intellectuaes sendo usados por uma classe regida por professor intelligente e dedicado. (PENNA, 1915, p.21).

No dia 19 de janeiro de 1916, sancionaram o Decreto nº 4.508, que aprovou o programa do ensino primário. Esse programa não foi construído no formato do programa de 1913 e sim, igual ao de 1906. O que significou uma retomada da finalidade profissional da cadeira de Trabalhos Manuais na legislação.

Porém, no dia 6 de fevereiro de 1918, legalizaram o Decreto nº 4.930, que aprovou o regulamento do ensino primário. Esse teve o mesmo formato dos programas de 1906, 1912 e

1916. Não obstante, na instrução direcionada à cadeira de Trabalhos Manuais, percebeu-se uma intenção de educar a sensibilidade das crianças para o trabalho:

#### TRABALHOS MANUAES

O trabalho manual para ambos às sexos, que o programma exige dos professores primarios, é destinado a exercitar a observação, habituar as creanças na perseverança do trabalho paciente, educando as mãos, os olhos e o cerebro, no esforço conjuncto de crear, imitar e executar qualquer obra cmphendida Esse objectivo não pode ter o character thecnico ó os processos industriaes e profissionais, próprios de escolas especiaes e para edades mais avançadas. (MINAS GERAIS, Programa do Ensino Primário, 1918, p. 54)

Também se notou uma valorização da finalidade educativa, pois as aulas aconteceriam de acordo com o horário de 1906, que era maior que a carga horária do programa de 1913.

Mesmo no governo de Minas Gerais, apresentando no programa do ensino primário essa alternância em relação à finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais no ensino primário, Manoel Penna manifestou-se sobre o esforço do governo em incutir nos mineiros o gosto pelos Trabalhos Manuais:

A grande exposição de trabalhos escolares, inaugurada ha pouco, nesta capital, pelo exmo sr. Presidente do Estado, promovida pelo competente inspector de ensino sr. Coronel Carneiro Santiago, e que tem sido animadoramente visitada por um multidão de pessoas não só entendidas de cousas do ensino, mas por quasi toda a população Horizontina, é uma prova clara e animadora de que, felizmente, já existe na Terra Mineira um movimento de animador interesse pelo ensino e de aplauso ao governo pelo esforço empregado para, cada vez mais, ir-se melhorando a educação do povo com a introducção dos mais modernos meios educativos.[...]. (PENNA, 1920, p.8).

Manoel Penna alegou que a população nas exposições externou curiosidade pelos métodos utilizados pelos professores: “[...]E o attestado desse interesse é o modo por que os visitantes, examinando os objectos expostos, têm procurado saber dos professores quaes methodos e processos de ensino adoptados pelos mesmos. [...]”. (PENNA, 1920, p.8).

E o colendo professor atestou a seguinte explicação para a população:

[...] Os Trabalhos Manuais escolares, adoptados hoje em quase todo o mundo civilizado, se resumem em quatro grandes systemas, que são: *o educativo, o thecnico, o social e o artistico*. Pelo *systema thecnico, ou russo*, os trabalhos visam exclusivamente a educação profissional e tendem a revelar as aptidões das creanças exigindo destas o professor uma logica rigorosa nas construcções e no uso das ferramentas. O sistema social americano, um dos mais modernos creado por Dewey, professor de

pedagogia da Universidade de Nova York, é baseado no principio de que os instintos do homem primitivo se encontram também nas creanças de hoje. As primeiras noções diz elle, que se alojaram nos cerebros dos primeiros homens foram de nutrição, vestuario e abrigo. Partindo desse principio, estabeleceu Dewey o seu sistema com a seguinte aprendizagem: trabalhos de cozinha, trabalhos em madeira, modelagem, etc., e trabalhos textis. No *systema artistico* tambem americano, conhecido como *Tadd*, nome de seu organizador, o desenho, a modelagem e a esculptura em madeira são a sua base e, como seu proprio nome indica, o seu fim principal é desenvolver nas creanças o gosto artistico. [...]. (PENNA, 1920, p.8).

No tocante ao Sloyd Sueco, o professor Manoel Penna explicou:

[..] Feita esta ligeira resenha dos systemas conhecidos, resta-nos referir ao pedagógico ou suéco, o que procuremos fazer com mais desenvolvimento, visto estar mais ou menos dentro deste systema o programma official de Trabalhos Manuais dos nossos cursos técnicos, embora pouco seguido. A palavra *sloyd*, de origem suéca, e usada em quase todos os paizes em cujos programas de ensino figura essa nova e racional disciplina, significa — trabalho manual sem carater de officio. A locução *trabalhos manuaes* que se emprega em se referindo a esse meio educativo, não exprime bem o seu caracteristico, porquanto ella se refere a todos os trabalhos feitos com as mãos, até aos materialmente executados.

Não havendo, pois, na lingua portugueza uma palavra que possa traduzir exactamente a idéa contida no vocabulario suéco, este tem sido conservado sem tradução, não so em Portugal como em todos os Estados do Brasil, que já introduziram em seus programas o ensino, desse util e poderoso meio educativo, creado pelo celebre professor finlandez Cygneus, e estudado com esmero pelo dr. Otto Salomão director da Escola Normal de Naas, na Suecia. Neste systema, os trabalhos teem um caracter essencialmente educativo e são considerados como um meio de educação geral e integral, ocupando um logar nos programmas - como o calculo, a geometria, o desenho, etc. [...]. (PENNA, 1920, p.8).

Quanto ao papel do professor no sytema sloyd, Manoel Penna disse que:

[...] diz o seu creador , para que o ensino dessa disciplina produza, os seus bons resultados, é preciso que seja ministrada por uma pessoa que tenha todos os requisitos necessarios a um verdadeiro preceptor e não por qualquer que, tendo apenas um pouco de destreza technica, exclusivamente, se arvore em professor dessa materia. E` indispensavel em um mestre de *Sloyd* uma certa dose de destreza technica, porém esta quasi nenhum valor terá si elle não conhecer o fim a que se propões com esse ensino, nem os meios que deva em acção para o attingir. [...]. (PENNA, 1920, p.8).

Em relação a finalidades e princípios do Sloyd, Manoel Penna alertou:

[...] Os fins principaes do *sloyd* são: preparar para a vida; ministrar conhecimentos de ramos de certos officios; dár destreza as mãos; dár destreza technica especial; desenvolver as faculdades mentaes; dár

conhecimentos positivos; tornar mais intensa a intuição; dar uma educação formal etc.

O preparo para a vida que o *Sloyd* dá não quer dizer, como erroneamente se supõe, que um menino, ao sair da escola primaria, esteja com um preparo profissional especializado em qualquer officio que lhe garanta no futuro a subsistencia. Não. Uma criança não póde saber qual officio preferido; além disto, não podendo um só professor se especializar em todos os officios, tornar-se-ia necessario que em todas as escolas houvessem mestres especiaes para cada uma das profissões conhecidas, o que seria quasi impossivel.

Demais, em uma ou duas horas por semana, consagradas ao ensino technico, no programma, não ha absolutamente quem seja capaz de preparar-se em um officio, porque officio é pratica e a pratica requer tempo.

Um professor habil e intelligente não deve, pois, cogitar de especialidades em seu ensino, mas procurar desenvolver as faculdades de seus alumnos, por meio de uma aptidão geral, a qual mais tarde virão juntar os conhecimentos especiaes referentes á profissão que houvessem escolhido. A destreza technica especial que o *sloyd* proporciona ás crianças consiste em uma aptidão para o emprego das diversas ferramentas de trabalho, para produzir objectos exactos.

E`um grande erro tambem encarar-se o trabalho manual escolar sob o ponto de vista economico e não sob o ponto de vista educativo. E`claro que o esforço feito por uma criança na confecção de uma regua de madeira, por exemplo, não é compensado pelo valor que este instrumento teria no mercado; mas, si tivermos em vista a somma de conhecimentos adquiridos por quem executou tal objecto, em virtude dos exercicios de suas forças phisicas, Moraes e intellectuaes postas em acção para que tal objecto fosse executado de acordo com as regras pedagogicas e si elle for terminado com exactidão, asseio e elegancia, como o mestre deve exigir, é evidente que o menino fica habituado a empregar essas qualidades não só na manufactura de reguas de madeira, mas em tudo que tiver que fazer.

Como meio educativo formal o *Sloyd* desenvolvendo as forças phisicas e mentaes, dá o resultado seguinte: inspira gosto e amor pelo trabalho; acostuma as crianças a respeitar o trabalho rude; desenvolve-lhes a independencia e a confiança em si mesmos; dá-lhes habito de exactidão, elegancia e asseio; educar-lhes a vista e lhes da o sentido da forma etc. [...].

Como relatado anteriormente, na década de 1920, intensificaram a circulação das ideias escolanovistas em Minas Gerais. Mediante a isso, no dia 1 de janeiro de 1925, sancionaram o Decreto nº 6.758, que aprovou o programa do ensino primário. E, nele, a cadeira de trabalhos teve o mesmo formato de 1913<sup>69</sup>.

Mas a mudança de fato ocorreu a partir de 1926, quando Antônio Carlos de Andrade assumiu a presidência do Estado: em seu mandato, priorizou uma reforma no ensino primário e normal. E, para auxiliá-lo nessa empreitada, convocou Francisco Campos para a Secretaria dos Negócios do Interior. Francisco Campos defendia uma reforma do ensino que tivesse em mira “a qualidade ao invés da quantidade” (PEIXOTO, 1983, p.82).

---

<sup>69</sup> Ressalta-se que, em 1913, a finalidade era educativa.

Para Antônio Carlos de Andrada e Francisco Campos, a escola era um instrumento primordial de reconstrução social. Mas que, para atingir esse objetivo, ela precisaria de organização adequada. E, no intuito de atingirem essa organização adequada, eles propuseram um programa de reformas do aparelho escolar tendo em vista as seguintes premissas:

- a) a idéia de aperfeiçoamento individual como condição para o aperfeiçoamento social.
- b) a idéia de organização escolar como fator decisivo no aperfeiçoamento do indivíduo e, conseqüentemente da sociedade. (Idem, 1983, p.93),

Motivados pelas ideias “escolanovistas”, Antônio Carlos de Andrada e Francisco Campos queriam que a educação se tornasse um instrumento capaz de atuar de maneira decisiva sobre a formação do ser humano como um indivíduo e ser social, fazendo com que a escola perdesse o traço artificial que a caracterizava (e se tornasse uma colaboradora da família e da sociedade). Eles preocuparam com a natureza do trabalho docente e a consideração desses, no processo de ensino e aprendizagem, pelos interesses, necessidades e potencialidades dos alunos (Idem, 1983, p. 95)

Em 1926, os passos iniciais para a realização de uma reforma no ensino primário ganharam força a partir da homologação da Lei nº 926, de 24 de setembro, que autorizou a reforma (OLIVEIRA, 2011, p.28).

Um das consequências da autorização dessa reforma foi o Primeiro Congresso da Instrução Primária — que aconteceu entre 9 e 14 de maio de 1927. Esse congresso foi um debate público, que legitimou a realização do empreendimento de mudanças na educação. À respeito da cadeira de Trabalhos Manuais, houve uma Comissão de “Desenho e Trabalhos Manuais”, entre as várias comissões do congresso, que viera a desenvolver questões a respeito dos objetivos e procedimentos do ensino, atitude do professor e conteúdo das aulas dessa cadeira (PEIXOTO; FARIA FILHO; 2000, p.53-54).

Conforme Cleide Maria Maciel de Melo (2010, p.221), o professor Manoel Penna, participou ativamente desse congresso. Ele fez parte das Comissões de Organização Geral do Ensino e a Comissão de Desenhos e Trabalhos Manuais e foi relator das duas.

Na abertura desse evento, Francisco Campos, em seu discurso de abertura, fez a seguinte observação a respeito da cadeira de Trabalhos Manuais no ensino primário:

[...] O trabalho com fim educativo e não a título de instrução profissional, deve constituir parte obrigatória dos nossos cursos escolares, pela oportunidade que o trabalho manual depara às crianças de exercer as suas actividades intellectual sôbre um contexto em que as noções tem um valor de

aplicação e, por conseguinte consequências e sanções.[...]. (REVISTA do ensino, 1927, p.456).

No discurso de Francisco Campos, percebe-se claramente a defesa da finalidade educativa de Trabalhos Manuais. Isso supõe, como já foi mencionado, que muitos atribuíam à cadeira de Trabalhos Manuais uma finalidade profissional. Essa defesa da finalidade educativa da cadeira de Trabalhos Manuais esteve presente também no relatório de conclusão da 7ª tese de desenho Trabalhos Manuais, proferido pelo professor Manoel Penna no congresso.

#### THESE 7º

“Sera conveniente a criação de um curso de aperfeiçoamento para os professores que tenham que executar o programmas de desenho, trabalhos manuaes e dos cursos technicos”?

Relator professor Manoel Penna que chega as seguintes conclusões:

“Os programmas de desenho devem ser executados pelas proprias professoras em suas respectivas classes; não ha, pois, motivo que justifique a formação de professores especialistas.

O cursos technicos actuaes contem matéria que melhor cabimento teria nos programmas de escolas profissionais, do que de grupos escolares, onde o ensino de trabalhos manuaes devem ter um caráter meramente educativo. Portando, não se justifica tambem a criação de cursos especiaes para professores que se destinem a este fim.”

Falam a respeito os srs. Firmino Costa, José Augusto Lopes, d. Emilia Truran, dr Magalhães Drumond e Edgard Renault, que apresenta uma emenda substitutiva.

São aprovadas as conclusões do relator.

O sr, Athur Mafra faz uma declaração de voto. (REVISTA do ensino, 1927, p.491).

Para consolidar a reforma na educação do governo de Antônio Carlos Andrade, no dia 15 de outubro de 1927, aprovaram o Decreto nº 7.970, que regulamentou o ensino primário. E, no dia 22 de dezembro desse mesmo ano, aprovaram o Decreto nº 8.094, que retratou sobre o programa do ensino primário<sup>70</sup>.

No programa de ensino de 1927, tinha a seguinte instrução geral para a cadeira de Trabalhos Manuais:

1. Os trabalhos manuaes somente serão ensinados nos grupos escolares. Seu ensino deverá ter caracter educativo, aliás como o de qualquer outra materia do curso primario.
2. O trabalho manual educativo é um preparo e uma transição para o trabalho manual profissional.

<sup>70</sup> Esse programa prevaleceu até 1934.

Elle irá fazer parte integrante deste. Quando mais tarde o *profissional* entender que seu fim é economico e consiste em *ganhar dinheiro*, o *educativo* lembrar-lhe-á que existe um fim anterior a esse, isto é, *fazer bem feito ao trabalho*. Conciliados esse dois fins, o trabalhador com a perfeição de seu produto, tirará maior compensação.

3. Ha de ser, pois, gradativo o ensino de trabalhos manues, no sentido de visar, em cada ano, a um grau destinado e progressivo.

4. Quanto ao mais, seu programma obedecerá ao plano geral educativo, de que são partes principaes aproveitar a actividade das crreanças e satisfazer intelligentemente o interesse dellas. [...]. (PROGRAMMA do ensino primário, 1927, p.1742-1743).

Percebeu-se que a finalidade educativa para a cadeira de Trabalhos Manuais foi a opção do programa de ensino de 1927, o que deu continuidade à proposta do programa de 1925. Porém, em 1927, ficou mais óbvio o quanto, a partir da cadeira de Trabalhos Manuais, formava-se uma sensibilidade para o trabalho. Na instrução de geometria e desenho, estabeleceram que, nas aulas dessas duas cadeiras, deveria haver uma relação com a cadeira de Trabalhos Manuais.

Aproveitando que, no programa de 1927, foi adotada a finalidade educativa para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais, o professor Manoel Penna alegou que muito professores estavam utilizando nas escolas a finalidade profissional, afirmando que para o ensino dessa cadeira deveria ser utilizado à finalidade educativa proposta no programa de ensino vigente (PENNA, 1928).

Após Manoel Penna ter lido o relatório do professor Manoel Frazão<sup>71</sup> — que por sinal ele fez menções elogiosas —, alegou que esse professor trouxe da Suécia<sup>72</sup> uma série de modelos, regulamentos, material de ensino, etc. que poderiam auxiliar no ensino da cadeira de Trabalhos Manuais. Porém, todos esses suportes didáticos que ele trouxe para o Brasil se perderam. E, para Manoel Penna, a perda desses materiais ocorreu porque os educadores brasileiros não deram a eles fundamental valor. Caso isso não tivesse ocorrido, eles não teriam adotado, em suas aulas, a finalidade profissional e, conseqüentemente, a cadeira de Trabalhos Manuais não se encontraria, ainda na década de 1920, tão defasada (PENNA, 1928).

Manoel Penna fez uma comparação do Brasil com os EUA, disse que o governo dos EUA também enviou educadores para a Europa, principalmente para a Escola de Nass na Suécia, e as contribuições trazidas de lá foram apropriadas ao ponto de fortalecer o ensino da

<sup>71</sup> Esse relatório foi escrito por Manoel Frazão à inspetoria geral da instrução primária da Capital Federal, com o resultado de seus estudos sobre a organização das escolas primárias da Europa. Esse relatório foi publicado pela tipografia da *Gazeta de Notícias* em 1893.

<sup>72</sup> Local onde estava instalada a Escola Normal de Nass, voltada à formação de professores, priorizava ensiná-los como lecionar no viés do sloyd educacional que tinha uma finalidade educativa.

cadeira de Trabalhos Manuais nas escolas primárias e nas escolas normais com o objetivo de formar professores qualificados, para lecionar a cadeira de Trabalhos Manuais. Ao observar a experiência dos EUA, Manoel Penna chegou à conclusão que, no Brasil, era preciso investir na formação de professores, na perspectiva da finalidade educativa, como ocorreu nos EUA. Pois, feito isso, a possibilidade de a cadeira de Trabalhos Manuais alcançar um bom desenvolvimento seria maior (PENNA, 1928).

Enquanto ocorriam essas mudanças no contexto educacional mineiro, o professor Corinto da Fonseca se destacava no cenário nacional divulgando as suas ideias sobre o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais através de conferências. O tema das conferências era as ideias propostas por ele em seu livro *A Escola Activa e os Trabalhos Manuaes*. Os jornais cariocas que circulavam em Minas Gerais noticiavam sobre as ideias discutidas pelo professor Corinto da Fonseca. O professor Manoel Penna se apropriou das ideias de Corinto da Fonseca e em uma aula no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e as colocou em prática<sup>73</sup>.

Para tal fim escolhemos uma pequena classe composta de poucos alunos do terceiro anno do curso desse estabelecimento, que vinham, segundo nos informaram, de uma lição de geographia, que a sua professora acabara de dar quando, a sineta annunciava a hora de nossa aula.

- Bem, dissemo-lhes: nós vamos iniciar hoje um trabalho de acordo com essa materia explicada, ha pouco, pela sua distincta mestra.

- Façamos então um mappa, exclamou um dos alumnos.

-Sim, Bôa idéa: nós vamos fazer uma carta geographica, mas em relevo, previamente desenhada, depois levantada em modelagem a cêra e reproduzida em seguida em gesso de prêsa...

Ao fim de varias sugestões e discussões, ficou resolvida a confecção do mappa do continente americano, nas suas grandes massas, com as divisões dos paizes, o qual seria depois collocado em um taboleiro cheio de agua colorida representando os mares. Por uma prévia arguição que fizemos sobre essa parte da geographia, aquellas creanças não tinham um conhecimento seguro do assumpto do nosso centro de interesse. Poucos eram capazes de criar todos os paizes da America do Sul.

Afinal, iniciámos o nosso trabalho que tomou muitas aulas, durante as quaes e em consequencia da obra em confecção, muitos estudos se fizeram, até que a prova ficasse concluida: um taboleiro de madeira com pés em forma de mesa, tendo por dentro um outro de folha de Flandres, de menores dimensões, cheio d'agua colorida, de onde emergia o blóco de gesso representando as terras americanas, com os paizes pintados de cores diferentes.

Agora vejamos quaes noções aprendidas durante a execução deste nosso trabalho.

Visto termos tido logo necessidade de ampliar um pequeno mappa para um desenho maioiro nove vezes, tivemos de falar em escala de proporção; e como ninguem na classe tinha siquer a menor noção de tal assumpto, deparou-se-nos oportunidade de uma lição muito util. Ao fim de explicações

<sup>73</sup> A proposta do professor Corinto da Fonseca foi relatada no capítulo 1 desta dissertação.

claras e intuitivas varios exemplos simples, em alguns minutos, notamos que todos aqueles meninos haviam compreendido, portanto sabendo o que lhes ensinamos. Sem falarmos nos conhecimentos de geografia, adquiridos uns e consolidados outros, materia principal do nosso centro de interesse, varios proveitos foram colhidos pelas creanças.

Feito o modelado em gesso e divididos, a lapis, os paizes, estes agora ia ser pintados, cada um de uma côr differente, para bem se distinguirem. Como dispozessemos apenasdas três cores: amarella, azul e vermelha, e sendo tamanho o numero de nações, os pequenos obreiros acharam que só as tres não chegavam e exigiram mais. Nesta occasião encontramos tambem um motivo para lhes falar sobre a teoria das côres, mostrando-lhes que com aquellas tres somente, far-se-iam todas as mais, etc.

Não tendo elles, porém, comprehendendo bem areunião de todas as côres dava o branco, fomos obrigados a interromper a marcha do trabalho, para construirmos um pequeno disco de Newton e um prima triangular de Crystal, com que facilmente demonstramos aquella nossa afirmativa.

Quando chegou o momento de enchermos o taboleiro de agua colorida, para fingir os mares, addicionámos a este liquido um pouco de formol e, neste ensejo nos detivemos por algum tempo a dizer algumas coisas sobre hygiene.[...]. (PENNA, 1929, p.5-6).

Também, conforme Vago (2002, p.210), quando Manoel Penna ocupava o cargo de Assistente técnico, atentou para a importância da cadeira de trabalhos, enquanto uma forma de educação física. E sobre isso Manoel Penna relatou:

Os Trabalhos Manuais executados em madeira, visando, como os em papel, argila, etc., um fim educativo instrutivo, constituem também um excelente meio de educação física, uma verdadeira ginástica natural, utilitaria e produtiva, muito mais proveitosa do que a suéca ou calistecnica, que consta de certos movimentos apenas e sempre em vão, das extremidades, do tronco e da cabeça, atividades estas que não despertam grande interesse, por serem sempre as mesmas, monófora da percepção infantil, que as proprias crianças duvidam da existencia dos mesmos. [...]

[...] Entretanto, o trabalhos manual em madeira, bem dirigido e praticado pelas crianças mais crescidas, é considerado, igualmente, como uma ginástica capaz de substituir vantajosamente a que se faz em aparelhos, aproveitando-se, deste modo, toda a energia muscular desperdiçada na prática da ginastica propriamente dita [...]. (PENNA, 1933, p. 21).

Neste capítulo, percebeu-se que Manoel Penna obteve reconhecimento no campo educacional mineiro, fora apontado por inspetores, diretores, professores e presidentes de Estado como dedicado, zeloso e atencioso na realização de seu trabalho na educação de Minas Gerais. Ele configurou e propôs as suas ideias em meio a uma atuação significativa no campo educacional, pois, como já dito, foi professor de vários grupos escolares da capital, secretário do ensino técnico, assistente técnico e, a partir dessa atuação, tornou-se referência no que diz respeito aos Trabalhos Manuais nos grupos escolares. Durante sua atuação, em meio ao

cenário de (re)definições da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, ora educativa, ora profissional, Manoel Penna publicou artigos e, através desses, compartilhou as suas ideias em torno do ensino da cadeira de Trabalhos Manuais.

A intenção do professor Manoel Penna, ao compartilhar essas ideias, foi sinalizar para políticos, principalmente aqueles que articulavam o programa de ensino, e para os professores, tentou mostrar que o possível caminho para fazer a cadeira de Trabalhos Manuais alcançar um bom resultado seria a atribuição da finalidade educativa para o ensino da mesma. Pois, em sua prática educativa, adotando aspectos como educação dos sentidos, centro de interesse dos alunos, educação do corpo — que eram aspectos abrangidos na perspectiva da finalidade educativa, ele conseguia despertar o interesse pelos Trabalhos Manuais em seus(suas) alunos(as), nos pais dos(as) alunos(as) e nos (as) diretores(as) dos grupos escolares (onde ele lecionou), professores, inspetores e políticos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado foi a preocupação de Manoel Penna com a defasagem do ensino da cadeira de Trabalhos Manuais nos anos da década de 1920. Ao trazer à tona essa questão, quis demonstrar que algo deveria ser feito para alavancar a cadeira de Trabalhos Manuais, era necessário definir de uma vez por todas sua finalidade no programa de ensino. Manoel Penna alegou também que, para impulsionar o ensino dessa cadeira, era preciso que o Estado investisse na formação dos professores na concepção da finalidade educativa, pois muitos deles estavam utilizando da finalidade profissional. É preciso lembrar que esses professores, assim como Manoel Penna, estavam envolvidos nesse processo de (re)definições da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais no programa de ensino, fator esse que gerava uma desorientação em suas práticas.

Com a intenção de contribuir com uma definição da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais e oferecer um direcionamento para os professores, em 1934, Manoel Penna, consolidou as suas ideias na obra *Trabalhos manuaes escolares*, que será analisada no próximo capítulo.

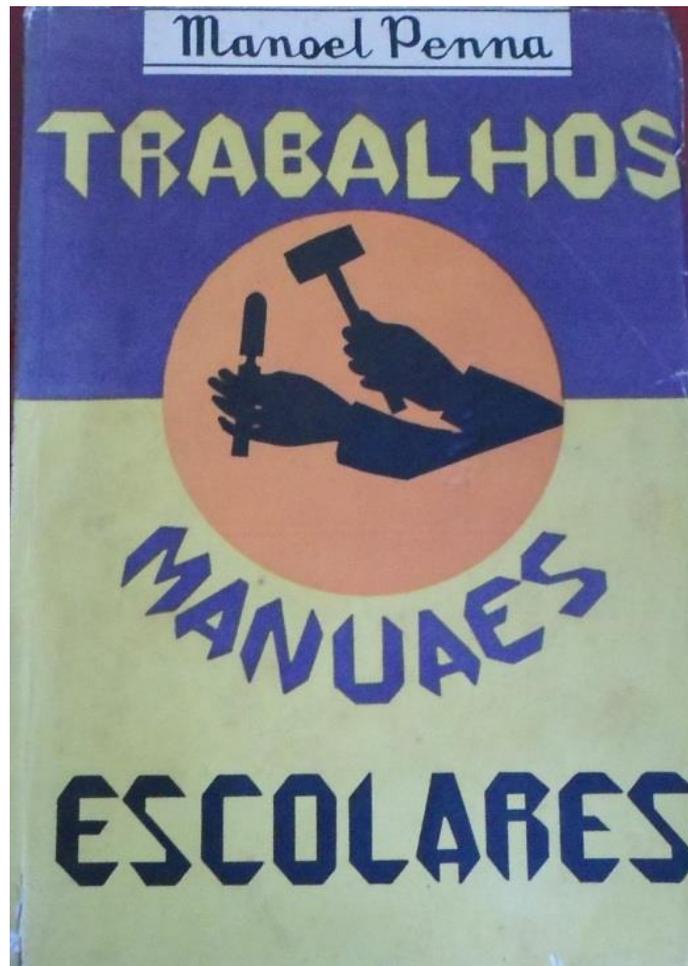
### **CAPÍTULO III — “TRABALHOS MANUAES ESCOLARES”: A PROPOSTA CONSOLIDADA DO PROFESSOR MANOEL PENNA**

No segundo capítulo, constatou-se que o professor Manoel Penna se tornou referência no que diz respeito à cadeira de Trabalhos Manuais — esse destaque deveu-se a sua atuação na instrução pública mineira. Em 1934, o professor Manoel Penna consolidou as suas ideias no compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares*, com a intenção de contribuir com uma definição da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, que vinha em processo de (re)definição desde o final do século XIX, e oferecer um direcionamento aos professores da referida cadeira. Neste capítulo, será analisado o Compêndio, a fim de compreender qual proposta de ensino para a cadeira de Trabalhos Manuais que o professor Manoel Penna colocou em circulação no referido ano.

#### **3.1 A produção do compêndio: organização e repercussões**

O compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares* (1934) tem 172 páginas e é dividido em duas partes. A primeira é teórica e, nela, o professor Manoel Penna relata sobre a importância educativa da cadeira de Trabalhos Manuais, os benefícios dessa cadeira nos grupos escolares, os vários sistemas de educação manual, um direcionamento de quais sistemas devem ser seguidos e a relação dessa cadeira com a de Desenho. Na segunda parte, o professor apresentou orientações para o ensino de cada conteúdo dessa cadeira: papel, cartonagem, modelagem, tecidos, dobradura, recorte e trabalhos em madeira com inúmeras ilustrações para cada conteúdo. De acordo com as fontes analisadas, o compêndio foi utilizado por professores da cadeira de Trabalhos Manuais até 1984. A seguir, tem-se a capa do compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares* (FIG. 2).

Figura 2: Capa do compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares* (1934)



Nota: Capa feita por Manoel Penna através dos exercícios de dobramentos e recortes.

Fonte: Autoria própria. Cf. Compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares* (1934).

Sobre a publicação desse compêndio, o jornal *Minas Gerais* noticiou:

[...] O sr. Professor Manuel Penna merece encômios pela magnífica obra que acaba de pôr impresso, única talvez de seu gênero em nossa bibliografia escolar. Ninguém, aliás, mais apto para uma tal tarefa que o competente professor do Curso de desenho das Escolas de Aprendizes Artífices desta Capital e que é também Assistente técnico do especializado do ensino Estadual, com largo tirocínio de professor de Trabalhos Manuais num de nossos grupos escolares.

Realizada com admirável criterio didatico, a obra reúne todas as qualidades requeridas por um compendio dessa indole, pois é dado encontrar em suas paginas, já pelo texto, já pelos desenhos, um acervo utilíssimo de ensinamentos relativos ao adestramento manual das crianças que frequentam as escolas.

Prestará grandes serviços, seguramente a mestres e a discípulos [...]. (MINAS Gerais, 1934, p.15).

A *Revista de ensino* publicou:

#### TRABALHOS MANUAIS ESCOLARES

Acaba de sair do prélo e já se acha a venda este livro do professor Manoel Penna, com cêrca de 200 páginas grandemente ilustrada com 402 gravuras, muitas da quais coloridas.

Nesta obra que trata especialmente da metodologia dos Trabalhos Manuais educativos, de acôrdo com os processos modernos da escola ativa os senhores professores encontrarão um orientação para as atividades manuais em papel: dobramentos recortes e tecidos; cartonagem; modelagem em argila; trabalhos em madeira; tudo associado as diversas matérias do programa do curso primário.

‘Trabalhos Manuais Escolares’ do professor Manoel Penna, compêndio que esta sendo tão procurado, encontra-se em todas as livrarias da capital. (REVISTA de ensino, 1934, p. 95).

A partir das informações divulgadas a respeito do compêndio produzido pelo professor Manoel Penna, pode-se fazer as seguintes análises: o compêndio foi bastante procurado, evidência de que os sujeitos da instrução necessitavam de uma definição da finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais e um direcionamento para a mesma; Penna escreveu o compêndio no momento em que era assistente técnico do ensino e quem ocupava esse cargo, como já relatado nas páginas anteriores, tinha a função de acompanhar e controlar as atividades em execução. O que muitas vezes incluía até mesmo a efetiva participação do assistente técnico no desenvolvimento de algumas atividades pedagógicas. Assim, como referido nas duas publicações, ele defendeu a finalidade educativa para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais. Além de Assistente técnico, no momento da escrita do compêndio, era professor da Escola de Aprendizes, instituição essa que tinha como fim a educação técnica e profissional. Ou seja, ele defendia a finalidade educativa para as aulas da cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares porque sabia qual seria a estrutura necessária para a realização do ensino profissional e, com isso, tinha a certeza de que nos grupos escolares não comportava a estrutura do ensino profissional.

Foi a partir dos seus 28 anos de atuação com a cadeira de Trabalhos Manuais na instrução mineira — e com o olhar de alguém que observava como estava sendo o desenvolvimento da cadeira de Trabalhos Manuais na época — que Manoel Penna escreveu o seu compêndio. Ele registrou isso em sua obra: “[...] Este livrinho é apenas o resultado obtido

na prática de longos anos como professor de Trabalhos Manuais que foi estudando e experimentando o que os mestres ensinam. [...]”. (PENNA, 1934, p. 7).

No compêndio, Manoel Penna homenageou os seus professores, João Diniz Barbosa e Caetano Azeredo Coutinho, e o ex-presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, como forma de retribuir os elogios que recebeu desses no passado. O jornal *Minas Gerais* comunicou que o compêndio do professor Manoel Penna era um trabalho inédito, porém o próprio Manoel Penna relatou em seu livro que o mesmo não era um trabalho novo e original, pois ele compendiou obras de José Montúia Imbert, E. Solano, Manoel Frazão, Frobel, Dewey, Kerschensteiner, Montessori e Omer Buyse, era este último o seu principal interlocutor.

No próximo subcapítulo, será analisada a primeira parte do compêndio na qual o professor Manoel Penna explicou sobre o motivo de defender a finalidade educativa.

### **3.2 A finalidade educativa: rompendo estereótipos e formando o cidadão trabalhador**

Na parte teórica do compêndio, Manoel Penna registrou que a cadeira de Trabalhos Manuais foi inserida no programa de ensino primário e secundário do Brasil, como ocorrera na Europa. Porém, na Europa, mesmo que tenha existido divergências em relação à implantação da cadeira, no que dizia respeito à finalidade da mesma e, conseqüentemente, aos métodos aplicados ao seu ensino, ela foi aceita com veemência por grande parte dos povos europeus<sup>74</sup> (PENNA, 1934, p. 14-15).

Manoel Penna alegou que no Brasil, especificamente no Estado de Minas Gerais, mesmo a população demonstrando interesse pelos Trabalhos Manuais, a cadeira em 1934 ainda não havia atingido o seu desenvolvimento e resultado adequado (Idem, 1934, p. 9).

Para esse professor, além da falta de formação dos professores<sup>75</sup>, existiam mais dois motivos desse retardo; um era o preconceito em relação aos Trabalhos Manuais. Manoel Penna argumentou que “esse aviltamento é uma herança da escravidão, pois os trabalhos mais rudes — que envolviam atividades manuais — eram feitos por pessoas escravizadas. Esse juízo que perdurava por volta de 1934 fazia com que muito jovens escolhessem as academias em prol de uma ambicionada posição social do que as escolas profissionais que eram uma possibilidade de garantia da subsistência. E geralmente aqueles que procuravam as escolas profissionais eram as pessoas mais pobres sem nenhum recurso. O outro motivo era a visão

<sup>74</sup> Já explanado no capítulo 1 e 2 desta dissertação.

<sup>75</sup> Como analisado no capítulo 2 desta dissertação.

atrasada do povo — inclusive sujeitos da educação — em relação à finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais. Manoel Penna informou que a grande maioria das pessoas desconheciam o meio educativo, que era a cadeira de Trabalhos Manuais, e atribuíram a ela uma finalidade profissional, na qual as crianças, depois de poucos anos de curso, aprendiam um ou mais ofícios e saíam com habilitação e capacidade para se estabelecerem e ganharem a vida fora da escola, como profissionais. (Idem, 1934, p.9-11).

Manoel Penna alertou que uma criança aprender uma profissão nos grupos escolares era humanamente impossível, pois a cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares deveria ser meramente educativa — educação geral das mãos — dando às crianças destreza nas mãos, tornando-as servidores obedientes do cérebro, agindo de acordo com a vontade na confecção de trabalhos previamente concebidos e rigorosamente terminados. Enquanto o ensino profissional, que tinha como objetivo formar operários especializados em qualquer profissão, deveria ocorrer em estabelecimentos de ensino próprios e organizados de maneira a poder preparar cada indivíduo no ofício para o qual tivesse mais gosto. E para que dessem bons resultados, os estabelecimentos de ensino profissional deveriam dispor de professores especiais de cada uma das profissões que fizessem parte do seu curso e de professores que lecionassem várias outras matérias que eram indispensáveis para o operariado moderno. (Idem, 1934, p.10).

Manoel Penna afirmou que a

aplicação da finalidade educativa na didática dos professores da cadeira de Trabalhos Manuais no ensino primário era um instrumento capaz de acabar com esse juízo preconceituoso — considerado por ele antipatriótico —, pois ela poderia incutir no espírito da mocidade os sentimentos de igualdade e de fraternidade que iam ao encontro das ideias democráticas do regime republicano<sup>76</sup> (Idem, 1934, p.11).

---

<sup>76</sup> A República herdou do Império a busca pela valorização dos Trabalhos Manuais. Lançava mão de estratégias para a reforma da instrução pública que, em suma, visavam convencer a população de que o trabalho era essencial para a civilidade e progresso da nação. E, nesses períodos, eles viam a criança como um ser em processo de formação e não estavam impregnadas pelos preconceitos em relação aos Trabalhos Manuais (FARIA FILHO, 1988, p.28). O professor Manoel Penna era pertencente a essa ambiência, ao citar essa visão da República ratifica o quanto ele era defensor das reformas na educação.

Manoel Penna mencionou que, “desde cedo, as crianças utilizam as mãos para descobrir o mundo<sup>77</sup>. E, por isso, desde o jardim de infância e ao longo do ensino primário, a cadeira de Trabalhos Manuais poderia contribuir com esse desejo natural e instintivo de aprender Trabalhos Manuais” (Idem, 1934, p. 17-18).

Na perspectiva da finalidade educativa, a educação das crianças deveria ser completa, ter como fim um desenvolvimento moral, físico e intelectual. A educação física não tinha de se limitar ao ensino de ginástica, mas cuidar principalmente da educação dos sentidos das crianças. E por ser o tato um dos sentidos superiores, que tem como principais órgãos as mãos, a educação desse se fazia necessária, porque, para o professor Manoel Penna, “o homem pensa porque tem mãos”. Pois, para as pessoas que possuíam deficiência visual e deficiência auditiva, as mãos seriam o seu alicerce. Essa finalidade refletia na psique das crianças, despertando a imaginação dos alunos e conseqüentemente os seus interesses pelos Trabalhos Manuais (Idem, 1934, p. 12-13).

O resultado da utilização da finalidade educativa na didática dos professores seria que “os moços”, sem distinção de classe social, passariam a fazer uso consciente de suas mãos, pois, por terem esses permanecidos durante alguns anos em “promiscuidade” nas oficinas (ricos e pobres, brancos e negros), seria estabelecido o respeito mútuo entre eles. De maneira que desapareceria o preconceito que separava as classes sociais, segundo a ocupação de cada indivíduo. Afinal, todos os trabalhos, mesmo os mais rudes, seriam dignos e não seria a qualidade da profissão que honraria o homem, mas o homem é quem deveria honrar a sua profissão, qualquer que fosse ela (Idem, 1934, p.11).

Não obstante, o professor Manoel Penna enfatizou que, para que os benefícios da cadeira de Trabalhos Manuais fossem realizados, seria necessário que os professores tivessem competência para que pudessem aproveitar o meio educativo que era essa cadeira (Idem, 1934, p. 12-13).

Ele descreveu em seu compêndio os vários métodos aplicados à cadeira de Trabalhos Manuais que são: Della-Vos, Sloyd Educacional (sueco) social e artístico<sup>78</sup>. Todavia defendeu

---

<sup>77</sup> Manoel Penna alegou que ainda no berço, e logo que os sentidos das criancinhas começam a desenvolver-se e despertar-se, a primeira coisa que lhe prende a atenção são os movimentos instintivos e inconscientes, produzidos pelas mãos. Mais tarde, quando já sabem que as mãos lhe pertencem e movem em obediência a sua vontade, a crianças fazem usos delas para pegar os objetos que se encontram a seu alcance. Depois, com o passar do tempo, utiliza-se as mãos para produzir sons. Quando mais crescidas e já andando, as suas atividades não tem limites, começando nesse momento os primeiros Trabalhos Manuais, pois tudo que cai nas mãos das crianças é decomposto, afim desta observar o objeto desmontado. Após desmontados os objetos, inicia-se nas crianças o desejo de remontá-los. E, mais tarde, as crianças passam a construir seus próprios objetos necessários para as suas brincadeiras (Idem, 1934, p.17-18).

<sup>78</sup> As explicações desses métodos foram dadas pelo professor Manoel Penna no artigo “Exposição escolar” publicado em 1920. A análise desse se encontra no capítulo 2 desta dissertação.

o seguimento por parte dos professores do Sloyd educacional (sueco), com as novas adaptações realizadas por Decroly e Kerchensteiner — adaptações essas que foram denominadas pelo professor de sistema educativo-instrutivo<sup>79</sup> — levando em consideração a proposta de ensino da escola nova<sup>80</sup> (Idem, 1934, p.25).

Na parte teórica do compêndio, o professor Manoel Penna definiu que, para que fossem alcançados o desenvolvimento e o resultado adequado da cadeira de Trabalhos Manuais, seria necessário que os sujeitos da instrução pública aderissem à finalidade educativa para o ensino da mesma, pois essa finalidade penetrava a psique da criança estabelecendo nela uma sensibilidade para o trabalho. E, a partir da construção dessa sensibilidade, rompia-se com o aviltamento em relação aos Trabalhos Manuais e formaria o cidadão trabalhador, que de acordo com Faria Filho (1990, p. 89):

houve toda uma busca de reorganizar a escola primária bem como de redefinição do papel e portanto, da formação requerida — do professor, em função das mudanças que estavam ocorrendo nas relações sociais em Minas [...]. No bojo destas mudanças, como um dos elementos centrais, estava a necessidade de formação de um novo trabalhador que disciplinado e comedido, aceitasse como legítimas as formas capitalistas de organizar o trabalho, delimitar os usos do espaço, de gerir a coisa pública[...].

Além de ter feito essa indicação do método, Manoel Penna, na segunda parte do seu compêndio, sugeriu exercícios para a prática pedagógica dos professores da cadeira de Trabalhos Manuais. No próximo subcapítulo, essas práticas sugeridas por ele serão analisadas.

---

<sup>79</sup> Conforme Francine Dubreucq (2010, p. 24-25), Decroly valorizava uma educação concreta em que fosse desenvolvida nas crianças, a educação do corpo, dos sentidos e das mãos. De acordo com Hermann Röhrs (2010, p. 131), Kerschensteiner marcou um novo caminho do pensamento educativo. Isso pode ser afirmado tanto sobre o seu zelo transformador em relação ao princípio da educação popular quanto de suas ideias sobre a formação profissional, o ensino de Trabalhos Manuais. Sobre os Trabalhos Manuais, ele registrou que é somente por meio dos Trabalhos Manuais que se desenvolvem os hábitos intelectuais e morais. A inspiração do professor Manoel Penna para essa perspectiva partiu da obra “Cómo se enseñan los trabajos manuales”, de José Montúa Imbert (1932), professor do grupo escolar de Barcelona. Nessa obra, Montúa Imbert afirmou que a concepção pedagógica desses autores estava alavancando em 1932 e fazia parte do método moderno para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais. O método proposto por esses autores era utilitário-analítico, era altamente educativo e deveria ocorrer eminentemente nos grupos escolares. (MONTÚA IMBERT, 1932, p.18).

<sup>80</sup> As explanações sobre a Escola Nova se encontram no capítulo 1 desta dissertação. Segundo Manoel Penna, o trabalho manual na perspectiva da escola nova era uma forma primordial de uma educação sólida e formal. Essa cadeira não podia ter o caráter de cadeira isolada. A cadeira de Trabalhos Manuais era um meio educativo no qual os educadores poderiam, com segurança e rapidez, dirigir e guiar as crianças, fazendo-as adquirir de modo atraente e agradável os conhecimentos educacionais necessários (Idem, 1934, p.22).

### 3.3 Orientações para a prática pedagógica da cadeira de Trabalhos Manuais

Os diretores, principalmente aqueles que tinham em suas escolas professores que levavam em consideração a finalidade profissional para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais, enviavam relatórios aos secretários do interior fazendo reivindicações de materiais e verbas públicas para a instalação e o funcionamento do ensino da cadeira de Trabalhos Manuais, principalmente para as aulas do conteúdo técnico<sup>81</sup>. (MENEZES, 2011).

Entretanto o professor Manoel Penna atestou em seu compêndio que os Trabalhos Manuais praticados com a finalidade educativa não exigiam para a sua execução oficinas especiais providas de aparelhos e acessórios adequados às diversas qualidades de matéria prima que poderiam ser nele empregados, nem grandes recursos econômicos para a sua manutenção. Para ele, as mesmas salas de aulas comuns, onde se ensinavam as outras cadeiras — leitura, aritmética, etc. — serviam perfeitamente para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais. A grande maioria dos materiais que fossem utilizados nas aulas deveria e poderia ser economizados o máximo possível (Idem, 1934, p.27).

No que dizia respeito à relação entre a cadeira de Trabalhos Manuais e a de desenhos, Manoel Penna disse que a primeira não poderia acontecer sem o auxílio do desenho, pois este seria um pré-projeto para a elaboração das atividades dos conteúdos da cadeira de Trabalhos Manuais que seriam propostas pelos professores<sup>82</sup>. E por isso: “[...] Separar-se êste daquele seria o mesmo que privar um cego da companhia de seu guia vidente, obrigando-o tatear, incerto, com o seu bordão, pelas agruras do caminho, sempre hesitante em atingir o seu destino [...]” (PENNA, 1934, p. 23).

Por ter sido Manoel Penna professor de desenho da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, caracterizou o desenho como um dos principais meios de atividade para o desenvolvimento e a educação da sensibilidade moral das crianças, “pois, poderia despertar nelas os sentimentos do belo, do justo, tornando suas almas mais sensíveis pelos exercícios contínuos e exame minucioso das coisas da natureza, em observações e meticolosos estudos” (PENNA, 1934, p.24).

Essa valorização da relação entre a cadeira de trabalhos e a de desenho era tão efetiva na proposta desse professor que, nas suas orientações para cada conteúdo da cadeira de Trabalhos Manuais, o desenho se fez presente.

---

<sup>81</sup> Como pôde ser visto no início deste capítulo, a utilização da finalidade profissional exigia que a escola primária fosse uma oficina para que ali a criança pudesse aprender uma profissão.

<sup>82</sup> Ao dizer isso, Manoel Penna está de acordo com o que foi proposto no Programa de ensino de 1927.

Os conteúdos apresentados no compêndio do professor Manoel Penna são: trabalhos em papel, dobramentos e recortes, tecidos, cartonagem, modelagem e trabalhos em madeira. Ele deixa evidente em seu compêndio que entre os ensinamentos desses conteúdos teria de haver uma relação entre eles. Para cada exercício sugerido por ele dentro de cada conteúdo, foram apresentadas instruções demonstrando como que os exercícios deveriam ser executados com as crianças em sala de aula.

Para os trabalhos em papel — considerado por Manoel Penna um excelente exercício para as mãos e para a visão — alegou que não era necessária nenhuma ferramenta, mas sim, uma variedade de papéis novos coloridos de diversos tons ou aproveitar jornais e papéis de embrulho, serpentinas coloridas e as mãos das crianças. O professor primeiramente deveria explicar para seus alunos sobre o papel: composição, fabricação, uso e indicar as diferentes espécies desse produto. A cada exercício que os professores passassem para as crianças, eles deveriam fazer primeiro para toda a classe, com linguagem clara e com demonstrações fáceis e exatas, procurando fazer com que os seus alunos se interessassem pela lição. Manoel Penna alegou que os professores competentes aproveitariam todas as oportunidades que se apresentassem para guiar os alunos na aquisição do conhecimento que mais lhes interessassem no momento e lhes prendessem a atenção (Idem, 1934, p.30).

Esses mesmos professores deveriam ter paciência com seus alunos, pois, no início, a grande maioria não apresentava disciplinas nas mãos e, com isso, eles encontrariam dificuldades na execução dos primeiros exercícios. Os professores no começo não poderiam ser exigentes com os seus alunos, que solicitassem para eles um resultado perfeito, pois os profissionais que fizessem isso fariam com que seus alunos não realizassem as atividades e os desanimariam, fazendo-os a crer serem incapazes para aprender os conteúdos propostos pela cadeira de Trabalhos Manuais. Entretanto, segundo Manoel Penna, o professor “inteligente” e que possuísse o mínimo de noção da psicologia infantil, desde a lição inicial, buscaria despertar nas crianças a certeza do êxito da confiança em si, o prazer de vencer obstáculos, a audácia e suas resoluções e a força de vontade (Idem, 1934, p. 44).

Os professores da cadeira de Trabalhos Manuais deveriam aproveitar as atividades dos trabalhos em papel para ensinarem às crianças noções de aritmética através da confecção de uma régua com serpentina, medição a partir da mesma e confecção de números, de geometria por meio de construção de figuras planas e de linguagens mediante a elaboração das letras do alfabeto<sup>83</sup>. Eles teriam de caminhar com os seus alunos dos exercícios mais fáceis para os

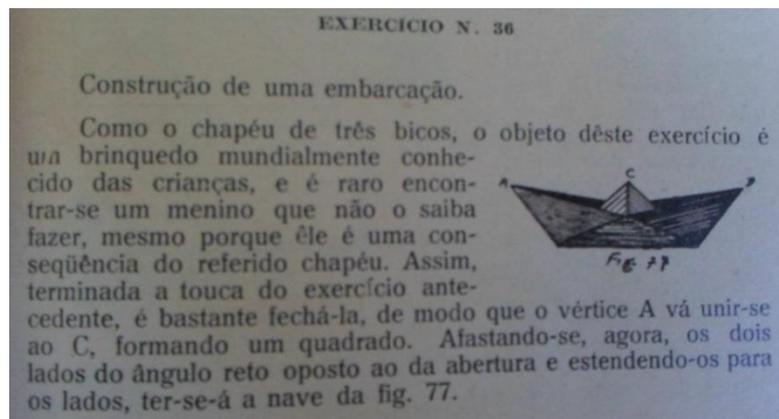
---

<sup>83</sup> A relação da cadeira de Trabalhos Manuais é uma determinação do programa de ensino de 1927.

mais difíceis, relacionando-os. Por exemplo: o professor iniciava ensinando a fazer a serpentina para medição, após, ensinaria as figuras planas e, por último, passaria exercícios que fossem utilizados a serpentina e as figuras planas como chapéus, barquinhos, mitra, cantoneira, touca, barrete sem aba, mesinha, roda de vento, saleira, caixinha, carteira e porta-cartões.

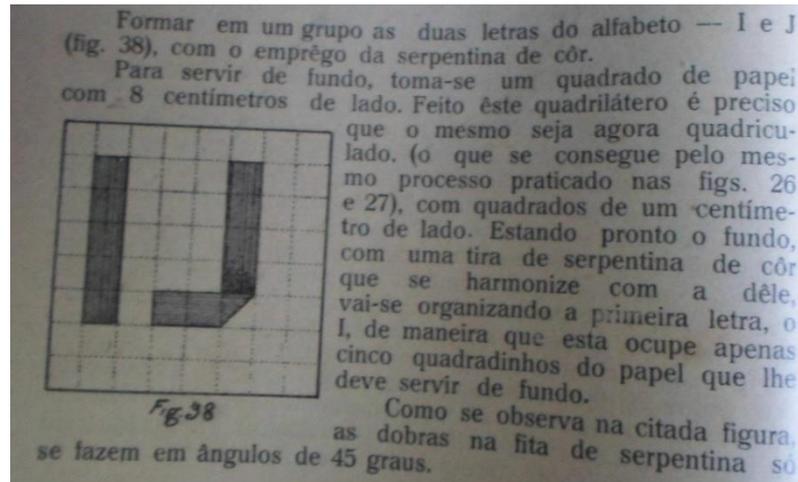
Manoel Penna alegou que, em meio aos exercícios, os professores deveriam observar nas crianças o posicionamento mediante as regras relativas às operações das atividades, a posição corporal, a exatidão das medidas e o asseio. Outro aspecto ressaltado por ele foi que as crianças deveriam levar para as suas casas os objetos confeccionados nas aulas da cadeira de Trabalhos Manuais, pois esses tinham aplicação imediata, mas também, quando os alunos ficavam sabendo que seriam os donos dos serviços que executariam, empenhavam-se mais no sentido de fazer os objetos com mais perfeição para mostrarem a seus pais e receberem elogios. A seguir, as figuras 3 e 4 trazem exemplos de exercícios de trabalhos em papel.

Figura 3: Exemplo de trabalhos em papel – confecção de um barquinho



Fonte: Autoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 57.

Figura 4: Exemplo de trabalhos em papel – confecção de letras do alfabeto



Fonte: Autoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 46.

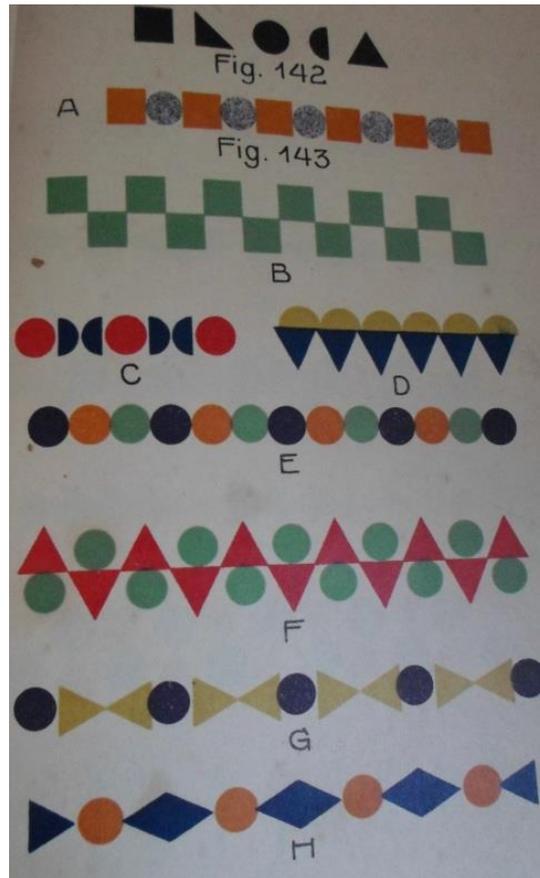
Nos dobramentos e recortes, Manoel Penna alertou que os materiais a serem utilizados nos exercícios eram papéis de cores vivas e variadas, que não fossem muito grossos e fortes (para que, quando as crianças os dobrassem, não ficassem volumosos ao serem utilizados em exercícios que exigissem folhas duplas ou triplas), papel colorido com uma das faces lustrosa — o professor poderia também falar com as crianças sobre teorias das cores — lápis para desenhos e gomas para quando as crianças precisassem colar um papel em outro. Nesses conteúdos, as crianças passariam a ter contato com os primeiros instrumentos para que os objetos que eles fossem produzir tivessem maior perfeição e para o aumento da produção de exercícios. O objeto que passaria a ser utilizado nesses exercícios seria a tesoura. E para que as crianças se habituassem com o seu uso, o professor as deixaria fazer recortes espontâneos (Idem, 1934, p. 67-68).

Assim como nos trabalhos em papéis, o professor deveria explicar primeiramente aos seus alunos o significado de dobramento e recortes. A cada exercício, ele deveria fazer primeiro para que seus alunos observassem o modo de confecção do objeto. Os exercícios de recortes ora deveriam ser feitos a simples vista, sem um desenho prévio, outrora seria feito primeiro o desenho pela criança e depois essa faria o recorte. Às vezes, a operação poderia ser precedida de uma dobradura que tornasse o papel duplo, triplo etc.. Outras vezes, de uma “pregueagem” em ângulo, para a execução de polígonos estrelados, rosáceas, etc.. E, quando precisassem produzir um ornato simétrico, em relação à linha ou ao ponto, o recorte seria de uma utilidade notável. Além disso, com a prática desses exercícios, a criança ficaria habilitada a criar com facilidade, por meio de simples golpes com a tesoura, belos ornatos geometrizados como frisas, frontões, filetes e orlas que, mais tarde, poderiam ser aproveitados para a decoração de capas de caderno de desenhos e de escrita, bem como de caixinhas — constituindo tal conhecimento um grande auxílio para a execução dos exercícios de

cartonagem que serão descritos mais adiante. No dobramento e recorte, poderiam ser produzidas também letras, representações de fábulas, conteúdos das outras cadeiras do programa de ensino como fatos históricos, confecção de cartazes, etiquetas etc.. Para tais exercícios, as crianças utilizariam os conhecimentos geométricos aprendidos nos trabalhos de papel. Manoel Penna alertou que a prática dos dobramentos e recortes, naquela época, era um meio lucrativo e honesto e, por isso, muitos a tinham como profissão (Idem, 1934, p. 68-74).

Manoel Penna alegou que, para a realização de tais exercícios, o professor deveria exigir dos alunos o maior cuidado possível para que os trabalhos ficassem perfeitos, pois, se eles não formassem combinações, perderiam muito com as irregularidades apresentadas. A ação educativa desses exercícios era importante, pois eles despertavam a observação, o interesse das crianças para a formação de objetos interessantes e as obrigava a ter uma atenção perfeita na reprodução dos objetos. Em meio à execução dos exercícios, o professor poderia marcar um tempo para que as crianças os fizessem e, de acordo com o resultado obtido por cada criança, poderia classificá-los (Idem, 1934, p. 74-75). A seguir, as figuras 5 e 6 trazem exemplos de exercícios de dobramentos e recortes.

Figura 5: Exemplos de trabalhos de dobramentos e recortes –  
filetes de figuras geométricas



Fonte: Aatoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 77.

Figura 6: Exemplos de trabalhos de dobramentos e recortes –  
confeção de flores, cestos de frutas e flores



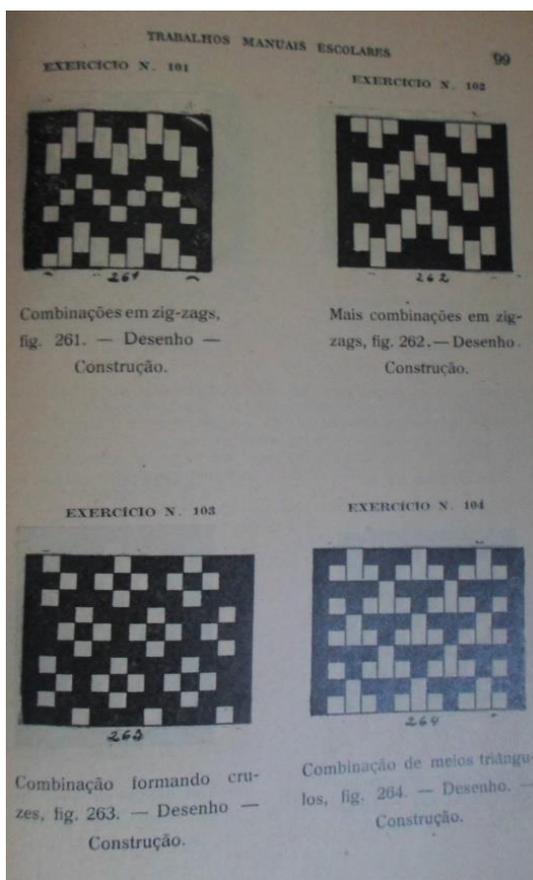
Fonte: Autoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 78.

Para os trabalhos com tecido, Manoel Penna alegou que o professor deveria utilizar tiras de papéis coloridos em cores variadas e agulha ou lançadeira para condução das tiras. Para ele, os trabalhos de papéis têxteis tinham um poderoso valor educativo, porque, por meio deles, as crianças exercitariam simultaneamente as mãos direita e esquerda, acostumando-as com a prática da ambidestria. Também poderiam contribuir para a diferenciação das cores, fazendo com que os alunos pudessem recordar o que teriam aprendido nos exercícios de recortes e, ao mesmo tempo, eles se lembrariam dos cálculos aritméticos com a contagem de tiras na trama e na urdidura, para que pudessem fazer uma confecção simétrica e variada dos diversos desenhos que teriam de ser reproduzidos (Idem, 1934, p. 93).

Os professores deveriam passar os exercícios e executá-los antes dos alunos, para demonstrá-los como esses teriam de ser feitos. Eles deveriam exigir de seus alunos, durante os exercícios de tecelagem, atenção, paciência e sagacidade, mas também deveriam despertar neles uma apuração estética através da escolha e criação de novos desenhos e aplicação das cores nos mesmos. Os exercícios sugeridos por Manoel Penna foram: combinação de xadrez, linhas oblíquas, zig-zags, cruces, meios triângulos, quadrados entrelaçados e cruces. Além dos proveitos educativos que os professores deveriam tirar das texturas em papéis, eles poderiam também aproveitá-las em diferentes circunstâncias como modelos de desenho de tapeçaria, nos trabalhos de cartonagem — que serão mostrados a seguir — para forro e ornamento de caixinhas. Quando alunos tivessem concluído as tarefas designadas pelo professor, este deveria deixá-los fazer, a partir das suas imaginações, novos exercícios. Manoel Penna

sugeriu aos professores que eles teriam de exigir de seus alunos um caderno com a finalidade de guardar os seus trabalhos — para que fossem, no final do ano letivo, avaliados (Idem, 1934, p. 93-101). A seguir, a figura 7 traz um modelo dessa atividade.

Figura 7: Exemplos de trabalhos em tecido — xadrez, linhas oblíquas, zig-zags, cruces

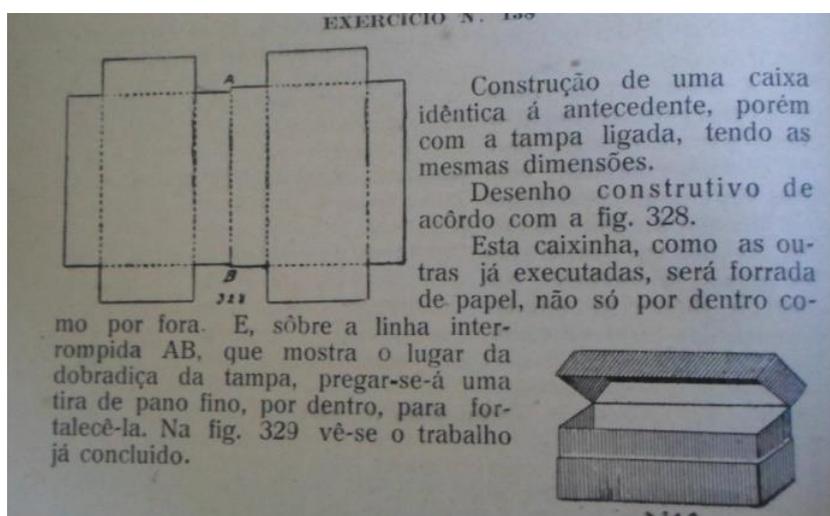


Fonte: Autoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 99.

Em relação aos exercícios de cartonagem, Manoel Penna escreveu que eram uma ampliação dos trabalhos com papéis. Na cartonagem, deveriam ser utilizados papelão, régua, esquadro, faca ou canivete, compasso com porta lápis e grude de farinha de trigo ou polvilho, goma arábica ou cola de marceneiro. Nesses exercícios, as crianças faziam mais esforço físico e, conseqüentemente, para a prática dos exercícios, precisariam de um espaço maior para evitar que uma criança não perturbasse o trabalho da outra. Os trabalhos poderiam ser realizados nas carteiras comuns, mas essas teriam de ser forradas na superfície com uma prancheta de madeira, a fim de evitar que fossem danificadas pelos instrumentos cortantes e com a sujeira. Caso não fosse possível a prancheta, poderiam forrar a mesa com um papelão mais grosso (Idem, 1934, p. 103-104).

Antes de iniciarem as atividades com os alunos, os professores teriam de colocar as crianças para fazerem exercícios que os habilitassem com o manejo da faca e do canivete, como: cortar tira de papelão, desenhar e cortar quadrados, círculos, desenhar e recortar figuras nas quais tivessem misturadas quadrados e círculos, combinações de semicírculos, desenhar e recortar linhas sinuosas. Como treino, o professor poderia passar para as crianças a colagem de mapas, cartazes, de poesia e algo da imaginação das crianças. Tais exercícios deveriam ser feitos repetidamente até que as crianças os fizessem com perfeição, pois somente assim elas apresentariam bons resultados nos exercícios passados pelo professor e saberiam economizar materiais cortando o papelão de forma que esse não fosse desperdiçado. Depois que as crianças estivessem familiarizadas com os objetos cortantes, os professores dariam para elas exercícios mais complexos, como, por exemplo, construções de sólidos geométricos. Através desses, eles poderiam trabalhar com as crianças as figuras geométricas aprendidas nos outros conteúdos da cadeira de Trabalhos Manuais, altura, largura e comprimento (Idem, 1934, p.106-126). A figura 8 traz exemplo desse exercício.

Figura 8: Exemplos de trabalhos de cartonagem – caixa



Fonte: Autoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 124.

No tocante ao exercício de modelagem, Manoel Penna atestou que tal atividade nas escolas deveria se limitar exclusivamente na manipulação de uma substância plástica qualquer, maleável e obediente aos dedos. Sem que houvesse necessidade de grandes esforços físicos para que ela se amoldasse suavemente mediante a vontade de quem estivesse modelando-a. Ele disse que, por causa dessa propriedade, a modelagem era um excelente trabalho manual educativo, pois os dedos dirigidos pelo cérebro eram capazes de moldar

formas copiadas da realidade ou provenientes da própria imaginação da criança (Idem, 1934, p. 129).

Manoel Penna indicou a utilização da argila gorda porque essa não rachava em meio à modelagem. Explicou, também, que os trabalhos que fossem realizados deveriam ser colocados para secar e depois seriam levados ao forno para a sua conservação. Porém, por ser tratar de um espaço escolar, onde a economia de material era indispensável, os objetos moldados não passariam por essa fase de secagem, pois, assim poderiam ser molhados e amaciados a fim de serem transformados novamente em uma pasta plástica. Caso não houvesse a argila, poderia ser substituída por cera (Idem, 1934, p. 130-131).

Os alunos, nesse exercício, deveriam ter um avental, feito de um pano qualquer, um tabuleiro de madeira — que poderia ser feito com os alunos que já estivessem cursando os trabalhos de madeira — de pouca espessura e pintado a óleo ou a esmalte, colocado sobre sua carteira contendo a sua argila. Manoel Penna aconselhou para o ensino de modelagem o método simultâneo<sup>84</sup>. Os alunos teriam de ser colocados em seus lugares com seus respectivos tabuleiros, após o professor escolheria um deles para que fizesse a distribuição da argila, fornecendo a cada um uma porção mais ou menos igual e de acordo com o objeto que eles fossem confeccionar. Ao lado de cada grupo de alunos, deveria haver uma vasilha qualquer contendo água para que eles pudessem molhar os dedos e um pincel grosso, que desse para alisar a superfície da argila e corrigir algumas faltas ocasionadas pelas rachaduras. Na confecção de alguns objetos, era necessário o auxílio de um fio metálico (qualquer arame) para servir de armação ou esqueleto para alguns objetos que fossem confeccionados, porque, devido à maleabilidade do barro, os objetos poderiam desabrochar. Também era preciso uma base de madeira, uma tábua fina para suportes determinadas confecções que precisassem ficar de pé e um desbastador, para que pudesse ser feito o acabamento dos objetos (Idem, 1934, p. 133).

Manoel Penna informou que a modelagem era um meio de expressão e manifestação das ideias individuais das crianças e, por isso, era conveniente deixá-las livres nas primeiras lições para que executassem o que quisessem. Mas, dentro das normas impostas pelo professor, uma delas seria a não imitação dos trabalhos dos colegas. Pois ao não permitir tal procedimento, cada criança seria obrigada a pensar e descobrir qualquer coisa diferente do seu colega. Ele alertou que, em geral, os primeiros exercícios feitos pelas crianças sairiam defeituosos, mas, mesmo assim, os professores deveriam elogiá-las para não as desmotivar.

---

<sup>84</sup> Esse método foi explicado no capítulo 1 desta dissertação.

Ele disse que as falhas aconteciam porque as crianças não sabiam observar os objetos com veemência e, assim, os professores teriam de lhes mostrar maneiras de estudar e ler as coisas, fazendo com que os alunos as observassem, apalpassem e desenhassem, para, em seguida, moldá-las (Idem, 1934, p. 134).

Após os exercícios livres, os professores passariam aos seus alunos exercícios, nos quais, moldariam cubo, prisma, esfera, cilindro, cone, elipse e objetos derivados dessas, frutas, vasos, pilões, igrejas etc.. Os professores poderiam também passar exercícios ligados às outras cadeiras de ensino, como: moldar animais, partes do corpo humano, relevo, representação da proclamação da república, bustos de personagens importantes na história e aproveitaria para conversar com os alunos sobre o tema moldado. Assim que os exercícios estivessem prontos, os professores fariam uma crítica ao produto de cada aluno, mostrando-lhes os defeitos (Idem, 1934, p. 135-147) A seguir as figuras 9 e 10 registram exemplos de trabalhos de modelagem.

Figura 9: Exemplos de trabalhos de modelagem – utensílios domésticos



Fonte: A autoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 140.

Figura 10: Exemplos de trabalhos de modelagem – coração e globo terrestre



Fonte: Autorial Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 150.

Sobre os trabalhos de madeira — que eram os conteúdos técnicos da cadeira de Trabalhos Manuais<sup>85</sup> — Manoel Penna explicou que esse era um meio educativo-instrutivo como os outros exercícios supracitados, como também um meio para educação física, era uma verdadeira ginástica natural, utilitária e produtiva (pois os Trabalhos Manuais praticados por crianças mais crescidas eram capazes de substituir vantajosamente a ginástica que se fazia nos aparelhos e evitava o desperdício de energia que ocorria nos mesmos). Assim, o aluno que serrasse uma tábua com o serrote, mantivesse seu corpo em posição higiênica e atento ao golpe do instrumento, não saísse fora das linhas provenientes marcadas, executaria uma série de flexões e extensões dos membros superiores e inferiores e do tronco, como se fizesse o mesmo exercício com o auxílio dos alteres e com a possibilidade de obter melhores resultados. Pela mesma forma empunhando uma garlopa e aplainando um pedaço de madeira sobre um banco de carpinteiro, fazia o aluno um conjunto de exercícios físicos harmoniosos que colocaria em atividade quase todas as articulações e músculos da cabeça, tronco e extremidades, realizando, sem preocupação, uma ginástica natural sem distrair a sua atenção, toda ela voltada para o trabalho que estivesse executando — realizaria, por esse modo, o desenvolvimento de todas as faculdades. E a prova da excelência da ginástica do trabalho encontrar-se-ia presente na robustez, força e saúde que se notariam nas crianças que estivessem fazendo os trabalhos de madeira (Idem, 1934, p. 156). De acordo com Vago (2002, p. 205), o ensino técnico profissional pretendia realizar a “educação física” dos “pequenos operários” para o “amor ao trabalho”, como desejam muitos que faziam parte da Instrução.

Manoel Penna afirmou que as madeiras que poderiam ser utilizadas nos exercícios eram a pinho do Paraná, cedro, bambu, cetim, peroba e canela. Os professores deveriam realizar as atividades a partir do sloyd, e para os mesmos não eram necessárias oficinas

<sup>85</sup> Intitulado pelos mineiros de ensino técnico primário.

especiais munidas de instrumentos. Os exercícios poderiam ser realizados nas salas de aulas comuns, sobre as carteiras e com o auxílio de uma faca, um compasso, um lápis, uma régua, um esquadro e uma prancheta sobre os quais se produziriam as realizações manuais. Assim, cada aluno aparelhado com os utensílios citados poderia praticar o sloyd educativo. E embora fosse um ensino individual, para que os alunos atingissem o fim educativo nos exercícios de madeira, o professor, previamente, antes do início da confecção e depois de escolhido o modelo de acordo com o adiantamento dos alunos, estabeleceria a respeito do mesmo um “centro de interesse”, então, seria aberta uma discussão sobre a utilidade do objeto que seria feito. E, com as informações assimiladas pelo professor, os alunos fariam um desenho construtivo do objeto escolhido. Examinados e discutidos os desenhos, escolhida a madeira que seria empregada nos exercícios, indicadas as ferramentas e as várias operações do trabalho, o professor deveria fazer uma demonstração prática que faria diante da classe — seguindo todas as regras do modelo determinado e emitindo minuciosas considerações a respeito das manipulações chamando atenção dos alunos para uma postura correta e higiênica posição do corpo, o qual não deveria permanecer sempre na mesma, pois prejudicaria o desenvolvimento físico da criança (Idem, 1934, p. 157).

Manoel Penna afirmou que a teoria sobre o sloyd circulou em vários países, onde ela fora apropriada às condições de cada povo. Porém seus princípios fundamentais permaneciam. São estes:

[...] 1º) O <sloyd> só deve ser ensinado por verdadeiros professores e não por operários que tenham somente destreza técnica. 2º) o ensino, a não ser alguma demonstração a toda classe deverá ser individual e sistematicamente progressivo. 3º) Na escolha de trabalho se deve ter em vista o desenvolvimento físico, por meio de movimentos livres e vigorosos. 4º) O trabalho será puramente manual e deverá representar o esforço individual. 5º) Os modelos devem ser constituídos de objetos atraentes, cujas manipulações sigam do mais fácil para mais difícil e de uso comum, de modo a despertar o interesse dos alunos. 6º) Os modelos não devem constar somente de objetos de execução exata, com auxílio de instrumentos que marquem suas dimensões; deve haver também aqueles cuja confecção se realize somente a simples vista, para desenvolverem o senso da forma e das grandezas. 7º) Qualquer que seja o objeto feito, este deverá ter cuidadoso acabamento e algum encanto para os olhos, de modo a forçar o aluno a ir desde então manifestando o seu gosto artístico. (Idem, 1934, p. 157-158).

Na figura 11 abaixo, o professor Manoel Penna demonstrou os objetos feitos com os seus alunos no grupo escolar Barão do Rio Branco da capital e alegou ter se inspirado na

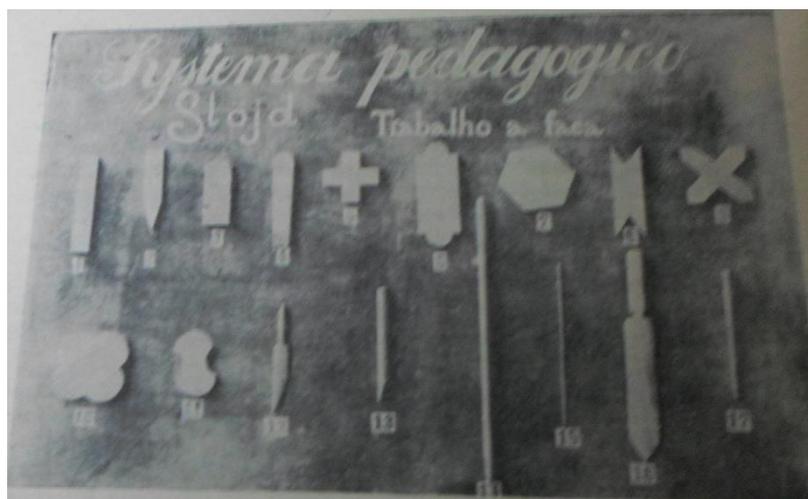
teoria de M. Larrison<sup>86</sup>, descrita no livro *Méthodes Américaines d'Éducation Générale et Technique*, de Omer Buyse, publicado em 1909<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> De acordo com Carri-Ann Brittain (2005, p. 5), Larrison foi considerado o embaixador do sistema sloyd na América. Ele estudou com Otto Salomon em Naas na Suécia e depois se mudou para Boston, local onde desenvolveu seu trabalho.

<sup>87</sup> Como relatado no capítulo 1 desta dissertação, Omer Buyse foi o principal interlocutor do professor Manoel Penna. Nas páginas a seguir, será demonstrada como se deu a apropriação do professor Manoel Penna das ideias desse autor.

Figura 11: Exemplos de trabalhos de madeira – objetos feitos através do Sloyd Educacional



Fonte: Aatoria Própria. Cf. PENNA, 1934, p. 158.

Manoel Penna descreveu que os objetos foram confeccionados com a madeira (FIG. 9) oriunda do pinho do Paraná e enfatizou que, para a produção das mesmas, seria necessário que os alunos utilizassem os conhecimentos aprendidos nos conteúdos anteriores, que eram os de iniciação à cadeira de Trabalhos Manuais (Idem, 1934, p. 159-160).

Ele também demonstrou no compêndio que os conhecimentos adquiridos pelos alunos nos trabalhos de madeira seriam utilizados por eles nas futuras profissões — ourivesaria, marcenaria, serralheria, sapateiro, pedreiro e etc. que escolhessem, porque em qualquer profissão eles teriam de ter as mãos educadas, dedicação e confiança em si (Idem, 1934, p. 161).

Foi dito, há poucas linhas atrás, que Omer Buyse foi o principal interlocutor do professor Manoel. De acordo com Márcio Oliveira D’Esquivel (2016, p.4-7) Omer Buyse, em sua obra *Methodos Americanos da Educação Geral e tecnica*, explanou as seguintes atividades: Construção com auxílio de blocos, modelagem com barro, cartonagem, dobradura do papel, recorte, colagem, posição dos tabletes, as cores e sua aplicação, posição dos bastonetes, tecedura do papel, bordado, desenho, jogo de pérolas, combinações e perfuração de papel. Nesse livro, foram apresentados relatos da experiência bem-sucedida da cadeira de Trabalhos Manuais nas escolas primárias dos EUA<sup>88</sup>. Constavam fotografias do dia a dia das crianças em sala de aula, seus corpos empenhados em múltiplas atividades, a concentração e a habilidade de seus gestos e os instrumentos matérias com que as crianças faziam as atividades (D’ESQUIVEL, 2016, p.6).

<sup>88</sup> Fato esse ressaltado no capítulo 2 desta dissertação, quando Manoel Penna fez uma comparação do desenvolvimento da cadeira de Trabalhos Manuais no Brasil com o desenvolvimento dessa cadeira nos EUA.

As atividades não deveriam ocorrer de forma aleatória. O que as impulsionava eram principalmente os “centros de interesses”. Os “centros de interesse” estavam ligados ao horizonte de observação das crianças. Constituem assim, “centros de interesse”: a) a casa: ocupações, deveres, prazeres de família; e b) a vida da comunidade: meios de transporte, ocupação dos habitantes; a vida escolar, a língua materna, o estudo da natureza etc. (D’ESQUIVEL, 2016, p. 6).

Manoel Penna se apropriou das ideias em torno dos “centros de interesses”, pois, em todas as atividades dos conteúdos apresentados por ele em seu compêndio, fez uma ligação com a realidade das crianças<sup>89</sup>.

Percebeu-se, a partir do que foi descrito neste capítulo, que, na proposta do Professor Manoel Penna, para os ensinamentos dos] conteúdos da cadeira de Trabalhos Manuais explanados em seu compêndio, manteve-se o mesmo *modus operandi* para todos: estimular a imaginação das crianças despertando nelas o interesse pelas atividades; associar o aprendizado adquirido na cadeira de Trabalhos Manuais com a realidade das crianças com a intenção de fazê-las perceberem que os Trabalhos Manuais estavam presentes na mesma; ter paciência, por parte do professor, para que esse não despertasse o desinteresse pelos Trabalhos Manuais em seus alunos; e relacionar o conhecimento obtido na cadeira de Trabalhos Manuais com as outras cadeiras do programa de ensino, a fim de ratificar a importância dessa cadeira no processo de ensino e aprendizagem.

Verifica-se também que muitas ideias que foram compartilhadas pelo professor Manoel Penna, antes da escrita do compêndio, foram retomadas nesse, confirmando a sua defesa a finalidade educativa para a cadeira de Trabalhos Manuais.

De acordo com Juliana Cesário Handam (2007, p.154), a repetição das ideias em um “repertório” teria a intenção de intensificar a incorporação do “repertório de ideias em circulação. No caso, o professor Manoel Penna, ao repetir o mesmo *modus operandi* para os conteúdos, queria que os professores e os representantes do Estado de Minas Gerais assimilassem a sua proposta para o ensino de Trabalhos Manuais. Conjuntamente, ele retomou as ideias publicadas antes no compêndio, para que eles passassem a se utilizar da finalidade educativa. Pois a finalidade educativa, introjetava na psique das crianças a importância da cadeira de Trabalhos Manuais, sensibilizam-nas para o trabalho. E isso estava nítido em sua proposta, pois Manoel Penna a organizou como se fosse uma alusão ao processo produtivo, estavam todos os conteúdos interligados e nela abrangiam fatores indispensáveis

---

<sup>89</sup> Nota-se que, no capítulo 2, foi descrito uma experiência do professor em sala de aula, em que ele utilizou dessa teoria, porém a partir da interpretação do professor Corinto da Fonseca.

para o futuro trabalhador, como: exatidão, asseio, produtividade, realização das tarefas em tempo hábil, comparação entre os trabalhos, atenção, paciência, sagacidade, apuração estética, avaliação dos resultados, observação e trabalhos em grupo. Na proposta de Manoel Penna:

[...] a escola deveria ser quase uma instituição total, que se preocupasse em garantir, a partir de sua ação educativa/preventiva, a inserção de todos no imaginário e nas relações sociais da emergente sociedade republicana que via como maior necessidade a formação de um trabalhador não refratário ao trabalho metódico da indústria e da lavoura. (FARIA FILHO, 1988, p.28)

Tais fatores, assimilados pelas crianças através da cadeira de Trabalhos Manuais, teriam seu principal objetivo atingido, que era formar o cidadão trabalhador tão visado desde o final do século XIX, elemento fundamental para o desenvolvimento do Brasil enquanto nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer todo o processo de problematização e análise das fontes, tornou-se possível perceber que o Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, inspirado pelas transformações na educação da Europa e nos Estados Unidos, inseriu a cadeira de Trabalhos Manuais no programa do ensino primário. Essa cadeira foi um dos auxílios para ajudar a romper com o preconceito em relação aos Trabalhos Manuais.

A partir da “Reforma Benjamin Constant”, que ocorreu em 1891, a cadeira de Trabalhos Manuais passou a ter um formato que inspirou todos os Estados da Federação desde então: a diferença de gênero (meninas e meninos) e uma evolução no grau de dificuldade, na medida em que os(as) alunos(as) avançam nas classes das escolas primárias de primeiro e segundo grau. Pois, no curso elementar, os conteúdos — cartonagem, modelagem, trabalhos de papel e trabalhos em tecidos — visavam iniciar as crianças no ensino da cadeira de Trabalhos Manuais e nos cursos médio e superior, as crianças adentravam, assim, na esfera de um conteúdo técnico — madeira, ferro e costura — dando continuidade a esse último no ensino primário de segundo grau. Quanto à finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, no ensino de primeiro grau, ela é educativa e, no ensino de segundo grau, tem um caráter mais profissional.

Muitos Estados se basearam na “Reforma Benjamin Constant” para estruturar seu ensino, mas, devido à autonomia concedida a esses para realizarem investimentos no campo educacional, acabaram criando modelos pedagógicos originais. E, em Minas Gerais, desde o início da República, quando a cadeira de Trabalhos Manuais começou a figurar no programa de ensino, houve uma constante redefinição da sua finalidade no processo educativo, ora educativa, ora profissional. Foi em 1906, com a “Reforma João Pinheiro”, que a cadeira de Trabalhos Manuais se consolidou no programa do ensino primário.

No programa de 1906, evidenciou-se, na cadeira de Trabalhos Manuais, uma divisão de gênero (meninas e meninos), primeiro ensinava-se o conteúdo que tinha o propósito de iniciar as crianças nas atividades manuais e, em seguida, o conteúdo técnico, tanto para as meninas quanto para os meninos. A relação entre o conteúdo de iniciação e o conteúdo técnico se intensificou, pois, os dois conteúdos aconteceriam no mesmo espaço. E o conteúdo de iniciação era um meio de instrumentalização para o segundo. Porém, um detalhe que diferenciou a cadeira no programa mineiro em relação ao da “Reforma Benjamin Constant” foi a finalidade profissional atribuída a essa cadeira.

Em 1906, Manoel Penna começou a lecionar a cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares da capital mineira, desde então, ele começou a configurar a sua proposta de ensino para a cadeira de Trabalhos Manuais. Manoel Penna, além de professor, foi secretário do ensino técnico e assistente técnico do ensino. Essas suas atuações fizeram com que ele se tornasse referência, no que diz respeito à cadeira de Trabalhos Manuais, pois, três presidentes de Estado ao realizarem suas reformas na educação delegaram ao professor Manoel Penna a responsabilidade de administrar o reflexo das reformas na cadeira de Trabalhos Manuais.

A didática do professor Manoel Penna era atrativa para seus alunos, pois, muitos entre seus alunos lhe solicitavam que permanecesse em sala, após o término do horário das suas aulas para continuarem os exercícios. O reconhecimento do trabalho do professor Manoel Penna não ocorreu somente por parte de seus alunos, mas também, por professores, diretores e inspetores.

O professor Manoel Penna ao ver que os representantes do Estado de Minas Gerais estavam sempre (re)definindo a finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais no programa de ensino primário e, conseqüentemente, os professores estavam perdidos em relação a mesma em suas aulas, resolveu, em meio a sua atuação na instrução pública, entre 1915 a 1933, compartilhar as suas ideias, demonstrando o que fazia em suas aulas ao lecionar a cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares, que muito chamava a atenção de professores, diretores e inspetores de ensino, presidentes do Estado de Minas Gerais. Nessas publicações, demonstrou que priorizava a educação dos sentidos, ligação da cadeira de Trabalhos Manuais com as outras cadeiras do programa, valorização do centro de interesse dos alunos, o quanto tinha compromisso com o exercício da profissão e preferência pelo método sloyd.

O professor Manoel Penna, através dessas publicações, quis sinalizar que a finalidade educativa poderia ser um caminho para fazer a cadeira de Trabalhos Manuais alcançar seu principal objetivo, que era educar a criança para a trabalho, pois, em 1928, o ensino dessa cadeira não apresentava resultados.

Com o objetivo de direcionar o Estado e os professores em relação à finalidade da cadeira de Trabalhos Manuais, o professor Manoel Penna publicou, em 1934, o compêndio *Trabalhos Manuaes Escolares*. E, neste, consolidou as suas ideias e explicou o motivo de defender a finalidade educativa para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares.

No momento em que ele escreveu o compêndio, estava em vigor o programa de ensino de 1927, que propunha a finalidade educativa para o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais. Assim, ao publicar o compêndio, o professor Manoel Penna quis mostrar para o Estado que,

naquele momento, ele estava caminhando na direção certa e alegou que através da finalidade educativa, o Estado de Minas gastaria menos, pois, na visão dele, o ensino de Trabalhos Manuais nos grupos escolares não exigia recursos exagerados, ou seja, com materiais baratos e de fácil acesso e, nas salas onde aconteciam as aulas das outras matérias, poderiam ocorrer as aulas de Trabalhos Manuais.

Para os professores, Manoel Penna, mais uma vez, indicou o sloyd Educacional e explanou que era impossível realizar o ensino profissional nos grupos escolares, pois, a carga horária não condizia com a de um curso profissional e seriam necessários professores especializados. Pode-se dizer que o professor Manoel Penna tinha propriedade para defender a finalidade educativa, porque, ao mesmo tempo em que lecionava nos grupos escolares, lecionava também na Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais — esta voltada para a educação técnica e profissional. Entretanto, ele sabia qual seria a estrutura necessária para a realização do ensino profissional e, com isso, tinha a certeza de que, nos grupos escolares, não comportava a estrutura do ensino profissional. Ele ainda alegou, nos artigos publicados antes do compêndio, que tanto o ensino profissional como o ensino da cadeira de Trabalhos Manuais nos grupos escolares envolviam atividade manual, mas os dois se diferenciavam porque cada um exigia a sua estrutura específica para que ocorressem.

A prática proposta pelo professor Manoel Penna no compêndio para que os professores utilizassem em sala de aula introjetava na psique das crianças a importância da cadeira de Trabalhos Manuais sensibilizando-as para trabalho. Pois, ele a organizou como se fosse uma alusão ao processo produtivo, estavam todos os conteúdos interligados, abrangiam os fatores indispensáveis para o futuro trabalhador, como: exatidão, asseio, produtividade, realização das tarefas em tempo hábil, comparação entre os trabalhos, atenção, paciência, sagacidade, apuração estética, avaliação dos resultados, observação, trabalhos em grupo. Se tais fatores fossem assimilados pelas crianças através do ensino da cadeira de Trabalhos Manuais, o Estado atingiria um de seus principais objetivos que era extinguir o preconceito em relação aos Trabalhos Manuais e formar o cidadão trabalhador, tão visado desde o final do século XIX.

O professor Manoel Penna para elaboração de sua proposta se apropriou das ideias de vários pensadores da Europa, porém, seu principal interlocutor foi o professor Omer Buyse. A ideia deste absorvida pelo professor Manoel Penna foi o “centro de interesse”, que tinha como objetivo a articulação das aulas em torno das questões nas quais os alunos manifestariam seus interesses. Além das ideias estrangeiras, ele se apropriou das ideias de professores brasileiros, como Manoel Frazão, que descreveu o ensino de Trabalhos Manuais na escola primária de

alguns países da Europa; e o professor Corinto da Fonseca, que também se inspirou em Omer Buyse para a construção de sua proposta de ensino. As ideias do professor Manoel Penna circularam em outros Estados da Federação, no caso em São Paulo, demonstrando o quanto suas ideias tinham representatividade.

Por fim, faz-se importante expressar que o professor Manoel Penna faleceu no dia 13 de julho de 1939. Ele se dedicou, de acordo com as fontes analisadas, durante 28 anos à Instrução Pública do Estado de Minas Gerais. Até a presente pesquisa, Manoel Penna, um protagonista de tipo raro no cenário educacional mineiro, como demonstrado nesta dissertação, esteve nas sombras durante todo esse tempo. Estudar a proposta de ensino do professor Manoel Penna para a cadeira de Trabalhos Manuais proporcionou um avanço importante na relação entre a cultura escolar e o mundo do trabalho. Porém, o estudo aqui produzido retratou apenas uma parte da trajetória do professor Manoel Penna, uma parte da história da cadeira de Trabalhos Manuais no Estado de Minas Gerais e pouco se conseguiu avançar sobre a questão da intencionalidade proposta por Skinner. Ressalta-se, portanto, a necessidade de que se dê continuidade a esta pesquisa, para que se possa ampliar os estudos alguns aspectos ressaltados nessa dissertação como: a permanência do *Compêndio Trabalhos Manuaes Escolares* durante cinquenta anos no contexto educacional, a educação do corpo e das sensibilidades em sua proposta de ensino, visando ampliar os estudos de importantes mestres do passado, e, a partir de suas ideias, ampliar os conhecimentos sobre a Educação e, assim, aprimorá-la diariamente.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS ANALISADOS

#### Manuscritos

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Secretária do Interior – Série Instrução Pública, códigos 2850; 2982; 3030; 3335; 3349; 3381; 3459; SP IP 1/3 cg 25.

#### Obras (impressos)

BARBOSA, Rui. *Discursos parlamentares. Centenário do Marquês de Pombal. O desenho e a arte industrial*. Obras completas. Vol. IX, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948. p. 256-257 Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=>>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Obras completas. Vol. X, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. p. 61 Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=>>> Acesso em: 08 ago. 2017.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *I Conferência Nacional de Educação - Curitiba, 1927*. Brasília: INEP, 1997. p. 354-367.

FONSECA, Corinto da. *“A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais”*. 2. ed., Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1929.

FRAZÃO, Manoel José Pereira. *“O Ensino Público Primário na Itália, Suíça, Suécia, Bélgica, Inglaterra e França – Relatório apresentado a Instrução Pública Primária da Capital Federal.”* Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1893. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18760>> Acesso em: 08 ago. 2017.

GUIMARÃES, Orestes. O Ensino de Trabalhos Manuais nas escolas primárias e complementares. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *I Conferência Nacional de Educação - Curitiba, 1927*. Brasília: INEP, 1997., p. 354-367.

MONTÚA IMBERT, José. *“Cómo se enseñan los Trabajos Manuales”*. 4. ed., Madrid: *Revista de Pedagogia*, 1932.

OMER, Buyse. *Methodos Americanos da Educação Geral e technica*. Tradução de SENNA, Luiz Ribeiro de. Bahia: Imprensa Oficial, 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135019>> Acesso em: 08 ago. 2017.

PENNA, Manoel. *Trabalhos Manuaes Escolares*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159270>> Acesso em: 08 ago. 2017.

SOUZA FILHO. Tarquínio de. *“O ensino técnico no Brasil”*. RJ: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242353>> Acesso em: 08 ago. 2017.

## Mensagem dos presidentes do Estado de Minas Gerais (impressos)

### Anais (impressos)

PIMENTEL, Francisco Mendes. Discurso pronunciado na sessão de 6 de julho de 1896 na Câmara Mineira dos Deputados. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/11812>> Acesso em: 08 ago. 2017.

VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro (1925-1926). Universidade de Chicago. Disponível em: <[http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

### Decretos e leis (impressos)

BELO HORIZONTE. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Projeto de Lei nº 273 de 1884.

BRASIL. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08 ago. 2017.

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>> Acesso em: 08 ago. 2017.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.127, de 14 de abril de 1898. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.348, de 8 de janeiro de 1900. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.947, de 30 de setembro de 1906. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.191, de 9 de junho de 1911. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.041, de 4 de novembro de 1913. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.508, de 19 de janeiro de 1916. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.930, de 6 de fevereiro de 1918. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.758, de 1 de janeiro de 1925. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.970, de 15 de outubro de 1927. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.094, de 22 de dezembro de 1927. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 203, de 18 de setembro de 1896. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 444, de 03 de outubro de 1906. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 800, de 27 de setembro de 1920. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 864, de 9 de setembro de 1924. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 926, de 24 de setembro de 1926. Imprensa Oficial, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104>> Acesso em: 08 ago. 2017.

### **Jornais e Revistas (impressos)**

A MANHÃ. Rio de Janeiro, 1926. Acervo Folha. UOL. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdm>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BELO HORIZONTE. Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. Officinas Photomechanicas: PENNA, Manoel. Belo Horizonte; *Revista Novo Horizonte*, Anno I., n. 2, outubro de 1910.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Revista do ensino*, Belo Horizonte, 1927.

MINAS Geraes (Jornal).1919. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. 1933. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa– Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. 1934. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. 1939. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

PENNA, Manoel. “A Escola ativa e os Trabalhos Manuaes”. Minas Gerais, 1929. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. “A gymnástica dos Trabalhos Manuaes”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, 1933.

\_\_\_\_\_. “Exposição escolar. Minas Gerais”. 1920. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. “O Ensino técnico na escola primária.” Minas Gerais, 1928. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

\_\_\_\_\_. “Trabalho Manual Escolar/ Alinhavos.” Minas Gerais, 1915. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – Hemeroteca.

### **Artigos, livros, dissertações e teses**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. et al. *O Brasil republicano: volume 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 191-231.

BARROS, José D`Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

BRASIL, Bruno, *A Manhã* (1925). Biblioteca Nacional Digital. 28/12/2014. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BILAC, Olavo. O trabalho. *Poesias infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929 A voz da poesia. 2013. Disponível em: <[http://www.avozdapoesia.com.br/obras\\_ler.php?obra\\_id=8805&poeta\\_id=358](http://www.avozdapoesia.com.br/obras_ler.php?obra_id=8805&poeta_id=358)>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRITAIN, Carri-Ann. Educational Sloyd. State University of New York, 2005. Disponível em: <<https://www.oswego.edu/~waite/SloydByBrittain.doc>> Acesso em: 08 ago. 2017.

BRUIT, Hector H. *O Imperialismo*. 23. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARDOSO, Fátima de Silmara. “Viajar é inventar o futuro”: narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos diários e relatórios de Anísio Teixeira em viagem à Europa e nos Estados Unidos (1925-1927). 2011. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.

CARTOLANO, Maria Tereza Penteadó. *Benjamin Constante e a Instrução Pública no início da República*. 1994. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, São Paulo, 1994.

CARVALHO, Carlos Henrique de; MARTINS, Rosa Maria de Sousa. Instrução pública em Minas Gerais: o Inspetor escolar como agente do projeto racionalizador mineiro. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 14, n. 3, Set./Dez. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Martha Chagas de. *Sampaio Dória*. Coleção Educadores do MEC, Recife: Editora Massangana, 2010.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHAMON, Carla S; GOODWIN JR, James W. A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). *Varia história*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 319-340, 2012.

CHAMON, Carla Simone. Escola de Artes e Ofícios Mecânicos em Minas Gerais em fins do Império. *Caderno de História da Educação*, Uberlândia, v.13, n. 2, p. 569-591, Jul./Dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Estevão de Oliveira: o intelectual e suas biografias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais: O debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições LTDA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Projetos de Educação, Projetos de Modernização: A obra “O Ensino Técnico no Brasil” de Tarquinio de Souza Filho (1887)*. Projeto de pesquisa para estágio pós-doutoral, Universidade Federal do Paraná, abril de 2014 a março de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/SIMONE/Downloads/Projeto+Pos-doc.+2014-2015%20(7).pdf> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869–1913)*. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CHAVES JÚNIOR, Ilton de Oliveira. “Curso Fundamental de Instrução Secundária”: contra a decadência da instrução. In: *Anais... XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH*, jul. 2011, São Paulo.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa, *Teoria & Educação*, v. 2, 1990.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *I Conferência Nacional de Educação - Curitiba, 1927*. Brasília: INEP, 1997.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Ferreira da. Os grupos escolares de Juíz de Fora e os investimentos nas atividades corporais (1907-1930), *Educação em Foco*, Juiz de Fora, n. Especial, p.73-84 – Mar./Ago. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed., Brasília: Editora UNESP, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação e a primeira Constituinte republicana. In: FÁVERO, Osmar. *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988*. 3. ed., Campinas/SP: Autores associados, 2005, p. 69-105.

\_\_\_\_\_. República- Educação- Cidadania: Tensões e conflitos. *Caderno de História da Educação*, Uberlândia, vol.9, nº 1, p. 31-43, Jan./Jun.-2010.

D’ESQUIVEL, Márcio Oliveira. “Trabalhos manuais: um “lugar” na geometria para a escola de ensino primário”. In: X ENEM – ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, Jul. 2016, São Paulo.

DAROS, Maria das Dores; HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. Trabalhos manuais no ensino primário e no ensino profissional para a construção da nação laboriosa: proposições de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca – Brasil, anos de 1920. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014, p.1-15.

DELANEZE, Taís. *Descontinuidade sem ruptura: as Reformas Educacionais de Benjamin Constant e Francisco Campos*. Uberlândia: FAGED, 2012. p.5415-5426.

DUBREUCQ, Francine. *Jean Ovide Decroly*. Coleção Educadores do MEC, Recife: editora Massangana, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A República do Trabalho: a formação do trabalhador-cidadão no alvorecer do século XX. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, UFMG, n.8/ Revista do Departamento de História, n. 10 (Número Conjunto), Belo Horizonte, 1990.

\_\_\_\_\_. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação, trabalho e sociedade: um olhar na história. *Educação Revista*, Belo Horizonte, p.26-31, dez. 1988.

\_\_\_\_\_. Instruir, Civilizar, Qualificar: Representações sobre o Trabalho na Cultura Escolar. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 1, p.100-112, Fev./Jul, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais: O debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições LTDA, 2009.

\_\_\_\_\_; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, nº 14, p. 19-34, mai./ago. 2000.

FERREIRA, Suzana Costa. I Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação (ABE, Curitiba, 1927): revendo significados da sua relação com a origem da Escola Nova no Brasil. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 26, n. 12, p. 69-92, mai./ago. 2006.

FRIZZARINI, Claudia Regina Boen. Os saberes matemáticos e a escolarização do fazer dos trabalhos manuais: um estudo comparativo – Brasil/França. In: XIX EBRAPEM – ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, Out./Nov. 2015, Juiz de Fora.

\_\_\_\_\_; SILVA, Maria Célia Leme. Ensino ativo dos trabalhos manuais no curso primário paulista: um estudo da escolarização dos saberes matemático. *Perspectiva*, Santa Catarina, v. 34, n. 1, p.119-1, 2015.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Entre rendas e bordados: memórias de uma disciplina escolar. II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, novembro 2002, Natal.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Maria Teixeira. *Território plural a pesquisa em história da educação*. Belo Horizonte: Ática, 2010.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. Projetos de educação dos republicanos mineiros. In: INÁCIO, Marcilaine Soares; HAMDAN, Juliana Cesário; SANTOS, Hércules Pimenta dos; VAGO, Tarcísio. et al. *Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009. p.105-120.

HAMDAN, Juliana Cesário. *Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)*. 2007. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

HEILAND, Helmut. *Friedrick Fröbel*. Recife: Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores do MEC).

JESUS, Luciano Jorge de. *Imagens do Jornal Minas Geraes: Fragmentos sobre e para a educação do corpo (1906-1933)*. Monografia — Curso de Graduação da Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e terapia ocupacional. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

KANANOJA, Tapani; KANTOLA, Jouko; KARL, Jouko; NIKKANEN, Pentti. *Through Education into the World of Work – Uno Cygnaeus, The Father of Technology Education*. University of Jyväskylä: Institute for Educational Research, 1999. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED435840>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

LEMGRUBER, Maria de Lourdes. *Compêndio de Trabalhos Manuais*. 16. ed., São Paulo: Companhia editora nacional, 1962.

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães. *Mediadores entre propostas educacionais e práticas educativas – os assistentes técnicos do ensino na Reforma Francisco Campos em Minas Gerais*. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju.

\_\_\_\_\_. *Mediadores entre propostas educacionais e práticas educativas: os assistentes técnicos do ensino na Reforma Francisco Campos*. 2007. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. *Histórias e Memórias da educação no Brasil. Vol. II – Século XIX*. 4. ed., Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011. p. 91-104.

MANFREDI, Silvia Maria. *História da Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, Cleide Maria Maciel de. *A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais – 1927*. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MENEZES, Laura Campos. *O ensino técnico primário e a escolarização dos ofícios (1896 – 1920)*. 2011. Dissertação (Mestrado) — Educação Tecnológica do CEFET, Belo Horizonte, 2011.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Irlen Antônio. *O ensino técnico primário mineiro e a escolarização dos ofícios (1896-1910)*. In: II Senept -SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2010, Belo Horizonte.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. 3. ed., São Paulo: EDUSP, 2009.

NEIVA, Ismale Krishna de Andrade. *O ensino de desenho na Escola Normal de Belo Horizonte*. 2016. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários do Brasil República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. et al. *O Brasil republicano: volume 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.13-45.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. *Imagens de trabalhos manuais na primeira república: representações da educação feminina*. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, ANPUHS, julho 2012, São Paulo.

OLIVEIRA, Pâmela Faria. *Ações modernizadoras em Minas Gerais: A reforma educacional Francisco Campos (1926-30)*. 2011. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2011.

PEIXOTO, Ana Maria C. *Educação no Brasil: anos vinte*. São Paulo: Loyola, 1983.

\_\_\_\_\_; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Educação, 2000.

PEREIRA, Bernadeth Maria. *Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET- MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942)*. 2008. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação Universidade de Campinas, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Denise Perdigão. *Que arte entra na escola através do currículo?: entre o utilitarismo e a possibilidade de emancipação humana pela arte, nos Programas de 1928 e 1941, na Escola Nova em Minas Gerais*. 2006. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. *Organização do trabalho no século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Sociologia do Trabalho*. 3. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

RESENDE, Fernanda Mendes. *O método intuitivo em Minas Gerais na Primeira República*. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, novembro 2002, Natal.

RÖHRS, Hermann. *Geoge Kerschensteiner*. Recife: Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores do MEC).

SANTOS, Tainã Maria pinheiros dos. *Os trabalhos manuais no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo e na Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: (1902-1920)*. 2012. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed., Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Infância: sol do mundo – A primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira – Curitiba, 1927*. Tese (Doutorado) — Departamento de ciências Humanas Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1997.

SHIEH, Cynthia Lushiuen. *O que ensinar nas diferentes escolas públicas paulistas: um estudo sobre os programas de ensino (1887-1929)*. 2010. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Carolina Mostaro da. *Combatendo a ignorância, garantindo a pública e o progresso da nação: ideias e ações educacionais de Francisco Mendes Pimentel (Minas Gerais, 1893-1910)*. 2010. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antonio (Org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

SIRINELLI, Jean François. Nos intelectuais. In: REMOND, R (Org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, Hozana Penha de. *Representações do Trabalhador nos discursos dos presidentes de Estado de Minas Gerais (1891-1930)*. 2014. Dissertação (Mestrado) — Educação Tecnológica do CEFET, Belo Horizonte, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, Campinas/SP, v. 15, n. 51, p. 9-28, nov./2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Trabalhos manuaes, 1934*. Repositório da UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159270>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura Escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte. (1897 – 1920)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

VALDEMARIN, Vera Tereza. Os sentidos e a experiência professores, alunos e métodos de ensino. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa de Fátima; VALDEMARIN, Vera Tereza. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004. p. 165-203.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Discurso da Modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927). In: 3º Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. A educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba: Editora Universitária Marcelino Champagnat, 2004, v. 1. p. 1-11.